Edição em língua
portuguesa

Legislação

Índice

I *Actos cuja publicação é uma condição da sua aplicabilidade*

- ★ Regulamento (CE) n.º 1488/96 do Conselho, de 23 de Julho de 1996, relativo às medidas financeiras e técnicas de apoio à reforma das estruturas económicas e sociais no âmbito da parceria euro-mediterrânica (MEDA) 1
- ★ Regulamento (CE) n.º 1489/96 do Conselho, de 23 de Julho de 1996, que altera o Regulamento (CEE) n.º 54/93 que cria um direito *anti-dumping* definitivo sobre as importações de fibras sintéticas de poliésteres originárias da Índia e da República da Coreia 10
- ★ Regulamento (CE) n.º 1490/96 do Conselho, de 23 de Julho de 1996, que institui um direito *anti-dumping* definitivo sobre as importações de fibras descontínuas de poliésteres originárias da Bielorrússia e que estabelece a cobrança definitiva do direito provisório 13
- Regulamento (CE) n.º 1491/96 da Comissão, de 24 de Julho de 1996, relativo ao fornecimento de óleo vegetal a título de ajuda alimentar 15
- ★ Regulamento (CE) n.º 1492/96 da Comissão, de 26 de Julho de 1996, que altera o anexo II e o anexo III do Regulamento (CEE) n.º 2455/92 do Conselho relativo à exportação e à importação de determinados produtos químicos perigosos 19
- Regulamento (CE) n.º 1493/96 da Comissão, de 29 de Julho de 1996, que fixa as restituições aplicáveis à exportação dos produtos transformados à base de cereais e de arroz 49
- Regulamento (CE) n.º 1494/96 da Comissão, de 29 de Julho de 1996, que fixa as restituições aplicáveis à exportação de alimentos para animais compostos à base de cereais 52
- Regulamento (CE) n.º 1495/96 da Comissão, de 29 de Julho de 1996, que fixa as restituições aplicáveis aos produtos dos sectores dos cereais e do arroz entregues no âmbito de acções comunitárias e nacionais de ajuda alimentar..... 54

Preço: 25 ECU

(Continua no verso da capa)

PT

Os actos cujos títulos são impressos em tipo fino são actos de gestão corrente adoptados no âmbito da política agrícola e que têm, em geral, um período de validade limitado.

Os actos cujos títulos são impressos em tipo negro e precedidos de um asterisco são todos os restantes.

Regulamento (CE) n.º 1496/96 da Comissão, de 29 de Julho de 1996, que altera o Regulamento (CEE) n.º 1832/92 que fixa os montantes das ajudas ao fornecimento das ilhas Canárias em produtos cerealíferos de origem comunitária	56
Regulamento (CE) n.º 1497/96 da Comissão, de 29 de Julho de 1996, que altera o Regulamento (CEE) n.º 1833/92 que fixa os montantes das ajudas ao fornecimento dos Açores e da Madeira em produtos cerealíferos de origem comunitária	58
Regulamento (CE) n.º 1498/96 da Comissão, de 29 de Julho de 1996, que altera o Regulamento (CEE) n.º 391/92 que fixa os montantes das ajudas ao fornecimento dos departamentos franceses ultramarinos em produtos cerealíferos de origem comunitária	60
Regulamento (CE) n.º 1499/96 da Comissão, de 29 de Julho de 1996, que fixa a correcção aplicável à restituição no que respeita ao malte	62
Regulamento (CE) n.º 1500/96 da Comissão, de 29 de Julho de 1996, que fixa as restituições à exportação do arroz e das trincas	64
Regulamento (CE) n.º 1501/96 da Comissão, de 29 de Julho de 1996, que fixa os montantes das ajudas ao fornecimento das ilhas Canárias em produtos no sector do arroz de origem comunitária	67
Regulamento (CE) n.º 1502/96 da Comissão, de 29 de Julho de 1996, que fixa os montantes das ajudas ao fornecimento dos Açores e da Madeira em produtos do sector do arroz de origem comunitária	69
* Regulamento (CE) n.º 1503/96 da Comissão, de 29 de Julho de 1996, que estabelece as normas de execução do Regulamento (CEE) n.º 3072/95 do Conselho no que respeita aos direitos de importação no sector do arroz	71
* Regulamento (CE) n.º 1504/96 da Comissão, de 29 de Julho de 1996, que estabelece normas de execução do Regulamento (CE) n.º 1357/96 do Conselho, que prevê a realização, em 1996, de pagamentos suplementares no âmbito dos prémios previstos no Regulamento (CEE) n.º 805/68 que estabelece a organização comum de mercado no sector da carne de bovino, e que altera o mesmo regulamento, e altera o Regulamento (CEE) n.º 3886/92, que estabelece normas de execução dos regimes de prémios previstos no sector da carne de bovino no que respeita ao prémio à transformação	77
* Regulamento (CE) n.º 1505/96 da Comissão, de 29 de Julho de 1996, que altera o Regulamento (CE) n.º 1484/95 que estabelece as normas de execução do regime relativo à aplicação dos direitos adicionais de importação e fixa os direitos adicionais de importação nos sectores da carne de aves de capoeira e dos ovos, bem como para a ovalbumina	79
* Regulamento (CE) n.º 1506/96 da Comissão, de 29 de Julho de 1996, que altera o Regulamento (CE) n.º 3010/94, que fixa as ajudas para o abastecimento das ilhas Canárias em produtos do sector dos produtos transformados à base de frutas e produtos hortícolas, no âmbito do regime previsto nos artigos 2.º e 3.º do Regulamento (CEE) n.º 1601/92 do Conselho	80
* Regulamento (CE) n.º 1507/96 da Comissão, de 29 de Julho de 1996, relativo à abertura e ao modo de gestão de determinados contingentes pautais de importação de açúcar de cana em bruto para o abastecimento das refinarias da Comunidade	82
* Regulamento (CE) n.º 1508/96 da Comissão, de 29 de Julho de 1996, que adopta medidas excepcionais de apoio ao mercado da carne de bovino em Portugal, em aplicação da Decisão 96/381/CE	86
Regulamento (CE) n.º 1509/96 da Comissão, de 29 de Julho de 1996, relativo à emissão de certificados de exportação sem prefixação da restituição no sector das frutas e produtos hortícolas	88

* Regulamento (CE) n.º 1510/96 da Comissão, de 26 de Julho de 1996, relativo à classificação de certas mercadorias na Nomenclatura Combinada	89
* Regulamento (CE) n.º 1511/96 da Comissão, de 29 de Julho de 1996, que altera o Regulamento (CEE) n.º 1274/91 que estabelece as regras de execução do Regulamento (CEE) n.º 1907/90 do Conselho relativo a certas normas de comercialização aplicáveis aos ovos	91
* Regulamento (CE) n.º 1512/96 da Comissão, de 29 de Julho de 1996, que altera o Regulamento (CE) n.º 716/96, que adopta medidas excepcionais de apoio ao mercado de carne de bovino no Reino Unido	93
Regulamento (CE) n.º 1513/96 da Comissão, de 29 de Julho de 1996, que determina em que medida pode ser dado seguimento aos pedidos de direitos de importação apresentados ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1141/96 no sector da carne de bovino	94
* Regulamento (CE) n.º 1514/96 da Comissão, de 29 de Julho de 1996, que estabelece a estimativa das necessidades de abastecimento das ilhas Canárias em produtos do sector dos produtos transformados à base de frutas e produtos hortícolas	95
* Regulamento (CE) n.º 1515/96 da Comissão, de 29 de Julho de 1996, que diminui os preços de base e de compra das maçãs para a campanha de 1996/1997, na sequência da superação do limiar de intervenção fixado para a campanha de 1995/1996	97
* Regulamento (CE) n.º 1516/96 da Comissão, de 29 de Julho de 1996, que altera o anexo I do Regulamento (CE) n.º 2771/75 que estabelece a organização comum de mercado no sector dos ovos	99
Regulamento (CE) n.º 1517/96 da Comissão, de 29 de Julho de 1996, que altera os direitos de importação no sector dos cereais	101
Regulamento (CE) n.º 1518/96 da Comissão, de 29 de Julho de 1996, que altera os preços representativos e os direitos adicionais de importação de determinados produtos do sector do açúcar	104
Regulamento (CE) n.º 1519/96 da Comissão, de 29 de Julho de 1996, que estabelece os valores forfetários de importação para a determinação do preço de entrada de certos frutos e produtos hortícolas	106
Regulamento (CE) n.º 1520/96 da Comissão, de 29 de Julho de 1996, relativo à fixação das restituições máximas à exportação de azeite para a décima sétima adjudicação parcial efectuada no âmbito do concurso permanente aberto pelo Regulamento (CE) n.º 2544/95	108
Regulamento (CE) n.º 1521/96 da Comissão, de 29 de Julho de 1996, que fixa as restituições à exportação de azeite	110

II *Actos cuja publicação não é uma condição da sua aplicabilidade*

Comissão

96/457/CE:

* Decisão da Comissão, de 28 de Junho de 1996, que reconhece, em princípio, que o processo apresentado para exame rigoroso com vista à possível inclusão de quinoxifena no anexo I da Directiva 91/414/CEE do Conselho, relativa à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado, se encontra completo (!)	112
--	-----

I

(Actos cuja publicação é uma condição da sua aplicabilidade)

REGULAMENTO (CE) Nº 1488/96 DO CONSELHO

de 23 de Julho de 1996

relativo às medidas financeiras e técnicas de apoio à reforma das estruturas económicas e sociais no âmbito da parceria euro-mediterrânica (MEDA)

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia, e, nomeadamente o seu artigo 235º,

Tendo em conta a proposta da Comissão ⁽¹⁾,

Tendo em conta o parecer do Parlamento Europeu ⁽²⁾,

Considerando que o Conselho Europeu salientou, nas suas sessões de Lisboa, Corfu e Essen, que a zona mediterrânica constitui uma região prioritária para a União Europeia, tendo adoptado o objectivo de estabelecer uma parceria euro-mediterrânica;

Considerando que o Conselho Europeu de Canes, de 26 e 27 de Junho de 1995, reafirmou a importância estratégica de que se reveste o facto de as relações entre a União Europeia e os seus parceiros mediterrânicos assumirem uma nova dimensão, baseando-se para tal no relatório do Conselho de 12 de Junho de 1995, elaborado nomeadamente a partir das comunicações da Comissão de 19 de Outubro de 1994 e de 8 de Março de 1995, relativas ao reforço da política mediterrânica;

Considerando que é necessário prosseguir os esforços para fazer do Mediterrâneo uma região de estabilidade política e de segurança, e que a política mediterrânica da Comunidade deve contribuir para o objectivo geral do desenvolvimento e da consolidação da democracia e do Estado de Direito, bem como para o objectivo do respeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, e da promoção de relação de boa vizinhança, no âmbito do Direito Internacional, do respeito da integridade territorial e das fronteiras externas dos Estados-membros e dos países terceiros mediterrânicos;

Considerando que o estabelecimento a prazo de uma zona de comércio livre euro-mediterrânica é de molde a favorecer a estabilidade e a prosperidade na região mediterrânica;

Considerando que o estabelecimento de uma zona de comércio livre poderá implicar para os parceiros mediterrânicos reformas estruturais profundas;

Considerando, por conseguinte, que é necessário apoiar os esforços desenvolvidos ou a desenvolver pelos parceiros mediterrânicos para reformar as suas estruturas económicas, sociais e administrativas;

Considerando que é conveniente aprofundar o diálogo entre as culturas e as sociedades civis, incentivando nomeadamente as actividades de formação, o desenvolvimento e a cooperação descentralizada;

Considerando que é conveniente incentivar a intensificação da cooperação regional e, em especial, o desenvolvimento das relações económicas e dos fluxos comerciais entre os territórios e parceiros mediterrânicos, que vão no sentido da reforma e da reestruturação económica;

Considerando que os protocolos bilaterais de cooperação financeira e técnica celebrados pela Comunidade com os parceiros mediterrânicos lançaram uma primeira base útil para a cooperação, tornando-se agora necessário iniciar, com base na experiência adquirida, uma nova fase de relações no âmbito da parceria;

Considerando que devem ser estabelecidas regras de gestão dessa parceria, garantindo a transparência e a coerência do conjunto das acções relacionadas com a utilização das dotações orçamentais;

Considerando que, para o efeito, o presente regulamento é aplicável às medidas abrangidas pelo Regulamento (CEE) nº 1762/92 do Conselho, de 29 de Junho de 1992, relativo à aplicação dos protocolos de cooperação financeira e técnica celebrados pela Comunidade com os países terceiros mediterrânicos ⁽³⁾, bem como pelo Regulamento (CEE) nº 1763/92 do Conselho, de 29 de Junho de 1992, relativo à cooperação financeira respeitante ao conjunto dos países terceiros mediterrânicos ⁽⁴⁾, no que se refere às medidas cujo alcance excede o âmbito de um único país;

⁽¹⁾ JO nº C 232 de 6. 9. 1995, p. 5 e Jo nº C 150 de 24. 5. 1996, p. 15).

⁽²⁾ JO nº C 17 de 22. 1. 1996, p. 184 e parecer emitido em 20 de Junho de 1996 (JO nº C 198 de 8. 7. 1996).

⁽³⁾ JO nº L 181 de 1. 7. 1992, p. 1.

⁽⁴⁾ JO nº L 181 de 1. 7. 1992, p. 5.

Considerando, por conseguinte, que o presente regulamento substitui os regulamentos acima referidos a partir de 1 de Janeiro de 1997, sendo todavia necessário manter em vigor o Regulamento (CEE) nº 1762/92 para a gestão dos protocolos financeiros ainda aplicáveis nessa data e para a autorização das dotações ainda abrangidas pelos protocolos financeiros que caducaram;

Considerando que no presente regulamento se insere, para o período de 1995-1999, um montante de referência financeira na acepção do ponto 2 da Declaração do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão de 6 de Março de 1995, sem que tal afecte a competência da autoridade orçamental definida no Tratado;

Considerando que, no que se refere aos projectos relativos ao ambiente, os empréstimos concedidos pelo Banco Europeu de Investimento, adiante designado «Banco», a partir dos seus recursos próprios, nas condições por ele estabelecidas e de acordo com os seus estatutos, podem beneficiar de bonificações de juros;

Considerando que, relativamente a operações de empréstimo com juros bonificados, a concessão de empréstimos por parte do Banco a partir dos seus recursos próprios, bem como a concessão de bonificações de juros financiadas pelos recursos orçamentais da Comunidade, se encontram obrigatoriamente ligadas e se condicionam mutuamente; que o Banco pode, de acordo com os seus estatutos e, nomeadamente, por decisão unânime do seu Conselho de Administração, em caso de parecer desfavorável da Comissão, decidir conceder um empréstimo a partir dos seus recursos próprios, sob reserva de concessão de bonificações de juros; que, tendo em conta este aspecto, é conveniente assegurar que o procedimento adoptado para a concessão de bonificações de juros conduza sempre a uma decisão expressa, seja esta a de concessão ou de rejeição da bonificação;

Considerando que há que prever a criação de um comité constituído por representantes dos Estados-membros para assistir o Banco nas funções que lhe são atribuídas na execução do presente regulamento;

Considerando que, a fim de permitir uma gestão eficaz das medidas previstas no presente regulamento e de facilitar as relações com os países beneficiários, é conveniente adoptar uma abordagem plurianual;

Considerando que as medidas previstas no presente regulamento excedem o âmbito da ajuda ao desenvolvimento e se destinam a ser aplicadas a países que só parcialmente podem ser considerados países em desenvolvimento; que, por conseguinte, o presente regulamento só pode ser adoptado com base nas competências previstas no artigo 235º do Tratado,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

1. A Comunidade aplicará, no âmbito dos princípios e das prioridades da parceria euro-mediterrânica, medidas destinadas a apoiar os esforços desenvolvidos pelos territórios e países terceiros mediterrânicos referidos no anexo I (adiante designados «parceiros mediterrânicos») para reformar as suas estruturas económicas e sociais e atenuar as consequências que possam resultar do desenvolvimento económico no plano social e do ambiente.
2. Podem beneficiar das medidas de apoio não só Estados e regiões, mas também as autoridades locais, organizações regionais, entidades públicas, comunidades locais ou tradicionais, organizações de apoio às empresas, operadores privados, cooperativas, mutualidades, associações, fundações e organizações não governamentais.
3. O montante de referência financeira para a execução do presente programa, para o período de 1995-1999, é de 3 424,5 milhões de ecus.

As dotações anuais são autorizadas pela autoridade orçamental dentro dos limites das perspectivas financeiras.

Artigo 2º

1. O objecto do presente regulamento é contribuir, através das medidas previstas no nº 2, para as iniciativas de interesse comum nas três vertentes da parceria euro-mediterrânica: reforço da estabilidade política e da democracia, criação de uma zona de comércio livre euro-mediterrânica e desenvolvimento da cooperação económica e social, em função da dimensão humana e cultural.
2. Na execução dessas medidas de apoio ter-se-á em conta o objectivo da estabilidade e prosperidade a longo prazo, nomeadamente nos domínios da transição económica, do desenvolvimento económico e social sustentável e da cooperação regional e transfronteiriça. Os objectivos e formas desses procedimentos constam do anexo II.

Artigo 3º

O presente regulamento baseia-se no respeito dos princípios democráticos e do Estado de Direito, bem como dos direitos do homem e das liberdades fundamentais, que constituem um dos seus elementos essenciais cuja violação justifica a adopção de medidas adequadas.

Artigo 4º

1. Por acordo com os Estados-membros e com base numa troca de informação mútua e regular, inclusive *in loco*, em especial no que se refere aos programas indicativos e aos projectos, a Comissão assegurará a coordenação efectiva dos esforços de assistência da Comunidade e de

cada Estado-membro, a fim de reforçar a coerência e a complementaridade dos seus programas de cooperação. Além disso, a Comissão incentivará a coordenação e a cooperação com as instituições financeiras internacionais, os programas de cooperação das Nações Unidas e os outros doadores.

2. As medidas referidas no presente regulamento podem ser adoptadas pela Comunidade a título individual ou sob forma de co-financiamento com os parceiros mediterrânicos ou com entidades públicas ou privadas dos Estados-membros e o Banco, por um lado, ou organismos multilaterais ou países terceiros, por outro lado.

Artigo 5º

1. As medidas a financiar ao abrigo do presente regulamento serão seleccionadas, nomeadamente em função das prioridades e da evolução das necessidades dos beneficiários, da sua capacidade de absorção e dos processos efectuados na reforma estrutural.

A selecção basear-se-á igualmente numa avaliação do potencial das medidas adoptadas para atingir os objectivos do apoio comunitário, de acordo, se for caso disso, com as disposições dos acordos de cooperação ou de associação.

2. Serão elaborados a nível nacional e regional, em associação com o Banco, programas indicativos para períodos de três anos. Esses programas terão em conta as prioridades estabelecidas em cooperação com os parceiros mediterrânicos, nomeadamente as conclusões do diálogo económico e serão revistos anualmente, na medida do necessário.

Os programas definirão os objectivos principais, as directrizes e os sectores prioritários do apoio comunitário nos domínios referidos no ponto II do anexo II, assim como os critérios pelos quais deverão ser avaliados. Esses programas incluirão ainda a fixação de montantes indicativos (globais e por sector prioritário) e de critérios para a dotação do programa em causa, tendo em conta a necessidade de prever uma reserva adequada para a execução da linha MEDA.

Os programas podem ser alterados em função da experiência adquirida, dos progressos realizados pelos parceiros mediterrânicos nos domínios das reformas estruturais, da estabilização macroeconómica e do progresso social, bem como dos resultados da cooperação económica no âmbito dos novos acordos de associação.

3. As decisões de financiamento basear-se-ão essencialmente nos programas indicativos.

Artigo 6º

1. O financiamento comunitário assumirá nomeadamente a forma de ajudas a fundo perdido ou capitais de risco. No que se refere às medidas de cooperação em matéria de ambiente, o financiamento comunitário pode também efectuar-se sob forma de bonificações de juros aplicadas aos empréstimos concedidos pelo Banco a partir dos seus recursos próprios. A taxa de bonificação será de 3 %.

2. As ajudas a fundo perdido podem ser utilizadas para financiar ou co-financiar actividades, projectos ou programas que contribuam para a realização dos objectivos definidos no artigo 2º. O limite máximo do financiamento para cada ajuda a fundo perdido relativa a essas actividades, projectos ou programas dependerá também do potencial da ajuda em termos de retorno de investimento. A disponibilização de financiamentos ao sector privado efectuar-se-á, em geral, em termos comerciais, a fim de evitar, na medida do possível, distorções dos mercados financeiros locais.

3. As decisões de financiamento, bem como as convenções e contratos delas resultantes, devem prever nomeadamente o acompanhamento e o controlo financeiro pela Comissão e a realização de auditorias pelo Tribunal de Contas, eventualmente *in loco*.

Para as operações financiadas ao abrigo do presente regulamento, geridas pelo Banco, o controlo do Tribunal de Contas efectuar-se-á segundo regras fixadas em conjunto pela Comissão, o Banco e o Tribunal de Contas.

4. Os capitais de risco serão prioritariamente utilizados para a disponibilização de fundos próprios ou equiparados a favor das empresas (privadas ou mistas) do sector de produção, em especial aquelas a que podem associar-se pessoas singulares ou colectivas nacionais de um Estado-membro da Comunidade e dos países terceiros ou territórios mediterrânicos.

Os capitais de risco, concedidos e geridos pelo Banco, podem assumir a forma de:

- a) Empréstimos subordinados, nos quais o reembolso e, eventualmente, o pagamento de eventuais juros só se realizam depois da regularização dos outros créditos bancários;
- b) Empréstimos condicionais, cujo reembolso ou prazo são determinados em função do cumprimento das condições fixadas por ocasião da concessão dos empréstimos;
- c) Participações minoritárias e temporárias, em nome da Comunidade, no capital de empresas estabelecidas nos países terceiros ou territórios mediterrânicos;

d) Financiamentos de participações sob a forma de empréstimos condicionais concedidos aos parceiros mediterrânicos ou, com o seu acordo, a empresas desses parceiros mediterrânicos, quer directamente, quer por intermédio das suas instituições financeiras.

Artigo 7º

1. As medidas referidas no presente regulamento podem abranger as despesas de importação de bens e serviços e as despesas locais necessárias para a execução dos projectos e programas. Os impostos, direitos e encargos estão excluídos do financiamento comunitário.

Os contratos de execução das medidas financiadas pela Comunidade em aplicação do presente regulamento devem beneficiar, da parte dos parceiros envolvidos, de um regime fiscal e aduaneiro pelos menos tão favorável como o por eles aplicado à nação mais favorecida ou à organização de desenvolvimento internacional mais favorecida.

2. Podem igualmente ser cobertos os custos de preparação, execução, acompanhamento, controlo e aplicação das medidas de apoio.

3. Os custos de funcionamento e de manutenção, nomeadamente aqueles que tenham de ser financiados em divisas podem ser cobertos no âmbito de programas de formação, comunicações e investigações e de outros projectos. De um modo geral, esses custos apenas podem ser cobertos durante a fase de arranque e serão reduzidos gradualmente.

4. No que diz respeito aos projectos de investimento no sector da produção, o financiamento comunitário será combinado com os recursos próprios do beneficiário ou com um financiamento nas condições de mercado, em função do tipo de projecto. As contribuições do beneficiário ou as representadas pelo financiamento nas condições do mercado deverão ser maximizadas. De qualquer forma, o financiamento comunitário, incluindo aquele que envolve os recursos próprios do Banco, não deve exceder 80 % do custo total dos investimentos. Este limite máximo tem carácter excepcional e deve ser devidamente justificado pela natureza da operação.

Artigo 8º

1. Os contratos (concursos e contratos directos) serão abertos indiscriminadamente a todas as pessoas singulares e colectivas originárias dos Estados-membros e dos parceiros mediterrânicos.

2. A Comissão assegurará:

- a mais ampla participação possível em igualdade de circunstâncias nas pré-selecções e nos concursos para fornecimentos, empreitadas e prestação de serviços,
- a necessária transparência e rigor na aplicação dos critérios de selecção e avaliação,
- uma efectiva concorrência entre as sociedades, organizações e instituições interessadas em participar nas iniciativas financiadas pelo programa,
- a apresentação urgente ao Comité MED de um guia processual relativo às regras de execução desses objectivos, que será analisada nos termos do artigo 11º.

3. A Comissão assegurará a publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, com indicação do objectivo, do conteúdo e do montante dos contratos previstos:

- uma vez por ano, das previsões dos contratos de prestação de serviços e das acções de cooperação técnica a adjudicar mediante concurso para o período de 12 meses a seguir à publicação,
- trimestralmente, das alterações às previsões atrás referidas.

4. A Comissão fornecerá, em colaboração com os Estados-membros, a todas as sociedades, organizações e instituições interessadas da Comunidade e a seu pedido, documentação sobre os aspectos do programa MEDA e sobre os requisitos a cumprir para nele participar.

5. As propostas de financiamento incluirão indicações relativas aos contratos a prever, incluindo os montantes previsíveis, o processo de adjudicação e as datas previstas dos concursos.

6. Os contratos serão adjudicados às sociedades nos termos das disposições aplicáveis do Regulamento Financeiro aplicáveis ao orçamento geral das Comunidades Europeias.

7. O resultado dos concursos será publicado no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*. A Comissão comunicará semestralmente ao comité referido no artigo 11º informações pormenorizadas e específicas sobre os contratos adjudicados em execução dos programas e projectos MEDA.

8. Em caso de co-financiamento, a Comissão pode autorizar, caso a caso, a participação nos concursos e nos contratos de nacionais de outros países para além dos parceiros mediterrânicos em questão. Nesses casos, a participação de empresas de países terceiros apenas pode ser aceite mediante uma garantia de reciprocidade.

Artigo 9º

1. As orientações dos programas indicativos referidos no nº 2 do artigo 5º serão adoptadas pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada sob proposta da Comissão, na sequência do diálogo com os parceiros mediterrânicos em questão.

Juntamente com as suas propostas, a Comissão enviará, para informação, a sua programação financeira global, indicando nomeadamente o montante total dos programas indicativos nacionais e regionais, bem como a repartição por país beneficiário e por sector prioritário do montante global adoptado no âmbito desses programas.

2. Os programas indicativos e as eventuais alterações que lhes forem introduzidas, bem como as decisões de financiamento que se baseiam essencialmente nesses programas, serão adoptadas pela Comissão nos termos do artigo 11º

3. As decisões de financiamento superiores a 2 000 000 de ecus que não digam respeito a bonificações de juros sobre empréstimos do Banco ou a operações de capital de risco serão adoptadas nos termos do procedimento previsto no artigo 11º, sob reserva dos nºs 4 e 6.

4. As decisões de financiamento relativas às dotações globais serão adoptadas nos termos do procedimento previsto no artigo 11º. No âmbito de uma dotação global, a Comissão adoptará decisões de financiamento que não excedam 2 000 000 ecus. O comité referido no artigo 11º será sistematicamente informado no mais curto prazo, e sempre antes da reunião seguinte, das decisões de financiamento para as acções que não excedam 2 000 000 de ecus.

5. As decisões que alterem as decisões de financiamento aprovadas nos termos do procedimento previsto no artigo 11º serão adoptadas pela Comissão desde que não impliquem alterações substanciais ou autorizações suplementares superiores a 20 % da autorização inicial. O comité referido no artigo 11º será imediatamente informado do facto pela Comissão.

6. Os programas de intercâmbio no âmbito da cooperação descentralizada serão adoptados pela Comissão nos termos do procedimento previsto no artigo 11º

7. As decisões de financiamento relativas às bonificações de juro para empréstimos do Banco serão adoptadas nos termos do procedimento previsto no artigo 12º. As decisões de financiamento relativas a capitais de risco serão adoptadas nos termos do procedimento previsto no artigo 13º

Artigo 10º

1. As acções previstas no presente regulamento, financiadas pelo orçamento das Comunidades, serão geridas

pela Comissão, nos termos do Regulamento Financeiro aplicável ao orçamento geral das Comunidades Europeias.

2. Na apresentação das propostas de financiamento submetidas à apreciação do Comité previsto no artigo 11º, assim como nas avaliações mencionadas no artigo 15º, a Comissão terá em conta os princípios da boa gestão financeira e, nomeadamente, de economia e de relação custo/eficácia referidos no Regulamento Financeiro.

Artigo 11º

1. A Comissão será assistida por um comité, adiante designado «Comité MED», constituído por representantes dos Estados-membros e presidido pelo representante da Comissão. Participará nos trabalhos um representante do Banco, sem direito de voto.

2. O representante da Comissão submeterá à apreciação do comité um projecto das medidas a tomar. O comité emitirá o seu parecer sobre esse projecto num prazo que o presidente pode fixar em função da urgência da questão. O parecer será emitido por maioria, nos termos previstos no nº 2 do artigo 148º do Tratado para a adopção das decisões que o Conselho é chamado a tomar sob proposta da Comissão. Nas votações no comité, os votos dos representantes dos Estados-membros estão sujeitos à ponderação definida no artigo atrás referido. O presidente não participa na votação.

3. A Comissão adoptará as medidas projectadas desde que sejam conformes com o parecer do comité. Todavia, se as medidas projectadas não forem conformes com o parecer do comité, ou na falta de parecer, a Comissão submeterá sem demora ao Conselho uma proposta relativa às medidas a tomar. O Conselho deliberará por maioria qualificada.

Se, no termo de um prazo de três meses a contar da data em que o assunto foi submetido à apreciação do Conselho, este último ainda não tiver deliberado, a Comissão adoptará as medidas propostas.

4. O comité pode examinar quaisquer outras questões relativas à execução do presente regulamento que lhe sejam submetidas pelo presidente, eventualmente a pedido do representante de um Estado-membro, especialmente qualquer questão relativa à execução geral, à administração do programa ou ao co-financiamento e à coordenação referidos nos artigos 4º e 5º

5. O comité adoptará o seu regulamento interno por maioria qualificada.

6. A Comissão informará regularmente o comité, comunicando-lhe dados relativos à execução das medidas previstas no presente regulamento.

7. O Parlamento Europeu será informado regularmente sobre a execução do presente regulamento.

Artigo 12º

1. Em relação aos projectos no domínio do ambiente a financiar por empréstimos com juros bonificados, o Banco elaborará a proposta de financiamento nos termos dos seus estatutos. O Banco solicitará o parecer da Comissão, nos termos do artigo 21º dos seus estatutos, e do parecer do comité previsto no artigo 14º.

2. O comité previsto no artigo 14º emitirá um parecer sobre a proposta do Banco. O representante da comissão comunicará ao comité a posição da instituição sobre o projecto em questão, em especial no que respeita à sua conformidade com os objectivos do presente regulamento e com as orientações gerais adoptadas pelo Conselho. Além disso, o Banco informará o comité previsto no artigo 14º sobre os empréstimos não bonificados que pretenda conceder a partir dos seus recursos próprios.

3. Com base nessa consulta, o Banco solicitará à Comissão que tome uma decisão de financiamento para a concessão da bonificação de juros relativamente ao projecto em questão.

4. A Comissão apresentará ao Comité MED um projecto de decisão que autoriza ou, se for caso disso, que recusa o financiamento da bonificação de juros.

5. A Comissão apresentará a decisão prevista no nº 4 ao Banco, que, se a decisão for positiva, pode conceder o empréstimo.

Artigo 13º

1. O Banco solicitará o parecer do comité previsto no artigo 14º para os projectos relativos a operações de capitais de risco. O representante da Comissão comunicará ao comité a posição da sua instituição sobre o projecto em questão, em especial no que respeita à sua conformidade com os objectivos do presente regulamento e com as orientações gerais adoptadas pelo Conselho.

2. Com base nessa consulta, o Banco apresentará o projecto à Comissão.

3. A Comissão adoptará a decisão de financiamento num prazo adequado às características do projecto.

4. A Comissão apresentará a decisão referida no nº 3 ao Banco, que adoptará as medidas adequadas.

Artigo 14º

1. É instituído, junto do Banco, um comité constituído por representantes dos Estados-membros, adiante designado «Comité do artigo 14º». O comité será presidido pelo representante do Estado-membro que presida, nesse momento, ao Conselho de Governadores do Banco; o secretariado será assegurado pelo Banco. Participa nos trabalhos um representante da Comissão.

2. O regulamento interno do Comité do artigo 14º será adoptado pelo Conselho, deliberando por unanimidade.

3. O comité deliberará por maioria qualificada, nos termos do nº 2 do artigo 148º do Tratado.

4. No âmbito do Comité do artigo 14º, os votos dos representantes dos Estados-membros são ponderados nos termos do nº 2 do artigo 148º do Tratado.

Artigo 15º

1. A Comissão analisará, em colaboração com o Banco, a evolução das acções desenvolvidas ao abrigo do presente regulamento e apresentará, até 30 de Abril, o mais tardar, um relatório anual ao Parlamento Europeu e ao Conselho. O relatório deve conter informações relativas às acções financiadas durante o exercício, respeitando os requisitos de confidencialidade, e fornecer uma avaliação dos resultados obtidos.

2. A Comissão e o Banco avaliarão os principais projectos que dizem respeito a ambos, a fim de determinar se os objectivos foram atingidos e de estabelecer linhas de orientação para melhorar a eficácia das futuras actividades. Os relatórios de avaliação serão transmitidos ao Conselho e ao Parlamento Europeu, respeitando os requisitos de confidencialidade. No que diz respeito às operações geridas pelo Banco, os relatórios serão transmitidos aos Estados-membros.

3. De três em três anos, a Comissão, em colaboração com o Banco, apresentará um relatório de avaliação global da política de cooperação a favor dos parceiros mediterrânicos, que submeterá com a maior brevidade ao Comité MED.

O Comité MED receberá todos os anos um relatório preciso sobre a composição e a actividade das redes existentes.

A Comissão transmitirá uma avaliação de cada programa de dois em dois anos.

4. Em relação à cooperação descentralizada, a Comissão transmitirá todos os anos ao Comité MED um relatório preciso sobre a composição e a actividade das redes existentes e, de dois em dois anos, uma avaliação de cada programa.

5. A Comissão informará anualmente os Estados-membros dos recursos ainda disponíveis ou que já tenham sido atribuídos.

6. O Conselho procederá, até 30 de Junho de 1999, a uma reanálise do presente regulamento. Para o efeito, a Comissão apresentará-lhe antes de 31 de Dezembro de 1998, um relatório de avaliação acompanhado de propostas sobre o futuro do regulamento e, se necessário sobre as alterações a introduzir no mesmo.

Artigo 16º

O processo definitivo de adopção de medidas adequadas quando falte qualquer elemento essencial para o prosseguimento da ajuda a um parceiro mediterrânico será determinado antes de 30 de Junho de 1997.

Artigo 17º

1. O Regulamento (CEE) nº 1763/92 é revogado em 31 de Dezembro de 1996.

2. A partir de 1 Janeiro de 1997, o Regulamento (CEE) nº 1762/92 é aplicável à gestão dos protocolos ainda em vigor nessa data e à autorização das dotações abrangidas pelos protocolos expirados.

Artigo 18º

O presente regulamento entra em vigor no terceiro dia seguinte ao da sua publicação *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 23 de Julho de 1996.

Pelo Conselho

O Presidente

I. YATES

*ANEXO I***TERRITÓRIOS E PAÍSES PARCEIROS A QUE SE REFERE O ARTIGO 1º**

República de Chipre
República Árabe do Egipto
Estado de Israel
Reino da Jordânia
República Libanesa
República de Malta
Reino de Marrocos
República Árabe Síria
República da Tunísia
República da Turquia
Territórios ocupados de Gaza e da Cisjordânia

ANEXO II

OBJECTIVOS E REGRAS DE EXECUÇÃO DO ARTIGO 2º

- I. a) O apoio à transição económica e à criação de uma zona euro-mediterrânica de comércio livre incide nomeadamente:
- na criação de postos de trabalho e no desenvolvimento do sector privado, em especial a melhoria do contexto envolvente das empresas e o apoio às pequenas e médias empresas (PME),
 - na promoção do investimento, da cooperação industrial e das trocas comerciais entre a Comunidade Europeia e os parceiros mediterrânicos, bem como entre os parceiros mediterrânicos,
 - na modernização das infra-estruturas económicas, que poderá incluir os sistemas financeiro e fiscal;
- b) Incide ainda em acções de apoio aos programas de ajustamento estrutural, realizadas com base nos seguintes princípios:
- os programas de apoio visarão restabelecer os grandes equilíbrios financeiros e criar um ambiente económico propício à aceleração do crescimento, visando simultaneamente a melhoria do bem-estar da população,
 - os programas de apoio serão adaptados à situação específica de cada país e terão em conta as condições económicas e sociais,
 - os programas de apoio preverão medidas destinadas, nomeadamente, a obviar os efeitos negativos que o processo de ajustamento estrutural possa ter no plano social e do emprego, nomeadamente para as camadas mais desfavorecidas da população,
 - os programas de apoio inserir-se-ão na perspectiva da criação de uma zona de comércio livre com a Comunidade Europeia,
 - a rapidez do desembolso será uma das principais características dos programas de apoio.
- Devem ser satisfeitos os seguintes critérios de elegibilidade:
- o país interessado deve empreender um programa de reformas aprovado pelas instituições de Bretton Woods ou realizar programas reconhecidos como análogos, em concertação com essas instituições, mas não necessariamente apoiados financeiramente por elas, em função da amplitude e eficácia das reformas no plano macroeconómico;
 - atender-se-á às condições económicas do país, particularmente ao nível do endividamento e aos encargos com o serviço da dívida, à situação da balança de pagamentos e à disponibilidade de divisas, à situação orçamental, à situação monetária, ao nível do produto bruto por habitante e ao nível do desemprego.
- II. O apoio ao melhoramento do equilíbrio socioeconómico compreenderá nomeadamente:
- a participação da sociedade civil e das populações na concepção e realização do desenvolvimento,
 - a melhoria dos serviços sociais, nomeadamente no domínio da saúde, do planeamento familiar, do abastecimento de água, do saneamento e do habitat,
 - a luta contra a pobreza,
 - o desenvolvimento rural harmonioso e integrado e a melhoria das condições da vida urbana,
 - o reforço da cooperação no sector das pescas e da exploração sustentável dos recursos marinhos,
 - o reforço da cooperação em matéria de ambiente,
 - a modernização das infra-estruturas económicas, nomeadamente nos sectores dos transportes, da energia, do desenvolvimento rural e das tecnologias de informação e das telecomunicações,
 - o desenvolvimento integrado dos recursos humanos como complemento dos programas dos Estados-membros, nomeadamente na formação profissional contínua no âmbito da cooperação industrial, e a melhoria do potencial de investigação científica e tecnológica,
 - o reforço da democracia e do respeito dos direitos humanos,
 - a cooperação cultural e o intercâmbio juvenil,
 - a cooperação e a assistência técnica, a fim de reduzir a imigração clandestina, o tráfico de droga e a criminalidade internacional, através das medidas acima referidas.

III. A cooperação regional e transfronteiriça apoiar-se-á, nomeadamente, nas seguintes medidas:

- a) Criação e desenvolvimento de estruturas para a cooperação regional entre os parceiros mediterrânicos;
- b) — Criação das infra-estruturas necessárias ao comércio regional, incluindo os transportes, as comunicações e a energia,
 - melhoria do quadro regulamentar e dos projectos de infra-estruturas de pequena escala no contexto das instalações fronteiriças,
 - cooperação a nível das grandes regiões geográficas e medidas complementares das adoptadas neste domínio na Comunidade, incluindo o apoio à conexão entre a rede de transportes e de energia dos parceiros mediterrânicos e as redes transeuropeias;
- c) Outras actividades regionais, incluindo o diálogo euro-árabe;
- d) Intercâmbio entre sociedades civis da União e dos parceiros mediterrânicos; neste quadro, a cooperação descentralizada:
 - tem por objectivo identificar os beneficiários não governamentais da ajuda comunitária,
 - incidirá, nomeadamente, na criação de redes de universidades e de investigadores, de colectividades locais, de associações, de sindicatos e organizações não governamentais, de meios de comunicação social, de empresários privados, assim como de instituições culturais no sentido lato e de outros organismos referidos no ponto IV.

Os programas deverão empenhar-se em facilitar a informação entre redes e a perenidade dos laços estabelecidos entre os parceiros das redes.

IV. Será incentivada a boa gestão pelo apoio às instituições-chave e aos principais intervenientes da sociedade civil, como por exemplo as autoridades locais, os agrupamentos rurais e de aldeia, as associações baseadas no princípio da entajuda, os sindicatos, os meios de comunicação social e as organizações de apoio às empresas, e pelo apoio ao reforço da capacidade de administração pública para elaborar políticas e orientar a sua execução.

V. As medidas adoptadas ao abrigo do presente regulamento devem ter em conta a promoção do papel das mulheres na vida económica e social. Será dada especial importância ao ensino e à criação de postos de trabalho para as mulheres.

Terão igualmente em conta a necessidade de promover o ensino e a criação de emprego para os jovens, a fim de facilitar a sua integração social.

VI. As acções financiadas ao abrigo do presente regulamento assumirão, regra geral, a forma de assistência técnica, formação, desenvolvimento das instituições, informação, seminários, estudos, projectos de investimento nas microempresas, nas PME e nas infra-estruturas, bem como de acções tendentes a evidenciar a natureza comunitária da ajuda. Quando tal se afigurar eficaz, deve recorrer-se à cooperação descentralizada. As operações de capitais de risco e de bonificação de juros serão financiadas em colaboração com o Banco.

VII. Na preparação e implementação das acções financiadas ao abrigo do presente regulamento, atender-se-á devidamente aos aspectos ambientais.

REGULAMENTO (CE) Nº 1489/96 DO CONSELHO

de 23 de Julho de 1996

que altera o Regulamento (CEE) nº 54/93 que cria um direito *anti-dumping* definitivo sobre as importações de fibras sintéticas de poliésteres originárias da Índia e da República da Coreia

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) nº 384/96 do Conselho, de 22 de Dezembro de 1995, relativo à defesa contra as importações objecto de *dumping* por parte de países não membros da Comunidade Europeia⁽¹⁾, e, nomeadamente, o nº 4 do seu artigo 11º,

Tendo em conta a proposta apresentada pela Comissão após consulta do Comité consultivo,

Considerando:

A. PROCESSO ANTERIOR

- (1) Através do Regulamento (CEE) nº 54/93⁽²⁾, o Conselho instituiu, entre outros, um direito *anti-dumping* definitivo de 7,2 % sobre as importações de fibras sintéticas descontínuas de poliésteres, não cardadas nem penteadas, nem de outro modo transformadas para fiação, conhecidas por fibras sintéticas de poliésteres, actualmente classificadas no código NC 5503 20 00, originárias da Índia, com excepção das importações de cinco exportadores indianos claramente mencionados e que foram sujeitos a uma taxa de direito inferior ou ficaram isentos de qualquer direito.

B. PROCESSO

- (2) A Comissão recebeu um pedido de reexame das medidas actualmente em vigor apresentado pela empresa indiana Bongaigaon Refinery & Petrochemicals Ltd (a seguir designada «a Bongaigaon» ou «a empresa»). A Bongaigaon alegou que não estava ligada a qualquer dos exportadores ou produtores indianos sujeitos às medidas *anti-dumping* e que não tinha exportado o produto em causa durante o período de inquérito no qual se baseiam as medidas. Além disso, a empresa alegava que tinha efectivamente exportado os produtos em causa para a Comunidade e que tinha contraído obrigações contratuais irrevogáveis para a exportação de quantidades significativas para a Comunidade.

- (3) Mediante pedido, a Bongaigaon forneceu elementos de prova que foram considerados suficientes para justificar o início de um reexame de acordo com o disposto no nº 4 do artigo 11º do Regulamento (CE) nº 384/96 (a seguir designado «regulamento de base»). Através do Regulamento (CE) nº 2566/95⁽³⁾, a Comissão, após consulta do Comité consultivo, deu início a um reexame do Regulamento (CEE) nº 54/93 relativamente à Bongaigaon e abriu um inquérito.

Através do Regulamento (CE) nº 2566/95, a Comissão revogou também o direito *anti-dumping* instituído pelo Regulamento (CEE) nº 54/93 relativamente às importações do produto em causa produzido e exportado para a Comunidade pela Bongaigaon, tendo dado instruções às autoridades aduaneiras, nos termos do nº 5 do artigo 14º do regulamento de base, para que fossem tomadas as medidas necessárias para o registo das referidas importações.

- (4) O produto em causa no presente reexame é o produto em causa no Regulamento (CEE) nº 54/93.
- (5) A Comissão avisou oficialmente a Bongaigaon e os representantes do país exportador. Além disso, concedeu às partes directamente interessadas a possibilidade de apresentarem as suas observações escritas e de solicitarem uma audição, mas não obteve qualquer reacção.

A Comissão enviou um questionário à Bongaigaon que forneceu uma resposta precisa e em tempo oportuno. A Comissão recolheu e verificou todas as informações consideradas necessárias para efeitos do processo, tendo realizado uma visita de verificação nas instalações da Bongaigaon, na Índia.

- (6) O inquérito de *dumping* abrangeu o período entre 1 de Julho de 1994 a 30 de Junho de 1995.
- (7) Foram aplicados os mesmos critérios utilizados no inquérito inicial sempre que não se verificou uma alteração das circunstâncias.

C. RESULTADOS DO INQUÉRITO

1. Qualificação de novo exportador

- (8) O inquérito confirmou que a Bongaigaon não tinha exportado o produto em causa durante o período de

⁽¹⁾ JO nº L 56 de 6. 3. 1996, p. 1.

⁽²⁾ JO nº L 9 de 15. 1. 1993, p. 2.

⁽³⁾ JO nº L 262 de 1. 11. 1995, p. 28.

inquérito que esteve na base das medidas sujeitas a reexame, isto é, entre 1 de Janeiro e 31 de Agosto de 1990. Na realidade, as exportações do produto em causa para a Comunidade só tiveram início durante o exercício financeiro de 1993/1994 da empresa.

Além disso, verificou-se que a Bongaigaon não estava ligada, directa ou indirectamente, aos exportadores em causa no processo anterior.

Confirma-se, assim, que a empresa deveria ser considerada como um novo exportador, na acepção no nº 4 do artigo 11º do regulamento de base, e que deveria ser calculada uma margem de *dumping* individual.

2. *Dumping*

i) *Valor Normal*

- (9) Embora as vendas internas totais do produto similar efectuadas pela empresa constituíssem mais de 5 % do volume das vendas de exportação para a Comunidade, constatou-se que, relativamente ao tipo de produto exportado para a Comunidade, o volume de vendas internas desse tipo era inferior a esta percentagem e que os preços não poderiam ser considerados representativos do mercado em causa.

Dado que a empresa produziu e vendeu no mercado interno, no decurso de operações comerciais normais, outros tipos de produto similar, e não apenas o produto exportado para a Comunidade, o valor normal foi calculado nos termos do nº 3 do artigo 2º e a primeira frase do nº 6 do artigo 2º do regulamento de base. Consequentemente, o valor normal foi calculado com base em todos os custos de produção suportados pela Bongaigaon aquando do fabrico do tipo de produto em questão, acrescidos de um montante razoável para os encargos de venda, despesas administrativas e outros encargos, gerais, bem como para os lucros, com base nas vendas internas da empresa, no decurso de operações comerciais normais, de todos os tipos do produto similar.

ii) *Preço de exportação*

- (10) As vendas de exportação do produto em causa foram efectuadas directamente a importadores não ligados na Comunidade. Por conseguinte, os preços de exportação foram determinados com base nos preços efectivamente pagos por estes importadores não ligados, nos termos do nº 8 do artigo 2º do regulamento de base.

iii) *Comparação*

- (11) Para efeitos de uma comparação equitativa entre o valor normal e o preço de exportação, foram devidamente tomadas em consideração as diferenças

que afectam a comparabilidade dos preços, como previsto no nº 10 do artigo 2º do regulamento de base, nomeadamente os encargos de importação e impostos indirectos, os descontos, as despesas de transporte e de seguro, as comissões e os custos de crédito. A comparação foi efectuada no estágio à saída da fábrica.

- (12) A Bongaigaon solicitou que fossem efectuados ajustamentos para ter em conta os seguintes benefícios concedidos pelas suas exportações mas não pelas vendas internas:

- redução do imposto sobre sociedades para as vendas de exportação com base na lei indiana relativa ao imposto sobre rendimentos,
- benefício para uma Câmara de exportação,
- assistência para o desenvolvimento do mercado de acordo com o sistema da Federação das organizações de exportação indianas.

O pedido foi recusado dado que a Bongaigaon não conseguiu demonstrar que estes benefícios, que lhe foram concedidos apenas após o período de inquérito e que tiveram como consequência uma redução dos seus encargos de venda, despesas administrativas e outros encargos gerais, tiveram uma incidência directa e quantificável sobre os preços e a comparabilidade dos preços, na acepção do nº 10 do artigo 2º do regulamento base.

iv) *Margem de dumping*

- (13) A comparação revelou a existência de *dumping* relativamente às fibras sintéticas de poliésteres exportadas pela Bongaigaon. A margem de *dumping*, que corresponde ao montante em que o valor normal excede o preço de exportação para a Comunidade, foi determinada com base numa comparação entre o valor normal calculado, tal como definido no considerando 9, e a média ponderada dos preços de todas as transacções de exportação do produto em causa para a Comunidade durante o período referido no considerando 6. A margem de *dumping*, expressa em percentagem do preço franco-fronteira comunitária, elevou-se a 17,5 %.

3. Prejuízo

- (14) Não foi apresentado qualquer pedido de reexame das conclusões relativas ao prejuízo e nada leva a crer que o nível de prejuízo verificado no inquérito inicial tenha diminuído.

D. ALTERAÇÃO DAS MEDIDAS SUJEITAS A REEXAME

- (15) De acordo com o nº 4 do artigo 9º do regulamento de base, o montante do direito *anti-dumping* não deveria exceder a margem de *dumping* estabelecida

e deveria ser inferior a essa margem caso um direito mais baixo seja suficiente para eliminar o prejuízo para a indústria comunitária.

- (16) No caso em apreço, a margem de *dumping* estabelecida excede a margem de prejuízo. Esta última foi calculada de acordo com os mesmos critérios utilizados no inquérito inicial. Estes critérios são descritos pormenorizadamente nos considerandos 50 a 54 do Regulamento (CEE) nº 1956/92⁽¹⁾. A margem de prejuízo verificada foi de 13,0 %. Por conseguinte, o direito *anti-dumping* a instituir deveria corresponder à margem de prejuízo estabelecida e o Regulamento (CEE) nº 54/93 deveria ser alterado nesse sentido.

E. COBRANÇA RETROACTIVA DO DIREITO ANTI-DUMPING

- (17) Dado que o reexame estabeleceu a existência de *dumping* relativamente à Bongaigaon, o direito *anti-dumping* aplicável a esta empresa deveria ser cobrado também retroactivamente a partir da data de início do reexame relativamente a importações que foram registadas, nos termos do artigo 3º do Regulamento (CE) nº 2566/95.

F. DIVULGAÇÃO E DURAÇÃO DAS MEDIDAS

- (18) A Bongaigaon foi informada dos factos e considerações com base nos quais se pretendia propor uma alteração do Regulamento (CEE) nº 54/93, tendo-lhe sido concedida a possibilidade de apresentar as suas observações. A Comissão avisou também oficialmente os autores da denúncia mencionados no inquérito inicial.

A Bongaigaon apresentou as suas observações escritas, tendo solicitado que a margem de lucro não se

baseasse nas vendas internas de todos os tipos de produto similar efectuadas no decurso de operações comerciais normais. Reiterou ainda o seu pedido para que se procedesse a ajustamentos para ter em conta:

- a redução do imposto sobre sociedades para as vendas de exportação, com base na lei indiana relativa ao imposto sobre os rendimentos,
- e
- os benefícios para uma Câmara de exportação.

Estes pedidos foram rejeitados pelas razões mencionadas nos considerandos 9 e 12.

- (19) O presente reexame não altera a data de caducidade do Regulamento (CEE) nº 54/93, nos termos do nº 2 do artigo 11º do regulamento de base,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

O nº 2 do artigo 1º do Regulamento (CEE) nº 54/93 é alterado do seguinte modo:

No final da alínea a) é aditado o seguinte texto:

«Bongaigaon Refinery & Petrochemicals Ltd
13,0 % (código adicional Taric 8873);».

Artigo 2º

O direito *anti-dumping* é também cobrado retroactivamente a partir da data de início do reexame relativamente às importações registadas, nos termos do artigo 3º do Regulamento (CE) nº 2566/95.

Artigo 3º

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 23 de Julho de 1996.

Pelo Conselho

O Presidente

I. YATES

⁽¹⁾ JO nº L 197 de 16. 7. 1992, p. 25.

REGULAMENTO (CE) Nº 1490/96 DO CONSELHO

de 23 de Julho de 1996

que institui um direito *anti-dumping* definitivo sobre as importações de fibras descontínuas de poliésteres originárias da Bielorrússia e que estabelece a cobrança definitiva do direito provisório

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) nº 384/96 do Conselho, de 22 de Dezembro de 1995, relativo à defesa contra as importações objecto de *dumping* de países não membros da Comunidade Europeia⁽¹⁾, e, nomeadamente, o seu artigo 23º,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 2423/88 do Conselho, de 11 de Julho de 1988, relativo à defesa contra as importações que são objecto de *dumping* ou de subvenções por parte de países não membros da Comunidade Económica Europeia⁽²⁾, e, nomeadamente, o seu artigo 12º,

Tendo em conta a proposta apresentada pela Comissão após consulta do Comité consultivo,

Considerando o seguinte:

A. MEDIDAS PROVISÓRIAS

- (1) Pelo Regulamento (CE) nº 394/96⁽³⁾ (a seguir designado «regulamento do direito provisório»), a Comissão criou um direito *anti-dumping* provisório sobre as importações na Comunidade de fibras descontínuas de poliésteres, a seguir designadas «PSF» ou «produto em questão» originárias da Bielorrússia classificadas no código NC 5503 20 00.
- (2) Pelo Regulamento (CE) nº 1050/96⁽⁴⁾, o Conselho prorrogou a eficácia deste direito por um período de dois meses.

B. PROCESSO SUBSEQUENTE

- (3) O regulamento do direito provisório fixou um prazo dentro do qual as partes em causa podiam apresentar as suas observações por escrito e solicitar uma audiência pela Comissão.
- (4) Só um exportador bielorrusso em questão solicitou uma audiência, dentro do prazo, que lhe foi concedida.

- (5) A «Eurofibrefill», associação constituída por um grupo de utilizadores de PSF, apresentou as suas observações por escrito quase três meses após a entrada em vigor do regulamento do direito provisório e, por conseguinte, após o prazo acima referido. De qualquer modo, não apresentou argumentos diferentes dos que apresentara anteriormente, durante o inquérito realizado no âmbito do regulamento do direito provisório.

C. PRODUTO EM QUESTÃO E PRODUTO SIMILAR, *DUMPING*, INDÚSTRIA COMUNITÁRIA, PREJUÍZO, NEXO DE CAUSALIDADE DO PREJUÍZO E INTERESSE DA COMUNIDADE

- (6) Nenhuma das partes em causa apresentou outros regulamentos fundamentados relativamente às conclusões provisórias da Comissão sobre o produto em questão e o produto similar, o *dumping*, a indústria comunitária, o prejuízo, o nexo de causalidade do prejuízo e o interesse da Comunidade. Por conseguinte, estas conclusões, tal como apresentadas nos considerandos 10 a 78 do regulamento do direito provisório, são confirmadas pelo Conselho.

D. FORMA DA MEDIDA DEFINITIVA A SER INSTITUÍDA

- (7) Durante a audiência concedida ao exportador bielorrusso (ver considerando 4), este último inquiriu sobre a possibilidade de oferecer um compromisso de preços, para que o inquérito pudesse ser encerrado sem a instituição de direitos definitivos. No entanto, posteriormente não concretizou essa oferta.
- (8) A aceitação de um compromisso de preços não é considerada uma solução adequada para o presente caso pelas seguintes razões:
- a) Os preços mínimos de PSF teriam de ter em conta as consideráveis flutuações de preços das suas matérias-primas principais nos mercados internacionais, o que teria tornado um compromisso de preços impraticável;
- b) O produto em questão é extremamente heterogéneo. Seria muito difícil assegurar um controlo eficaz de um compromisso que incluía todos os diferentes tipos e combinações de PSF (factores como dimensão, cor, comprimento do corte, sombreado, etc. são todos decisivos para a fixação de um preço de venda). Existiria um grande risco de evasão aos direitos;

⁽¹⁾ JO nº L 56 de 6. 3. 1996, p. 1.

⁽²⁾ JO nº L 209 de 2. 8. 1988, p. 1. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 522/94 (JO nº L 66 de 10. 3. 1994, p. 10).

⁽³⁾ JO nº L 54 de 5. 3. 1996, p. 10.

⁽⁴⁾ JO nº L 139 de 12. 6. 1996, p. 16.

- c) A pouca cooperação verificada durante o inquérito, tal como demonstrado pelo facto de o exportador em causa ter apresentado elementos de prova unicamente a respeito de 2 % da quantidade total de PSF importado na Comunidade da Bielorrússia, faria com que este risco aumentasse ainda mais.
- (9) Nestas condições, considera-se que a medida definitiva mais adequada a instituir no âmbito do presente processo seria, por conseguinte, um direito *ad valorem*. O Conselho confirma esta posição.

E. DIREITO DEFINITIVO

- (10) A fim de estabelecer a nível do direito definitivo, a Comissão teve em conta a margem de *dumping* verificada e o montante do direito necessário para eliminar o prejuízo sofrido pela indústria comunitária, de acordo com a metodologia descrita nos considerandos 79 a 81 do regulamento do direito provisório.
- (11) Dado que o aumento dos preços de exportação necessário para eliminar o prejuízo sofrido pela indústria comunitária é superior à margem de *dumping* estabelecida, o direito definitivo deverá ser instituído com base nesta última, ou seja 43,5 %. O Conselho confirma este nível do direito definitivo.

F. COBRANÇA DO DIREITO PROVISÓRIO

- (12) Tendo em conta a margem de *dumping* estabelecida e a gravidade do prejuízo considerável causado à indústria comunitária, considera-se necessário que

os montantes *garantes* do direito *anti-dumping* provisório sejam definitivamente cobrados,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

1. É criado um direito *anti-dumping* definitivo sobre as importações de fibras descontínuas de poliésteres classificadas no código NC 5503 20 00 originárias da Bielorrússia.
2. A taxa do direito *anti-dumping* definitivo aplicável ao preço líquido franco-fronteira comunitária do produto desalfandegado é de 43,5 %.
3. Salvo disposição em contrário, são aplicáveis as disposições em vigor relativas aos direitos aduaneiros.

Artigo 2º

1. Os montantes *garantes* do direito *anti-dumping* provisório sobre as importações na Comunidade de fibras descontínuas de poliésteres originárias da Bielorrússia instituído pelo Regulamento (CE) nº 394/96 serão definitivamente cobrados.
2. O nº 3 do artigo 1º é aplicável à cobrança definitiva dos montantes *garantes* do direito *anti-dumping* provisório.

Artigo 3º

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 23 de Julho de 1996.

Pelo Conselho

O Presidente

I. YATES

REGULAMENTO (CE) Nº 1491/96 DA COMISSÃO
de 24 de Julho de 1996
relativo ao fornecimento de óleo vegetal a título de ajuda alimentar

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 3972/86 do Conselho, de 22 de Dezembro de 1986, relativo à política e à gestão da ajuda alimentar⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 1292/96⁽²⁾, e, nomeadamente, o nº 1, alínea c), do seu artigo 6º,

Considerando que o Regulamento (CEE) nº 1420/87 do Conselho, de 21 de Maio de 1987, que fixa as regras de execução do Regulamento (CEE) nº 3972/86, relativo à política e à gestão da ajuda alimentar⁽³⁾, estabelece a lista dos países e organismos susceptíveis de serem objecto das acções de ajuda e determina os critérios gerais relativos ao transporte da ajuda alimentar para lá do estádio FOB;

Considerando que, após várias decisões relativas à distribuição da ajuda alimentar, a Comissão concedeu a certos beneficiários 311 toneladas de óleo vegetal;

Considerando que é necessário efectuar esses fornecimentos de acordo com as regras previstas no Regulamento (CEE) nº 2200/87 da Comissão, de 8 de Julho de 1987, que estabelece as regras gerais de mobilização na Comunidade de produtos a fornecer a título de ajuda alimentar comunitária⁽⁴⁾, alterado pelo Regulamento (CEE) nº 790/91⁽⁵⁾; que é necessário precisar, nomeadamente,

os prazos e condições de fornecimento bem como o procedimento a seguir para determinar as despesas daí resultantes,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

A título da ajuda alimentar comunitária, realiza-se na Comunidade a mobilização de óleo vegetal tendo em vista fornecimentos aos beneficiários indicados no anexo, em conformidade com o disposto no Regulamento (CEE) nº 2200/87 e com as condições constantes do anexo. A atribuição dos fornecimentos é efectuada por via de concurso.

O fornecimento diz respeito à mobilização de óleo vegetal produzido na Comunidade. A mobilização não pode dizer respeito a um produto fabricado e/ou acondicionado sob o regime do aperfeiçoamento activo.

Considera-se que o adjudicatário tomou conhecimento da totalidade das condições gerais e especiais aplicáveis e as aceitou. Qualquer outra condição ou reserva contida na sua proposta é considerada como não escrita.

Artigo 2º

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 24 de Julho de 1996.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO nº L 370 de 30. 12. 1986, p. 1.

⁽²⁾ JO nº L 166 de 5. 7. 1996, p. 1.

⁽³⁾ JO nº L 136 de 26. 5. 1987, p. 1.

⁽⁴⁾ JO nº L 204 de 25. 7. 1987, p. 1.

⁽⁵⁾ JO nº L 81 de 28. 3. 1991, p. 108.

ANEXO

LOTE A

1. **Acção n.º (¹):** 1028/95
2. **Programa:** 1995
3. **Beneficiário (²):** CIRC, 19 avenue de la Paix, CH-1202 Genève [Tel. (41-22) 734 60 01; Telex 22269 CICR CH]
4. **Representante do beneficiário:** ICRC Delegation, Hujnady street, Proyezd 2 House 3A, Douchanbe, Tadjikistan
5. **Local ou país de destino (³):** Tadjiquistão
6. **Produto a mobilizar:** óleo de colza refinado
7. **Características e qualidade da mercadoria (⁴) (⁵):** ver JO n.º C 114 de 29. 4. 1991, p. 1 [ponto III.A. 1. a)]
8. **Quantidade total (toneladas líquidas):** 71
9. **Número de lotes:** 1
10. **Acondicionamento e marcação (⁶) (⁷):** ver JO n.º C 114 de 29. 4. 1991, p. 1 (pontos III.A.2.1, III.A.2.3 e III.A.3)
Caixas metálicas de 5 litros, sem cruzetas de cartão
Língua a utilizar na rotulagem: inglês
Inscrições complementares «TJ-0052»
11. **Modo de mobilização do produto:** mobilização de óleo de colza refinado produzido na Comunidade. A mobilização não pode dizer respeito a um produto fabricado e/ou acondicionado sob o regime do aperfeiçoamento activo
12. **Estádio de entrega:** : entregue no destino
13. **Porto de embarque:** —
14. **Porto de desembarque indicado pelo beneficiário:** —
15. **Porto de desembarque:** —
16. **Endereço do armazém e, se for caso disso, porto de desembarque:** ICRC warehouse, Douchanbe
17. **Período de colocação à disposição no porto de embarque, no caso da atribuição do fornecimento ocorrer no estádio porto de embarque:** 2 a 15. 9. 1996
18. **Data limite para o fornecimento:** 27. 10. 1996
19. **Processo para determinar as despesas de fornecimento:** concurso
20. **Data do final do prazo para a apresentação das propostas:** 13. 8. 1996, às 12 horas (hora de Bruxelas)
21. **Em caso de segundo concurso:**
 - a) **Data do final do prazo para submissão:** 27. 8. 1996, às 12 horas (hora de Bruxelas)
 - b) **Período de colocação à disposição no porto de embarque, no caso da atribuição do fornecimento ocorrer no estádio porto de embarque:** 16 a 29. 9. 1996
 - c) **Data limite para o fornecimento:** 10. 11. 1996
22. **Montante da garantia do concurso:** 15 ecus por tonelada
23. **Montante da garantia de entrega:** 10 % do montante da proposta expressa em ecus
24. **Endereço para o envio das propostas e das garantias do concurso (¹):**
Bureau de l'aide alimentaire, à l'attention de Monsieur T. Vestergaard, Bâtiment «Loi 130», bureau 7/46, rue de la Loi/Wetstraat 200, B-1049 Bruxelles/Brussel [Telex: 25670 AGREC B; Telefax: (32-2) 296 70 03/296 70 04]
25. **Restituição aplicável a pedido do adjudicatário (⁸):** —

LOTE B

1. **Acção nº** (1): 1024/95
2. **Programa:** 1995
3. **Beneficiário** (2): Euronaid, Postbus 12, NL-2501 CA Den Haag, Neederland [Tel.: (31 70) 33 05 757; Telefax: 36 41 701; Telex: 30960 EURON NL]
4. **Representante do beneficiário:** a designar pelo beneficiário
5. **Local ou país de destino:** Haiti
6. **Produto a mobilizar:** óleo de colza refinado
7. **Características e qualidade da mercadoria** (3) (7): ver JO nº C 114 de 29. 4. 1991, p. 1 [ponto III.A.1.a)]
8. **Quantidade total (toneladas líquidas):** 240
9. **Número de lotes:** 1
10. **Acondicionamento e marcação** (4) (6): ver JO nº C 114 de 29. 4. 1991, p. 1 (pontos III.A.2.1, III.A.2.3 e III.A.3)
Caixas metálicas de 5 litros, sem cruzetas de cartão
Língua a utilizar na rotulagem: francês
11. **Modo de mobilização do produto:** mobilização de óleo de colza refinado produzido na Comunidade. A mobilização não pode dizer respeito a um produto fabricado e/ou acondicionado sob o regime do aperfeiçoamento activo
12. **Estádio de entrega:** entregue no porto de embarque
13. **Porto de embarque:** —
14. **Porto de desembarque indicado pelo beneficiário:** —
15. **Porto de desembarque:** —
16. **Endereço do armazém e, se for caso disso, porto de desembarque:** —
17. **Período de colocação à disposição no porto de embarque:** de 9 a 29. 9. 1996
18. **Data limite para o fornecimento:** —
19. **Processo para determinar as despesas de fornecimento:** concurso
20. **Data do final do prazo para a apresentação das propostas:** 13. 8. 1996 às 12 horas (hora de Bruxelas)
21. **Em caso de segundo concurso:**
 - a) **Data do final do prazo para a apresentação das propostas:** 27. 8. 1996, às 12 horas (hora de Bruxelas)
 - b) **Período de colocação à disposição no porto de embarque:** de 23. 9 a 13. 10. 1996
 - c) **Data limite para o fornecimento:** —
22. **Montante da garantia do concurso:** 15 ecus por tonelada
23. **Montante da garantia de entrega:** 10 % do montante da proposta expressa em ecus
24. **Endereço para o envio das propostas e das garantias do concurso** (1):
Bureau de l'aide alimentaire, à l'attention de Monsieur T. Vestergaard, bâtiment «Loi 130», bureau 7/46, rue de la Loi/Wetstraat 200, B-1049 Bruxelles/Brussel [Telex: 25670 AGREC B; Telefax: (32-2) 296 70 03 / 296 70 04]
25. **Restituição aplicável a pedido do adjudicatário**(4): —

Notas:

- (¹) O número de acção deve ser incluído em toda a correspondência.
- (²) O adjudicatário contactará o beneficiário, o mais rapidamente possível, com vista a determinar os documentos de expedição necessários.
- (³) O adjudicatário apresentará ao beneficiário um certificado passado por uma instância oficial e que comprove que, para o produto a entregar, não foram ultrapassadas, no Estado-membro em causa, as normas em vigor relativas à radiação nuclear. O certificado de radioactividade deve indicar o teor de céσιο 134 e 137 e de iodo 131.
- (⁴) O disposto no nº 3, alínea g), do artigo 7º do Regulamento (CEE) nº 2200/87 não se aplica à apresentação das propostas.
- (⁵) Delegação da Comissão a contactar pelo adjudicatário: ver JO nº C 114 de 29. 4. 1991, p. 33.
- (⁶) Em derrogação do JO nº C 114, o ponto III.A.3.c) passa a ter a seguinte redacção: «A menção “Comunidade Europeia”».
- (⁷) O adjudicatário transmite ao beneficiário ou seu representante, aquando da entrega, um certificado sanitário.
- (⁸) A entregar em contentores de 20 pés. Condição: FCL/FCL (cada contentor deverá conter 15 toneladas líquidas). O fornecedor suportará o custo de colocação dos contentores, empilhados, no terminal de contentores no porto de embarque. O beneficiário suportará todos os custos de carregamento subsequentes, incluindo o custo de retirar os contentores do terminal de contentores.

Não são aplicáveis as disposições do nº 2, segundo parágrafo, do artigo 13º do Regulamento (CEE) nº 2200/87.

O adjudicatário deve apresentar ao agente receptor uma relação do conteúdo de cada contentor, especificando o número de embalagens de caixas metálicas referentes a cada número de expedição, tal como especificado no anúncio de concurso. O adjudicatário procederá ao acondicionamento das embalagens de cartão nos contentores de forma a colmatar os eventuais espaços vazios e estabilizará a última fiada de embalagens de cartão por meio de cintas de amarração.

O adjudicatário deve selar cada contentor por meio de um sistema de fecho com numeração (sysko lock-tainer 180 seal), cujo número deve ser fornecido ao expeditor do beneficiário.

- (⁹) Acondicionados em contentores de 20 pés. A franquia de detenção dos contentores deve ser de 15 dias no mínimo.
-

REGULAMENTO (CE) Nº 1492/96 DA COMISSÃO

de 26 de Julho de 1996

que altera o anexo II e o anexo III do Regulamento (CEE) nº 2455/92 do Conselho relativo à exportação e à importação de determinados produtos químicos perigosos

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 2455/92 do Conselho, de 23 de Julho de 1992⁽¹⁾, relativo à exportação e à importação de determinados produtos químicos perigosos, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 3135/94⁽²⁾, e, nomeadamente, os nºs 2 e 3 do seu artigo 11º,

Considerando que o Regulamento (CEE) nº 2455/92 estabelece um sistema de notificação e informação para as importações e exportações, provenientes de países terceiros e a eles destinadas, de determinados produtos químicos perigosos; que alguns desses produtos são abrangidos pelo processo internacional de consentimento prévio (PIC), instituído pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) e pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO);

Considerando que o Regulamento (CEE) nº 2455/92 prevê também a participação da Comunidade no processo internacional de notificação e de prévia informação e consentimento;

Considerando que o nº 3 do artigo 5º do Regulamento (CEE) nº 2455/92 estipula, *inter alia*, que o anexo II do mesmo regulamento deve incluir uma lista de produtos químicos abrangidos pelo processo internacional PIC, uma lista dos países que participam no sistema PIC e as decisões PIC dos países importadores;

Considerando que o nº 2 do artigo 11º do Regulamento (CEE) nº 2455/92 estipula que o anexo II deve ser alterado nos casos em que o PNUA e a FAO tenham alterações à lista de produtos químicos abrangidos pelo processo internacional PIC e pelas decisões PIC dos países importadores;

Considerando que, na medida em que foram já propostas algumas dessas alterações, é necessário, em conformidade com o artigo 11º do Regulamento (CEE) nº 2455/92, alterar o seu anexo II, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 41/94 da Comissão⁽³⁾;

Considerando que a exportação dos produtos químicos a que se aplica o Regulamento (CEE) nº 2455/92 deve ficar sujeita a um processo comum de notificação que permita à Comunidade notificar países terceiros de tais exportações;

Considerando que o nº 1 do artigo 4º do regulamento estipula que as notificações das exportações da Comunidade para países terceiros devem satisfazer as exigências estabelecidas no anexo III;

Considerando que, tendo em conta a experiência acumulada e de modo a assegurar uma melhor informação dos países terceiros, é aconselhável alterar o anexo III do Regulamento (CEE) nº 2455/92;

Considerando que o presente regulamento está em conformidade com o parecer do comité instituído nos termos do artigo 29º da Directiva 67/548/CEE⁽⁴⁾ do Conselho, de 27 de Junho de 1967, relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas respeitantes à classificação, embalagem e rotulagem das substâncias perigosas, com a última redacção que lhe foi dada pela Directiva 94/69/CE da Comissão⁽⁵⁾,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

O anexo I do presente regulamento substitui o anexo II do Regulamento (CEE) nº 2455/92.

Artigo 2º

O anexo II do presente regulamento substitui o anexo III do Regulamento (CEE) nº 2455/92.

Artigo 3º

O presente regulamento entra em vigor um mês após a sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

⁽¹⁾ JO nº L 251 de 29. 8. 1992, p. 13.

⁽²⁾ JO nº L 332 de 22. 12. 1994, p. 1.

⁽³⁾ JO nº L 8 de 12. 1. 1994, p. 1.

⁽⁴⁾ JO nº L 196 de 16. 8. 1967, p. 1.

⁽⁵⁾ JO nº L 381 de 31. 12. 1994, p. 1.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 26 de Julho de 1996.

Pela Comissão
Martin BANGEMANN
Membro da Comissão

ANEXO I

«ANEXO II

As informações contidas no presente anexo baseiam-se na 5ª circular PIC, de Julho de 1995 e na actualização da 5ª circular PIC, de Janeiro de 1996

1. Lista de produtos sujeitos ao processo internacional PIC

Na sequência das acções de controlo comunicadas pelos países participantes foram introduzidos no processo internacional PIC os produtos a seguir referidos. Relativamente, a aldrina, dieldrina, DDT, dinoseb e respectivos sais, fluoracetamida, HCH, clordano, clordimeforme, ci-hexatina, EDB, heptacloro e compostos de mercúrio, as acções de controlo comunicadas referem-se à sua utilização na qualidade de pesticidas (em conformidade com a definição da FAO/UNEP). Relativamente a crocidolite, PBBs, PCBs, PCTs e aos fosfato de tris (2,3-dibromopropilo) as acções de controlo comunicadas referem-se à sua utilização industrial. A fim de ajudar os diversos países a tomarem decisões importantes relativas aqueles produtos a UNEP/FAO (IRPTC) elaborou documentos de orientação de decisão-«Decision Guidance Documents» (DGD). No entanto, os DGD não são a única informação tomada em consideração pelos países quando tomam a sua decisão de importação. Assim sendo, a decisão de importação não se refere necessariamente às utilizações mencionadas no DGD.

Aldrina	Nº CAS 309-00-2	Nº CE 206-215-8
Dieldrina	Nº CAS 60-57-1	Nº CE 200-484-5
DDT	Nº CAS 50-29-3	Nº CE 200-024-3
Dinoseb e respectivos sais	Nº CAS 88-85-7	Nº CE 201-861-7
Fluoroacetamida	Nº CAS 640-19-7	Nº CE 211-363-1
HCH (mistura de isómeros)	Nº CAS 608-73-1	Nº CE 210-168-9
Clordano	Nº CAS 57-74-9	Nº CE 200-349-0
Clordimeforme	Nº CAS 6164-98-3	Nº CE 228-200-5
Ci-hexatina (¹)	Nº CAS 13121-70-5	Nº CE 236-049-1
EDB (1,2-Dibrometano)	Nº CAS 106-93-4	Nº CE 203-444-5
Heptacloro	Nº CAS 76-44-8	Nº CE 200-962-3
Compostos de mercúrio tais como		
— Oxido de mercúrio,	Nº CAS 21908-53-2	Nº CE 244-654-7
— Cloreto de mercúrio (Calomel),	Nº CAS 10112-91-1	Nº CE 233-307-5
— Outros compostos inorgânicos de mercúrio,		
— Compostos de alquil-mercúrio,		
— Compostos de alcóxi-alquil e de aril-mercúrio		
Crocidolite	Nº CAS 12001-28-4	Nº CE 310-127-6
Bifenilos polibromados (PBB)	Nº CAS 36355-01-8, 27858-07-7, 13654-09-6	Nº CE 252-994-2, 248-696-7, 237-137-2
Bifenilos policlorados (PCB) exceptuando os bifenilos mono e diclorados	Nº CAS 1336-36-3	Nº CE 215-648-1
Terfenilos policlorados (PCT)	Nº CAS 61788-33-8	Nº CE 262-968-2
Fosfato de tris (2,3-dibromopropilo)	Nº CAS 126-72-7	Nº CE 204-799-9

(¹) A partir de 1 de Setembro de 1996 a ci-hexatina deixa de estar subordinada ao procedimento PIC.

2. Lista dos países que participam no sistema PIC

Afeganistão (*)	Federação Russa
África do Sul (*)	Fiji
Albânia	Filipinas
Andorra (*)	Gabão (*)
Angola	Gâmbia
Antígua e Barbuda	Gana
Arábia Saudita	Geórgia (*)
Argélia	Granada
Argentina	Guatemala
Arménia (*)	Guiana (*)
Austrália	Guiné-Bissau (*)
Azerbaijão (*)	Guiné
Baamas	Guiné Equatorial (*)
Bangladesh	Haiti
Barbados	Holy See (*)
Barém	Honduras
Belize	Hungria
Benim	Iémen (*)
Bielorrússia (*)	Ilhas Salomão
Bolívia	Ilhas Cook
Bósnia-Herzegovina (*)	Ilhas Marshall (*)
Botswana (*)	Índia
Brasil	Indonésia
Brunei (*)	Irão
Bulgária	Iraque
Burkina Faso	Israel
Burundi	Jamaica
Butão	Japão
Cabo Verde	Jibuti (*)
Camarões	Jordânia
Camboja (*)	Jugoslávia (*)
Canadá	Kiribati (*)
Catar	Kuwait
Cazaquistão	Lesoto
Chile	Letónia
China	Líbano
Chipre	Libéria
Colômbia	Líbia
Comores	Lituânia
Congo	Macedónia (*)
Costa do Marfim	Madagáscar
Costa Rica	Malásia
Croácia (*)	Malawi
Cuba	Maldivas (*)
Dominica	Mali (*)
Egipto	Malta
El Salvador	Marrocos
Emirados Árabes Unidos	Maurícia
Equador	Mauritânia
Eritreia (*)	México
Eslováquia	Moçambique
Eslovénia (*)	Moldávia
Estados Unidos da América	Mónaco (*)
Estados Federados da Micronésia (*)	Mongólia
Estónia	Myanmar
Etiópia	Namíbia (*)

Nauru (*)	Senegal
Nepal	Serra Leoa
Nicarágua	Seychelles (*)
Níger	Singapura (*)
Nigéria	Somália (*)
Nova Zelândia	Sri Lanka
Omã	Suazilândia (*)
Panamá	Sudão
Papua-Nova Guiné	Suíça
Paquistão	Suriname
Paraguai	Tailândia
Peru	Tajiquistão
Polónia (*)	Togo
Quénia	Tonga
Quirguizistão (*)	Trindade e Tobago
República Centrafricana	Tunísia
República Popular Democrática da Coreia (*)	Turquemenistão (*)
República Árabe Síria	Turquia
República Dominicana	Tuvalu (*)
República Unida da Tanzânia	Ucrânia (*)
República do Chade	Uganda
República Checa (1)	União Europeia
República Democrática Popular do Laos (*)	(seus Estados-membros e partes do Acordo EEE) (2)
República da Coreia	Uruguai
Roménia	Usbequistão
Ruanda	Vanuatu
Saint Kitts e Nevis	Venezuela
Samoa	Vietname
Santa Lúcia	Zaire
São Tomé e Príncipe	Zâmbia
São Marino (*)	Zimbabué
São Vicente e Granadinas	

(*) Estes países não nomearam um organismo nacional designado.

(1) Apenas ponto focal.

(2) Estados-membros da União Europeia: Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Espanha, Suécia, Reino Unido.
Partes do acordo EEE: União Europeia, Islândia, Liechtenstein, Noruega.

3. *Decisões dos participantes*

Produto	País	Decisão final relativa à importação
Aldrina (Nº CE 206-215-8) (Nº CAS 309-00-2)	Angola	Proibida
	Austrália	Proibida
	Bangladesh	Proibida
	Barbados	Proibida
	Belize	Proibida
	Benim	Proibida
	Bolívia	Proibida
	Bulgária	Proibida
	Butão	Proibida
	Cabo Verde	Proibida
	Camarões	Proibida
	Catar	Proibida
	Chile	Proibida
	China	Proibida
	Chipre	Proibida
	Costa Rica	Proibida
	Cuba	Proibida
	Domínica	Proibida
	El Salvador	Proibida
	Emirados Árabes Unidos	Proibida
	Equador	Proibida
	Fiji	Proibida
	Filipinas	Proibida
	Gâmbia	Proibida
	Guatemala	Proibida
	Honduras	Proibida
	Hungria	Proibida
	Ilhas Cook	Proibida
	Índia	Proibida
	Indonésia	Proibida
	Japão	Proibida
	Jordânia	Proibida
	Kuwait	Proibida
	Líbano	Proibida
	Malta	Proibida
	Marrocos	Proibida
	Maurícia	Proibida
	México	Proibida
	Moçambique	Proibida
	Mongólia	Proibida
Nicarágua	Proibida	
Níger	Proibida	
Nova Zelândia	Proibida	
Paquistão	Proibida	
Peru	Proibida	
Quênia	Proibida	
República Dominicana	Proibida	
República do Chade	Proibida	
Ruanda	Proibida	
Samoa	Proibida	
Santa Lúcia	Proibida	
Síria	Proibida	

Produto	País	Decisão final relativa à importação	
Dieldrina (Nº CE 200-484-5) (Nº CAS 60-57-1)	Sri Lanka	Autorizada (necessária aprovação por escrito da entidade responsável)	
	Sudão	Autorizada (no combate às térmitas)	
	Suíça	Proibida	
	Suriname	Proibida	
	Tailândia	Autorizada (no combate às térmitas e para uso doméstico)	
	Tanzânia	Autorizada (em casos de emergência, em quantidades limitadas)	
	Togo	Proibida	
	Turquia	Proibida	
	Uganda	Proibida	
	União Europeia		
	— Estados-membros:		Proibida para utilizações fitossanitárias (para outras utilizações, é necessária uma autorização por escrito, no caso das importações para a Bélgica, Dinamarca, França, Itália, Países Baixos e Espanha)
	— Partes do Acordo EEE:		
	Islândia		Proibida para utilizações fitossanitárias
	Liechtenstein		Proibida
	Noruega		Proibida
	Vanuatu		Proibida
	Venezuela		Autorizada (necessária aprovação do Ministério da Saúde ou da Agricultura)
	Vietname		Proibida
	Zaire		Proibida
	Angola		Proibida
	Austrália		Proibida
	Barbados		Proibida
	Belize		Proibida
	Benim		Proibida
	Bolívia		Proibida
	Bulgária		Proibida
	Butão		Proibida
	Cabo Verde		Proibida
	Camarões		Proibida
	Catar		Proibida
	Chile		Proibida
	China		Proibida
	Chipre		Proibida
	Costa Rica		Proibida
	Cuba		Proibida
	Domínica		Proibida
	El Salvador		Proibida
	Emirados Árabes Unidos		Proibida
	Equador		Proibida
	Fiji		Proibida
	Filipinas		Proibida
	Gâmbia		Proibida
Guatemala		Proibida	
Honduras		Proibida	
Hungria		Proibida	
Ilhas Cook		Proibida	

Produto	País	Decisão final relativa à importação
	Índia	Autorizada (apenas no combate aos gafanhotos)
	Indonésia	Proibida
	Japão	Proibida
	Jordânia	Proibida
	Kuwait	Proibida
	Líbano	Proibida
	Malta	Proibida
	Marrocos	Proibida
	Maurícia	Proibida
	México	Proibida
	Moçambique	Proibida
	Mongólia	Proibida
	Nicarágua	Proibida
	Níger	Proibida
	Nova Zelândia	Proibida
	Paquistão	Proibida
	Paraguai	Proibida
	Peru	Proibida
	Quénia	Proibida
	República Centrafricana	Proibida
	República Dominicana	Proibida
	Ruanda	Proibida
	Samoa	Proibida
	Santa Lúcia	Proibida
	Síria	Proibida
	Sri Lanka	Autorizada (necessária aprovação por escrito da entidade responsável)
	Sudão	Autorizada (no combate às térmitas)
	Suíça	Proibida
	Suriname	Proibida
	Tailândia	Proibida
	Tanzânia	Autorizada (em casos de emergência, em quantidades limitadas)
	Togo	Proibida
	Turquia	Proibida
	União Europeia	
	— Estados-membros:	Proibida para utilizações fitossanitárias (para outras utilizações, é necessária uma autorização por escrito, no caso das importações para a Bélgica, Dinamarca, França, Itália, Países Baixos e Espanha)
	— Partes do Acordo EEE:	
	Islândia	Proibida para utilizações fitossanitárias
	Liechtenstein	Proibida
	Noruega	Proibida
	Vanuatu	Proibida
	Venezuela	Autorizada (necessária aprovação do Ministério da Saúde ou da Agricultura)
	Vietname	Proibida
	Zaire	Proibida

Produto	País	Decisão final relativa à importação
DDT (Nº CE 200-024-3) (Nº CAS 50-29-3)	Angola	Proibida
	Austrália	Proibida
	Barbados	Proibida
	Belize	Proibida
	Benim	Proibida
	Bolívia	Autorizada apenas quando certificada pelo Ministério da Saúde para utilização no domínio da saúde pública (controlo do vector da malária)
		Proibida que uso agrícola
	Bulgária	Proibida
	Cabo Verde	Proibida
	Camarões	Proibida
	Catar	Proibida
	Chile	Proibida
	China	Proibida
	Chipre	Proibida
	Congo	Proibida
	Costa Rica	Proibida
	Cuba	Proibida
	Domínica	Proibida
	El Salvador	Proibida
	Emirados Árabes Unidos	Proibida
	Equador	Proibida
	Fiji	Proibida
	Filipinas	Autorizada (necessária autorização especial do Ministério da Saúde, para o controlo do vector da malária)
		Proibida
	Gâmbia	Proibida
	Guatemala	Proibida
	Honduras	Proibida
	Hungria	Proibida
	Ilhas Cook	Proibida
	Indonésia	Proibida
	Japão	Proibida
	Jordânia	Proibida
	Kuwait	Proibida
	Líbano	Proibida
	Malta	Proibida
	Marrocos	Proibida
	Maurícia	Autorizada (utilização restringida aos serviços de saúde pública)
		Proibida
	Moçambique	Proibida
	Mongólia	Proibida
	Nicarágua	Proibida
Níger	Proibida	
Nova Zelândia	Proibida	
Paquistão	Proibida	
Paraguai	Proibida	
Peru	Proibida	
República do Chade	Proibida	
República Centrafricana	Proibida	
Ruanda	Proibida	
Samoa	Proibida	
Santa Lúcia	Proibida	
Síria	Proibida	
Sri Lanka	Autorizada (necessária autorização especial, para o controlo do vector da malária. Proibidas as utilizações agrícolas)	

Produto	País	Decisão final relativa à importação
	Sudão	Autorizada (apenas para utilizações no domínio da saúde pública)
	Suíça	Autorizada (a importação apenas é autorizada para o tratamento e reexportação)
	Suriname	Proibida
	Tailândia	Autorizada
	Tanzânia	Autorizada (em casos de emergência, em quantidades limitadas)
	Togo	Proibida
	Turquia	Proibida
	Uganda	Proibida
	União Europeia	
	— Estados-membros:	
	Bélgica, Dinamarca, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Espanha, Reino Unido	Proibida para utilizações fitossanitárias (para outras utilizações, é necessária uma autorização por escrito, no caso das importações para a Bélgica, Dinamarca, França, Itália, Países Baixos e Espanha)
	Áustria, Finlândia, Alemanha, Suécia	Proibida para todas as utilizações
	— Partes do Acordo EEE:	
	Islândia	Proibida para utilizações fitossanitárias
	Liechtenstein	Proibida
	Noruega	Proibida
	Vanuatu	Proibida
	Venezuela	Autorizada (necessária autorização do Ministério da Saúde ou da Agricultura)
	Vietname	Autorizada (importação pelo Ministério da Saúde para utilização no domínio da saúde pública)
	Zaire	Proibida
Dinosebe e respectivos sais (Nº CE 201-861-7) (Nº CAS 88-85-7)	Austrália	Proibida
	Barbados	Proibida
	Belize	Proibida
	Benim	Proibida
	Bolívia	Proibida
	Bulgária	Proibida
	Burundi	Proibida
	Butão	Proibida
	Cabo Verde	Proibida
	Camarões	Proibida
	Catar	Proibida
	China	Proibida
	Chipre	Proibida
	Costa Rica	Proibida
	Cuba	Proibida
	Domínica	Proibida
	Emirados Árabes Unidos	Proibida
	Equador	Proibida
	Fiji	Proibida
	Filipinas	Proibida
	Gâmbia	Proibida
	Guatemala	Proibida
	Honduras	Proibida

Produto	País	Decisão final relativa à importação
	Hungria	Proibida
	Ilhas Cook	Proibida
	Indonésia	Proibida
	Japão	Proibida
	Kuwait	Proibida
	Malásia	Proibida
	Malta	Proibida
	Marrocos	Autorizada (para utilização contra as ervas daninhas em leguminosas; quantidade limitada a 500-1000 kg/ano)
	Maurícia	Proibida
	México	Proibida
	Moçambique	Proibida
	Mongólia	Proibida
	Nepal	Proibida
	Níger	Proibida
	Nova Zelândia	Proibida
	Panamá	Proibida
	Paquistão	Proibida
	Paraguai	Proibida
	Peru	Proibida
	Quénia	Proibida
	República do Chade	Proibida
	Samoa	Proibida
	Santa Lúcia	Proibida
	Síria	Proibida
	Sri Lanka	Proibida
	Sudão	Proibida
	Suíça	Autorizada
	Suriname	Proibida
	Tailândia	Proibida
	Tanzânia	Proibida
	Turquia	Proibida
	Uganda	Proibida
	União Europeia	
	— Estados-membros:	
	Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Espanha, Reino Unido	Proibida para utilizações fitossanitárias. Para outras utilizações, é necessária uma autorização por escrito, no caso das importações para a Bélgica, Dinamarca, Itália, Países Baixos e Espanha
	Finlândia, Suécia	Proibida
	— Partes do Acordo EEE:	
	Islândia	Proibida para utilizações fitossanitárias
	Liechtenstein	Proibida para utilizações fitossanitárias (para outras utilizações, é necessária uma autorização por escrito)
	Noruega	Proibida
	Vanuatu	Proibida
	Venezuela	Autorizada (é necessário apresentar um documento que refira as respectivas propriedades e dados toxicológicos, bem como um atestado de controlo da qualidade)

Produto	País	Decisão final relativa à importação
Fluoroacetamida (Nº CE 211-363-1) (Nº CAS 640-19-7)	Vietname	Proibida
	Zaire	Proibida
	Zimbabué	Proibida
	Angola	Proibida
	Austrália	Proibida
	Belize	Proibida
	Benim	Proibida
	Bolívia	Proibida
	Bulgária	Proibida
	Burundi	Proibida
	Butão	Proibida
	Cabo Verde	Proibida
	Camarões	Proibida
	Catar	Proibida
	China	Proibida
	Chipre	Proibida
	Costa Rica	Proibida
	Cuba	Proibida
	Domínica	Proibida
	El Salvador	Proibida
	Equador	Proibida
	Fiji	Proibida
	Filipinas	Proibida
	Gâmbia	Proibida
	Guatemala	Proibida
	Honduras	Proibida
	Hungria	Proibida
	Ilhas Cook	Proibida
	Índia	Proibida
	Indonésia	Proibida
	Japão	Proibida
	Líbano	Proibida
	Malásia	Proibida
Malta	Proibida	
Marrocos	Proibida	
Maurícia	Proibida	
México	Proibida	
Moçambique	Proibida	
Mongólia	Proibida	
Nepal	Proibida	
Nicarágua	Proibida	
Níger	Proibida	
Nova Zelândia	Proibida	

Produto	País	Decisão final relativa à importação
	Panamá	Proibida
	Paquistão	Proibida
	Paraguai	Proibida
	Peru	Proibida
	Quénia	Proibida
	República do Chade	Proibida
	Samoa	Proibida
	Santa Lúcia	Proibida
	Síria	Proibida
	Sri Lanka	Proibida
	Sudão	Proibida
	Suíça	Proibida
	Suriname	Proibida
	Tailândia	Proibida
	Tanzânia	Proibida
	Turquia	Proibida
	Uganda	Proibida
	União Europeia	
	— Estados-membros:	
	Áustria	Proibida para utilizações fitossanitárias. Para outras utilizações, é necessária uma autorização por escrito
	Bélgica, Dinamarca	Autorizada (necessária autorização por escrito)
	Finlândia	Autorizada (necessária aprovação prévia)
	França	Autorizada (para utilizações fitossanitárias, é necessária uma autorização por escrito)
	Alemanha	Proibida para utilizações fitossanitárias
	Grécia	Autorizada (como ingrediente de rodenticidas, é necessária uma autorização por escrito)
	Irlanda	Autorizada (necessária autorização prévia)
	Itália	Proibida
	Luxemburgo, Países Baixos	Proibida
	Portugal	Proibida para utilizações fitossanitárias
	Espanha	Autorizada (necessária autorização por escrito)
	Suécia	Autorizada (necessária aprovação prévia)
	Reino Unido	Autorizada (necessária autorização prévia)
	— Partes do Acordo EEE:	
	Islândia	Autorizada (necessária autorização por escrito)
	Liechtenstein	
	Noruega	Proibida
	Vanuatu	Proibida
	Venezuela	Autorizada (é necessária apresentar um documento que refira as respectivas propriedades e dados toxicológicos, bem como um atestado de controlo da qualidade)
	Vietname	Proibida
	Zaire	Proibida
	Zimbabué	Proibida

Produto	País	Decisão final relativa à importação
HCH (mistura de isómeros) (Nº CE 210-168-9) (Nº CAS 608-73-1)	Angola	Proibida
	Austrália	Proibida
	Barbados	Proibida
	Benim	Proibida
	Bolívia	Proibida
	Bulgária	Proibida
	Cabo Verde	Proibida
	Camarões	Proibida
	Catar	Proibida
	Chile	Proibida
	China	Proibida
	Chipre	Proibida
	Costa Rica	Proibida
	Cuba	Proibida
	Domínica	Proibida
	El Salvador	Proibida
	Emirados Árabes Unidos	Proibida
	Equador	Proibida
	Fiji	Proibida
	Filipinas	Proibida
	Gâmbia	Proibida
	Guatemala	Proibida
	Honduras	Proibida
	Hungria	Proibida
	Ilhas Cook	Proibida
	Indonésia	Proibida
	Japão	Proibida
	Jordânia	Proibida
	Kuwait	Proibida
	Líbano	Proibida
	Malásia	Proibida
	Malta	Proibida
	Marrocos	Proibida
	Maurícia	Proibida
	México	Proibida
	Moçambique	Proibida
	Mongólia	Proibida
	Nicarágua	Proibida
	Nova Zelândia	Proibida
	Paquistão	Proibida
	Paraguai	Proibida
	Peru	Proibida
Quénia	Proibida	
República do Chade	Proibida	
Ruanda	Proibida	
Samoa	Proibida	
Santa Lúcia	Proibida	
Síria	Proibida	
Sri Lanka	Proibida	
Sudão	Proibida	
Suíça	Proibida	
Suriname	Proibida	
Tailândia	Proibida	
Tanzânia	Autorizada	
Togo	Proibida	
Turquia	Proibida	

Produto	País	Decisão final relativa à importação
Clordano (Nº CE 200-349-0) (Nº CAS 57-74-9)	União Europeia — Estados-membros: Bélgica, Dinamarca, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Espanha, Reino Unido	Proibida para utilizações fitossanitárias. Para outras utilizações, é necessária uma autorização por escrito, no caso das importações para a Bélgica, Dinamarca, França, Itália, Países Baixos e Espanha Proibida
	Áustria, Finlândia, Suécia — Partes do Acordo EEE: Islândia Liechtenstein Noruega	Proibida para utilizações fitossanitárias Proibida Proibida Proibida
	Vanuatu Venezuela	Autorizada (necessária autorização do Ministério da Saúde ou da Agricultura)
	Vietname Zaire	Proibida Proibida
	Austrália	Autorizada (cada remessa deve ser aprovada pelo organismo nacional designado; a utilização deverá cessar em 30 de Junho de 1997)
	Barbados	Proibida
	Belize	Proibida
	Bolívia	Proibida
	Bulgária	Proibida
	Camarões	Proibida
	Catar	Proibida
	Chile	Proibida
	China	Proibida
	Congo	Proibida
	Costa Rica	Proibida
	Cuba	Autorizada (em quantidades reduzidas, inferiores a 1 MT/ano de PH 75 % ou de outra substância destinada ao fabrico nacional de produtos para o combate às formigas com um teor de ingredientes activos inferior a 0,75 %)
	Domínica	Proibida
	El Salvador	Proibida
	Emirados Árabes Unidos	Proibida
	Equador	Proibida
	Fiji	Proibida
	Filipinas	Autorizada
	Gâmbia	Proibida
	Guatemala	Proibida
	Honduras	Proibida
	Hungria	Proibida
	Ilhas Cook	Proibida
	Indonésia	Proibida
	Jordânia	Proibida
	Líbano	Proibida
	Malta	Proibida
	Marrocos	Proibida
Maurícia	Proibida	
Moçambique	Proibida	
Mongólia	Proibida	

Produto	País	Decisão final relativa à importação
Clordimeforme (Nº CE 228-200-5) (Nº CAS 6164-98-3)	Nepal	Proibida
	Nicarágua	Proibida
	Níger	Proibida
	Nova Zelândia	Proibida
	Paquistão	Proibida
	Paraguai	Proibida
	República do Chade	Proibida
	República Dominicana	Proibida
	Samoa	Proibida
	Santa Lúcia	Proibida
	Síria	Proibida
	Sri Lanka	Autorizada (necessária aprovação por escrito da entidade responsável)
	Sudão	Autorizada
	Suíça	Proibida
	Tailândia	Autorizada (apenas no combate às térmitas, nas explorações de cana-de-açúcar, ananás, borracha-do-pará e óleo de palma)
	Togo	Proibida
	Turquia	Proibida
	União Europeia	
	— Estados-membros:	
	Áustria, Bélgica, Dinamarca, França,	
	Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália,	
	Luxemburgo, Países Baixos, Portugal,	
	Espanha, Reino Unido	Proibida para utilizações fitossanitárias.
		Para outras utilizações, é necessária uma
		autorização por escrito, no caso das impor-
		tações para a Bélgica, Dinamarca, França,
		Itália, Países Baixos e Espanha
		Proibida
	Finlândia, Suécia	
	— Partes do Acordo EEE:	
	Islândia	Proibida para utilizações fitossanitárias
	Liechtenstein	Proibida
	Noruega	Proibida
	Vietname	Proibida
	Zaire	Proibida
	Austrália	Proibida
	Barbados	Proibida
	Bolívia	Proibida
	Bulgária	Proibida
	Catar	Proibida
	China	Proibida
	Congo	Proibida
	Costa Rica	Proibida
Cuba	Proibida	
Domínica	Proibida	
El Salvador	Proibida	
Emirados Árabes Unidos	Proibida	
Equador	Proibida	
Fiji	Proibida	
Filipinas	Proibida	
Gâmbia	Proibida	
Guatemala	Proibida	
Honduras	Proibida	
Hungria	Proibida	
Ilhas Cook	Proibida	
Índia	Proibida	

Produto	País	Decisão final relativa à importação
	Indonésia	Proibida
	Jordânia	Proibida
	Líbano	Proibida
	Malásia	Proibida
	Malta	Proibida
	Marrocos	Proibida
	Maurícia	Proibida
	México	Proibida
	Moçambique	Proibida
	Mongólia	Proibida
	Nepal	Proibida
	Nicarágua	Proibida
	Níger	Proibida
	Nova Zelândia	Proibida
	Omã	Proibida
	Paquistão	Proibida
	Paraguai	Proibida
	República Dominicana	Proibida
	República do Chade	Proibida
	Ruanda	Autorizada
	Samoa	Proibida
	Santa Lúcia	Proibida
	Síria	Proibida
	Sri Lanka	Proibida
	Sudão	Proibida
	Suíça	Proibida
	Tailândia	Proibida
	Turquia	Proibida
	União Europeia	
	— Estados-membros:	
	Áustria	Proibida para utilizações fitossanitárias
	Bélgica	Autorizada (necessária autorização por escrito)
	Dinamarca	
	Finlândia	Autorizada (necessária aprovação prévia)
	França	Autorizada (para utilizações fitossanitárias, é necessária uma autorização por escrito)
	Alemanha	Proibida para utilizações fitossanitárias
	Grécia	Proibida
	Irlanda	Autorizada (necessária autorização prévia)
	Itália	Proibida
	Luxemburgo	
	Países Baixos	Proibida
	Portugal	Autorizada (para utilizações fitossanitárias, é necessária uma autorização por escrito)
	Espanha	Autorizada
	Suécia	Autorizada (necessária aprovação prévia)
	Reino Unido	Autorizada (necessária autorização por escrito)
	— Partes do Acordo EEE:	
	Islândia	Autorizada (necessária autorização por escrito)
	Liechtenstein	Proibida
	Noruega	Proibida
	Zaire	Proibida

Produto	País	Decisão final relativa à importação
Ci-hexatina (1) (Nº CE 236-049-1) (Nº CAS 13121-70-5)	Austrália	Proibida
	Barbados	Proibida
	Belize	Proibida
	Bolívia	Proibida
	Bulgária	Proibida
	Camarões	Proibida
	Catar	Proibida
	China	Proibida
	Congo	Proibida
	Costa Rica	Proibida
	Cuba	Proibida
	Domínica	Proibida
	El Salvador	Proibida
	Emirados Árabes Unidos	Proibida
	Equador	Proibida
	Etiópia	Autorizada (necessária aprovação prévia)
	Fiji	Proibida
	Filipinas	Proibida
	Gâmbia	Proibida
	Guatemala	Proibida
	Honduras	Proibida
	Hungria	Autorizada
	Ilhas Cook	Proibida
	Índia	Proibida
	Jordânia	Proibida
	Kuwait	Proibida
	Malásia	Proibida (excepto em quantidades reduzidas, para utilização nos domínios da investigação e do ensino, mediante licença de importação)
	Malta	Proibida
	Maurícia	Proibida
	México	Proibida
	Moçambique	Proibida
	Mongólia	Proibida
	Nepal	Proibida
	Nicarágua	Proibida
	Nova Zelândia	Proibida
	Omã	Proibida
	Paquistão	Proibida
	República do Chade	Proibida
	Samoa	Proibida
	Santa Lúcia	Proibida
	Síria	Proibida
	Sri Lanka	Proibida
	Sudão	Proibida
	Suíça	Autorizada
	Tailândia	Proibida
	Turquia	Proibida
	União Europeia	
— Estados-membros:		
Áustria	Proibida para utilizações fitossanitárias. Para outras utilizações, é necessária uma autorização por escrito	
Bélgica, Dinamarca	Autorizada (necessária autorização por escrito)	

(1) A partir de 1 de Setembro de 1996 a ci-hexatina deixa de estar subordinada ao procedimento PIC.

Produto	País	Decisão final relativa à importação	
EDB (1,2-dibromoetano) (Nº CE 203-444-5) (Nº CAS 106-93-4)	Finlândia	Autorizada (necessária aprovação prévia)	
	França	Autorizada	
	Alemanha	Autorizada (para utilizações fitossanitárias, é necessária autorização por escrito)	
	Grécia	Autorizada (necessária autorização por escrito)	
	Irlanda	Autorizada (necessária autorização prévia)	
	Itália	Autorizada (para utilizações fitossanitárias, é necessária autorização por escrito)	
	Luxemburgo Países Baixos	Autorizada (necessária autorização por escrito)	
	Portugal	Autorizada (para utilizações fitossanitárias, é necessária uma autorização por escrito)	
	Espanha	Autorizada (para utilizações fitossanitárias é necessária uma autorização por escrito)	
	Suécia	Proibida	
	Reino Unido	Proibida para utilizações fitossanitárias	
	— Partes do Acordo EEE:		
	Islândia	Autorizada (necessária autorização por escrito)	
	Liechtenstein	Autorizada (necessária autorização por escrito)	
	Noruega	Proibida	
	Vietname	Proibida	
	Zaire	Proibida	
	Austrália	Autorizada	
	Belize	Proibida	
	Bolívia	Proibida	
	Bulgária	Proibida	
	Catar	Proibida	
	Chile	Proibida	
	China	Proibida	
	Congo	Proibida	
	Costa Rica	Proibida	
	Cuba	Proibida	
	Domínica	Proibida	
	El Salvador	Proibida	
	Emirados Árabes Unidos	Proibida	
	Fiji	Proibida	
	Filipinas	Proibida	
	Gâmbia	Proibida	
Guatemala	Proibida		
Honduras	Proibida		
Hungria	Proibida		
Índia	Autorizada (utilização limitada à fumigação de cereais alimentares por organizações governamentais e pessoal dos serviços de combate às pestes, cuja competência deve ser comprovada pelo <i>Plant Protection Advisor</i> do governo da Índia)		

Produto	País	Decisão final relativa à importação
	Indonésia	Proibida
	Jordânia	Proibida
	Kuwait	Proibida
	Líbano	Proibida
	Malásia	Proibida (excepto em quantidades reduzidas, para utilização nos domínios da investigação e do ensino, mediante licença de importação)
	Malta	Proibida
	Marrocos	Proibida
	Maurícia	Proibida
	México	Proibida
	Moçambique	Proibida
	Mongólia	Proibida
	Nepal	Proibida
	Nicarágua	Proibida
	Níger	Proibida
	Nova Zelândia	Autorizada (para fumigação por pessoal dos serviços de quarentena)
	Omã	Proibida
	Paquistão	Proibida
	Paraguai	Proibida
	República do Chade	Proibida
	Ruanda	Proibida
	Samoa	Proibida
	Santa Lúcia	Proibida
	Síria	Proibida
	Sri Lanka	Proibida
	Sudão	Proibida
	Suíça	Autorizada (excepto para utilização como pesticida)
	Tailândia	Proibida
	Tanzânia	Proibida
	Togo	Proibida
	Turquia	Proibida
	União Europeia	
	— Estados-membros:	
	Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Espanha, Reino Unido	Proibida para utilizações fitossanitárias (para outras utilizações, é necessária uma autorização por escrito, no caso das importações para a Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Itália, Países Baixos e Espanha)
	Suécia	Proibida
	— Partes do Acordo EEE:	
	Islândia	Proibida para utilizações fitossanitárias
	Liechtenstein	Proibida
	Noruega	Proibida
	Vietname	Proibida
	Zaire	Proibida

Produto	País	Decisão final reletiva à importação
Heptacloro (Nº CE 200-962-3) (Nº CAS 76-44-8)	Austrália	Proibida
	Barbados	Proibida
	Belize	Proibida
	Bolívia	Proibida
	Bulgária	Proibida
	Camarões	Proibida
	Catar	Proibida
	China	Proibida
	Congo	Proibida
	Costa Rica	Autorizada (limitada à utilização por profissionais, em plantas ornamentais e coníferas)
	Cuba	Proibida
	Domínica	Proibida
	El Salvador	Proibida
	Emirados Árabes Unidos	Proibida
	Equador	Proibida
	Fiji	Proibida
	Filipinas	Proibida
	Gâmbia	Proibida
	Guatemala	Proibida
	Honduras	Proibida
	Hungria	Proibida
	Ilhas Cook	Proibida
	Indonésia	Proibida
	Jordânia	Proibida
	Kuwait	Proibida
	Líbano	Proibida
	Malásia	Proibida (excepto em quantidades reduzidas, para utilização nos domínios da investigação e do ensino, mediante licença de importação)
	Malta	Proibida
	Marrocos	Proibida
	Maurícia	Proibida
	México	Proibida
	Moçambique	Proibida
	Mongólia	Proibida
	Nepal	Proibida
	Nicarágua	Autorizada
	Níger	Proibida
	Nova Zelândia	Proibida
	Paquistão	Autorizada (apenas para utilização no combate às térmitas, nos solos e em madeiras)
	Paraguai	Proibida
	República Dominicana	Proibida
	República do Chade	Proibida
Samoa	Proibida	
Santa Lúcia	Proibida	
Síria	Proibida	
Sri Lanka	Proibida	
Sudão	Autorizada (apenas para utilização como termicida)	
Suíça	Proibida	

Produto	País	Decisão final reletiva à importação
Compostos de mercúrio tais como: — Óxido de mercúrio Nº CAS 21908-53-2 Nº CE 244-654-7 — Cloreto de mercúrio (Calomel) Nº CAS 10112-91-1 Nº CE 233-307-5 — Outros compostos inorgânicos de mercúrio — Compostos de alquil-mercúrio — Compostos de alcóxi-alquil e de aril-mercúrio	Tailândia	Autorizada (apenas para a protecção das estruturas contra as térmitas e para uso doméstico)
	Turquia	Proibida
	União Europeia	
	— Estados-membros:	
	Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Espanha, Reino Unido	Proibida para utilizações fitossanitárias (para outras utilizações, é necessária uma autorização por escrito, no caso das importações para a Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Itália, Países Baixos e Espanha)
	Suécia	Proibida
	— Partes do Acordo EEE:	
	Islândia	Proibida para utilizações fitossanitárias
	Liechtenstein	Proibida
	Noruega	Proibida
	Vietname	Proibida
	Zaire	Proibida
	Austrália	Autorizada (desde 31 de Dezembro de 1994, a utilização é limitada às plantações de cana de açúcar)
	Barbados	Proibida
	Belize	Proibida
	Bolívia	Proibida
	Bulgária	Proibida
	Burkina Faso	Proibida
	Catar	Proibida
	Chile	Proibida
China	Proibida	
Congo	Proibida	
Costa Rica	Proibida	
Cuba	Proibida	
El Salvador	Proibida	
Equador	Proibida	
Filipinas	Proibida	
Gâmbia	Proibida	
Guatemala	Proibida (refere-se apenas ao cloreto de metoxietil-mercúrio)	
Honduras	Proibida	
Hungria	Proibida (refere-se apenas a sua utilização agrícola)	
Ilhas Cook	Proibida	
Índia	Proibida (acetato de fenilmercúrio) Autorizada (cloreto de metoxietilmercúrio)	
Indonésia	Proibida	
Jordânia	Proibida	
Kuwait	Proibida	
Líbano	Proibida	

Produto	País	Decisão final reletiva à importação
	Malásia	Proibida (excepto em quantidades reduzidas, para utilização nos domínios da investigação e do ensino, mediante licença de importação)
	Malta	Proibida
	Marrocos	Proibida
	Maurícia	Proibida
	México	Proibida
	Moçambique	Proibida
	Mongólia	Proibida
	Nepal	Proibida
	Nicarágua	Proibida
	Níger	Autorizada (apenas para utilizações fitossanitárias)
	Nova Zelândia	Proibida (apenas para utilização como pesticida)
	Omã	Proibida
	Paquistão	Proibida
	Paraguai	Proibida
	Samoa	Proibida
	Santa Lúcia	Proibida
	Síria	Proibida
	Sri Lanka	Proibida (óxido mercúrico) Proibida (acetato de fenilmercúrio) Autorizada (dodecenilsuccinato de fenilmercúrio utilizado como biocida em tintas — necessária aprovação por escrito da entidade responsável)
	Sudão	Proibida
	Suíça	Autorizada (proibida para utilização como pesticida e diversas outras utilizações)
	Tailândia	Proibida (refere-se apenas ao cloreto de metoxietilmercúrio)
	Tanzânia	Proibida (apenas para utilização como pesticida)
	Togo	Proibida
	Turquia	Proibida
	União Europeia — Estados-membros:	Proibida em utilizações fitossanitárias, anti-incrustantes, conservantes da madeira, conservantes para têxteis e desengordurantes (para outras utilizações é necessária autorização por escrito para importações nos Países Baixos)
	— Partes do Acordo EEE:	Proibida em utilizações fitossanitárias, anti-incrustantes, conservantes da madeira, conservantes para têxteis e desengordurantes
	Vietname	Proibida
	Zaire	Proibida

Produto	País	Decisão final reletiva à importação
Crocidolite (Nº CE 310-127-6) (Nº CAS 12001-28-4)	Barém	Proibida
	China	Proibida
	Chipre	Autorizada (autorização do Ministério do Trabalho e Segurança Social, em casos excepcionais e para utilizações especiais)
	Cuba	Autorizada
	Hungria	Proibida
	Índia	Autorizada (necessária autorização do <i>Departament of Chemicals and Petrochemicals</i>)
	Malásia	Autorizada (utilização proibida no sector da produção. A importação é autorizada para outras utilizações)
	Samoa	Proibida
	Suíça	Autorizada (se a utilização prevista for ainda autorizada, em conformidade com o disposto no nº 3 do anexo 3 do decreto ("Ordonnance") relativo às substâncias nocivas para o ambiente)
	Tailândia	Proibida
	União Europeia	
	— Estados-membros:	Proibida
	— Partes do Acordo EEE:	Proibida
	Bifenilos polibromados (PBB) (nºs CE 252-994-2, 248-696-7, 237-137-2) (nºs CAS 36355-01-8, 27858-07-7, 13654-09-6)	China
Cuba		Autorizada (necessária autorização do organismo nacional designado, Não é autorizada a importação para utilização na indústria têxtil)
Índia		Autorizada (necessária autorização do <i>Departament of Chemicals and Petrochemicals</i>)
Malásia		Autorizada
Samoa		Proibida
Suíça		Proibida
União Europeia		
— Estados-membros:		Autorizada (excepto para utilização em artigos têxteis destinados a entrar em contacto com a pele, tais como peças de vestuário, roupa interior e roupa de casa)
— Partes do Acordo EEE:		Autorizada (excepto para utilização em artigos têxteis destinados a entrar em contacto com a pele, tais como peças de vestuário, roupa interior e roupa de casa)
Bifenilos policlorados (PCB) (Nº CE 215-648-1) (Nº CAS 1336-36-3)		Austrália
	Barém	Proibida
	China	Autorizada (necessária autorização da agência nacional de protecção do ambiente)
	Cuba	Proibida
	Índia	Autorizada (necessária autorização do <i>Departament of Chemicals and Petrochemicals</i>)

Produto	País	Decisão final reletiva à importação
Trifenilos policlorados (PCT) (Nº CE 262-968-2) (Nº CAS 61788-33-8)	Japão	Autorizada (necessária autorização do Ministro do Comércio Externo e da Indústria)
	Malásia	Autorizada
	Samoa	Proibida
	Suíça	Proibida
	Tailândia	Proibida
	União Europeia	
	— Estados-membros:	Proibida (excepcionalmente, podem ser concedidas derrogações para produtos de base e produtos intermediários, mediante análise caso a caso) Na sequência da proibição dos PCB, é proibida a importação de quaisquer preparações com um teor de PCB superior a 0,005 %
	— Partes do Acordo EEE:	Proibida (excepcionalmente, podem ser concedidas derrogações para produtos de base e produtos intermediários, mediante análise caso a caso). Na sequência da proibição dos PCB, é proibida a importação de quaisquer preparações com um teor de PCB superior a 0,005 %
	Austrália	Autorizada (necessária autorização do Ministério do Comércio)
	China	Autorizada (necessária autorização da agência nacional de protecção do ambiente)
	Cuba	Proibida
	Índia	Autorizada (necessária autorização do <i>Department of Chemicals and Petrochemicals</i>)
	Malásia	Autorizada
	Samoa	Proibida
	Suíça	Proibida
	União Europeia	
	— Estados-membros:	Proibida (excepcionalmente, podem ser concedidas derrogações para produtos de base e produtos intermediários, mediante análise caso a caso) Na sequência da proibição dos PCB, é proibida a importação de quaisquer preparações com um teor de PCB superior a 0,005 %
	— Partes do Acordo EEE:	Proibida (excepcionalmente, podem ser concedidas derrogações para produtos de base e produtos intermediários, mediante análise caso a caso) Na sequência da proibição dos PCB, é proibida a importação de quaisquer preparações com um teor de PCB superior a 0,005 %

Produto	País	Decisão final reletiva à importação
Fosfato de tris (2,3-dibromopropilo) (Nº CE 204-799-9) (Nº CAS 126-72-7)	China	Autorizada (necessária autorização da agência nacional de protecção do ambiente)
	Cuba	Autorizada (necessária autorização do organismo nacional designado. Não é autorizada a importação para utilização na indústria têxtil)
	Índia	Autorizada (necessária autorização do <i>Department of Chemicals and Petrochemicals</i>)
	Malásia	Autorizada
	Samoa	Proibida
	União Europeia — Estados-membros: — Partes do Acordo EEE:	Autorizada (excepto para utilização em artigos têxteis destinados a entrar em contacto com a pele, tais como peças de vestuário, roupa interior e roupa de casa) Autorizada (excepto para utilização em artigos têxteis destinados a entrar em contacto com a pele, tais como peças de vestuário, roupa interior e roupa de casa)

ANEXO II

ANEXO III

Informações exigidas em conformidade com o disposto no artigo 4º

Número de referência

1. *Identidade da substância a exportar*

- denominação de acordo com a nomenclatura da União internacional de química pura e aplicada,
- outras denominações (designação corrente, denominação comercial, abreviatura),
- número CE e número CAS,
- número CUS e Código de Nomenclatura Combinada,
- principais impurezas da substância, nos casos em que sejam particularmente relevantes.

2. *Identidade da preparação a exportar*

- denominação comercial ou designação da preparação,
- para cada substância incluída no anexo I, percentagem e especificações, de acordo com o disposto no ponto 1.1.

3. *Informações relativas à exportação*

- país de destino,
- país de origem,
- data prevista da primeira exportação,
- quantidade estimada de substância a exportar para o país de destino no ano subsequente à primeira exportação,
- utilização prevista no país de destino, se possível,
- denominação, endereço e outros elementos identificativos importantes do importador ou da empresa importadora.

4. *Autoridades nacionais designadas*

Nome, endereço, números de telefone, telex, telefax e correio electrónico da autoridade designada na União Europeia que pode fornecer informações complementares.

Nome, endereço, números de telefone, telex, telefax e correio electrónico da autoridade designada no país de importação.

5. *Informações relativas às precauções a adoptar, incluindo o tipo de perigo, o risco e conselhos em matéria de segurança.*

6. *Utilizações da substância na União Europeia*

- tipo(s) de utilização objecto de medidas de controlo [proibido(s) ou sujeito(s) a utilização restrita],
- tipo(s) de utilização relativamente ao(s) qual(is) a substância não é proibida ou sujeita a utilização restrita,
- categorias de utilização definidas no anexo I do Regulamento.

7. *Resumo das restrições regulamentares e respectiva justificação*

8. *Informações adicionais*

9. *Certificado de recepção*

As informações *supra* devem ser incluídas no formulário de notificação de exportação que se apresenta de seguida.

(Os exportadores devem fornecer informações relativas aos pontos nºs 1, 2, 3, 5, 6 e 8, caso exista).

COMISSÃO EUROPEIA

Regulamento (CEE) nº 2455/92

Formulário de notificação de exportação de produtos químicos proibidos ou sujeitos a utilização restrita

(Nº da substância no Anexo I do Regulamento: var.)

NÚMERO DE REFERÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO DE EXPORTAÇÃO

1. IDENTIDADE DA SUBSTÂNCIA A EXPORTAR (1)

Denominação(ões):

Impurezas relevantes:

Nº CE Nº CAS Nº CUS Código NC

2. IDENTIDADE DA PREPARAÇÃO A EXPORTAR (1)

Denominação(ões):

Denominação(ões) do(s) componente(s) proibidos(s) ou sujeitos(s) a utilização restrita: (devem ser mencionadas todas as substâncias pertinentes)

i) % na preparação: Nº CE Nº CAS Nº CUS Código NC

ii) % na preparação: Nº CE Nº CAS Nº CUS Código NC

3. INFORMAÇÕES RELATIVAS À EXPORTAÇÃO (1)

Origem Destino

Data prevista da primeira exportação

Quantidade estimada de produto a exportar para o país de destino no ano subsequente à primeira exportação

Utilização prevista no país de destino, se possível

Denominação, endereço e outros elementos identificativos importantes do importador ou da empresa importadora, se disponível

4. AUTORIDADE NACIONAL DESIGNADA

Na União Europeia

No país de importação

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Representante do país de exportação

.....

Assinatura

Carimbo oficial

Data

(1) Preencher os nºs 1 ou 2.

Ficha de dados relativos a um produto químico proibido ou severamente limitado

(Caso uma determinada preparação contenha mais de um produto químico proibido ou sujeito a utilização restrita na União Europeia, devem anexar-se fichas de dados referentes aos mesmos)

DENOMINAÇÃO(ÕES) QUÍMICA(S):

Nº CE Nº CAS Nº CUS Código NC

5. EXIGÊNCIAS EM MATÉRIA DE ROTULAGEM DO PRODUTO

Classificação

Rotulagem

Símbolos

Frases de risco

Frases de segurança

EXIGÊNCIAS EM MATÉRIA DE ROTULAGEM DAS PREPARAÇÕES

Classificação

Rotulagem

Símbolos

Frases de risco

Frases de segurança

6. UTILIZAÇÕES DO PRODUTO NA UNIÃO EUROPEIA

Tipo(s) de utilização sujeito(s) a medidas de controlo (proibido ou sujeitos a utilização restrita)

Tipo(s) de utilização relativamente aos quais a substância não é proibida ou sujeita a utilização restrita

Categorias de utilização definidas no anexo I do regulamento

7. RESUMO DAS RESTRIÇÕES REGULAMENTARES E RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO

Referências à legislação comunitária

Razões determinantes da acção de controlo/Motivos da proibição na União Europeia

8. INFORMAÇÕES ADICIONAIS**9. CERTIFICADO DE RECEPÇÃO**

COMISSÃO EUROPEIA

Regulamento (CEE) nº 2455/92

Certificado de recepção de uma notificação de exportação

É favor datar, assinar e devolver ao seguinte endereço:

.....
.....
.....
.....

Nº de fax

Confirmamos pela presente ter recebido o formulário de notificação de exportação com o número de referência de exportação (Export Reference Number—ERN) seguinte:

Assinatura

Data

Carimbo oficial:

Nota: se o endereço que consta no formulário de notificação de exportação não estiver correcto, ou se o mesmo tiver que ser enviado para uma entidade diferente, é favor especificar no espaço *infra*.

REGULAMENTO (CE) Nº 1493/96 DA COMISSÃO
de 29 de Julho de 1996
que fixa as restituições aplicáveis à exportação dos produtos transformados à
base de cereais e de arroz

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 1766/92 do Conselho, de 30 de Junho de 1992, relativo à organização comum dos mercados no sector dos cereais⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 923/96 da Comissão⁽²⁾, e, nomeadamente, o nº 3 do seu artigo 13º,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 1418/76 do Conselho, de 21 de Junho de 1976, relativo à organização comum do mercado do arroz⁽³⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 3072/95⁽⁴⁾, e, nomeadamente, o nº 3 do seu artigo 14º,

Considerando que, nos termos do artigo 13º do Regulamento (CEE) nº 1766/92 e do artigo 14º do Regulamento (CEE) nº 1418/76, a diferença entre as cotações ou os preços no mercado mundial dos produtos referidos no artigo 1º destes regulamentos e os preços destes produtos na Comunidade pode ser coberta por uma restituição à exportação;

Considerando que, por força do artigo 14º do Regulamento (CEE) nº 1418/76, as restituições devem ser fixadas tomando em consideração a situação e as perspectivas de evolução, por um lado, das disponibilidades em cereais, em arroz e em trincas de arroz, bem como o seu preço no mercado da Comunidade, e, por outro lado, os preços dos cereais, do arroz, das trincas de arroz e dos produtos do sector dos cereais no mercado mundial; que, por força dos mesmos artigos, importa também assegurar aos mercados dos cereais e do arroz uma situação equilibrada e um desenvolvimento natural no plano dos preços e das trocas comerciais e, por outro, ter em conta o aspecto económico das exportações em questão e o interesse em evitar perturbações no mercado da Comunidade;

Considerando que o Regulamento (CE) nº 1518/95 do Conselho⁽⁵⁾, alterado pelo Regulamento (CE) nº 2993/95⁽⁶⁾, relativo ao regime de importação e de exportação dos produtos transformados à base de cereais e de arroz, definiu, no seu artigo 4º, os critérios específicos que se devem ter em conta para o cálculo da restituição em relação a estes produtos;

Considerando que é conveniente graduar a restituição a atribuir a determinados produtos transformados, conforme os produtos, em função do seu teor em cinzas, em celu-

lose bruta, em tegumentos, em proteínas, em matérias gordas ou em amido, sendo este teor particularmente significativo da quantidade de produto de base incorporado, de facto, no produto transformado;

Considerando que, no que diz respeito às raízes de mandioca e outras raízes e tubérculos tropicais, bem como às suas farinhas, o aspecto económico das exportações que poderiam ser previstas, tendo em conta sobretudo a natureza e a origem destes produtos, não necessita actualmente de fixação de uma restituição à exportação; que, em relação a determinados produtos transformados à base de cereais, a fraca importância da participação da Comunidade no comércio mundial não torna actualmente necessária a fixação de uma restituição à exportação;

Considerando que a situação do mercado mundial ou as exigências específicas de determinados mercados podem tornar necessária a diferenciação da restituição, em relação a certos produtos, segundo o seu destino;

Considerando que a restituição deve ser fixada uma vez por mês; que pode ser alterada no intervalo;

Considerando que o Regulamento (CEE) nº 990/93 do Conselho⁽⁷⁾, alterado pelo Regulamento (CE) nº 1380/95⁽⁸⁾, proíbe o comércio entre a Comunidade Europeia e a República Federativa da Jugoslávia (Sérvia e Montenegro); que esta proibição não se aplica a determinadas situações, enumeradas de forma limitativa nos artigos 2º, 4º, 5º e 7º do mesmo regulamento e no Regulamento (CE) nº 462/96 do Conselho⁽⁹⁾; que este facto deve ser tomado em consideração na fixação das restituições;

Considerando que certos produtos transformados à base de milho podem ser submetidos a um tratamento térmico que pode dar origem à concessão de uma restituição que não corresponde à qualidade do produto; que é conveniente especificar que estes produtos, que contêm amido pré-gelatinizado, não podem beneficiar de restituições à exportação;

Considerando que o Comité de gestão dos cereais não emitiu qualquer parecer no prazo limite estabelecido pelo seu presidente,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

As restituições aplicáveis à exportação dos produtos referidos no nº 1, alínea d), do artigo 1º do Regulamento (CEE) nº 1766/92 e no nº 1, alínea c), do artigo 1º do Regulamento (CEE) nº 1418/76 e submetidos ao Regulamento (CE) nº 1518/95 são fixadas em conformidade com o anexo do presente regulamento.

⁽¹⁾ JO nº L 181 de 1. 7. 1992, p. 21.

⁽²⁾ JO nº L 126 de 24. 5. 1996, p. 37.

⁽³⁾ JO nº L 166 de 25. 6. 1976, p. 1.

⁽⁴⁾ JO nº L 329 de 30. 12. 1995, p. 18.

⁽⁵⁾ JO nº L 147 de 30. 6. 1995, p. 55.

⁽⁶⁾ JO nº L 312 de 23. 12. 1995, p. 25.

⁽⁷⁾ JO nº L 102 de 28. 4. 1993, p. 14.

⁽⁸⁾ JO nº L 138 de 21. 6. 1995, p. 1.

⁽⁹⁾ JO nº L 65 de 15. 3. 1996, p. 1.

Artigo 2º

O presente regulamento entra em vigor em 1 de Agosto de 1996.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 29 de Julho de 1996.

Pela Comissão
Franz FISCHLER
Membro da Comissão

ANEXO

do regulamento da Comissão, de 29 de Julho de 1996, que fixa as restituições à exportação dos produtos transformados à base de cereais e de arroz

<i>(Em ECU/t)</i>		<i>(Em ECU/t)</i>	
Código do produto	Montante das restituições ⁽¹⁾	Código do produto	Montante das restituições ⁽¹⁾
1102 20 10 200 ⁽²⁾	17,54	1104 23 10 100	18,80
1102 20 10 400 ⁽²⁾	15,04	1104 23 10 300	14,41
1102 20 90 200 ⁽²⁾	15,04	1104 29 11 000	0,00
1102 90 10 100	0,00	1104 29 51 000	0,00
1102 90 10 900	0,00	1104 29 55 000	0,00
1102 90 30 100	9,00	1104 30 10 000	0,00
1103 12 00 100	9,00	1104 30 90 000	3,13
1103 13 10 100 ⁽²⁾	22,55	1107 10 11 000	0,00
1103 13 10 300 ⁽²⁾	17,54	1107 10 91 000	0,00
1103 13 10 500 ⁽²⁾	15,04	1108 11 00 200	0,00
1103 13 90 100 ⁽²⁾	15,04	1108 11 00 300	0,00
1103 19 10 000	18,00	1108 12 00 200	20,05
1103 19 30 100	0,00	1108 12 00 300	20,05
1103 21 00 000	0,00	1108 13 00 200	0,00
1103 29 20 000	0,00	1108 13 00 300	0,00
1104 11 90 100	0,00	1108 19 10 200	0,00
1104 12 90 100	10,00	1108 19 10 300	0,00
1104 12 90 300	8,00	1109 00 00 100	0,00
1104 19 10 000	0,00	1702 30 51 000 ⁽³⁾	19,64
1104 19 50 110	20,05	1702 30 59 000 ⁽³⁾	15,04
1104 19 50 130	16,29	1702 30 91 000	19,64
1104 21 10 100	0,00	1702 30 99 000	15,04
1104 21 30 100	0,00	1702 40 90 000	15,04
1104 21 50 100	0,00	1702 90 50 100	19,64
1104 21 50 300	0,00	1702 90 50 900	15,04
1104 22 20 100	8,00	1702 90 75 000	20,58
1104 22 30 100	8,50	1702 90 79 000	14,28
		2106 90 55 000	15,04

⁽¹⁾ As restituições à exportação para a República Federativa da Jugoslávia (Sérvia e Montenegro) só podem ser concedidas no respeito das condições previstas nos Regulamentos (CEE) n.º 990/93 alterado e (CE) n.º 462/96.

⁽²⁾ Não é concedida qualquer restituição para os produtos que tenham sido sujeitos a um tratamento térmico que provoque uma pré-gelatinização do amido.

⁽³⁾ As restituições são concedidas em conformidade com o Regulamento (CEE) n.º 2730/75 (JO n.º L 281 de 1. 11. 1975, p. 20), alterado.

NB: Os códigos dos produtos, incluindo as remissões em pé-de-página, são definidos no Regulamento (CEE) n.º 3846/87 da Comissão (JO n.º L 366 de 24. 12. 1987, p. 1), alterado.

REGULAMENTO (CE) Nº 1494/96 DA COMISSÃO**de 29 de Julho de 1996****que fixa as restituições aplicáveis à exportação de alimentos para animais compostos à base de cereais**

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 1766/92 do Conselho, de 30 de Junho de 1992, relativo à organização comum dos mercados no sector dos cereais⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 923/96 da Comissão⁽²⁾, e, nomeadamente, o nº 3 do seu artigo 13º,

Considerando que, nos termos do artigo 13º do Regulamento (CEE) nº 1766/92, a diferença entre as cotações ou os preços no mercado mundial dos produtos referidos no artigo 1º deste regulamento e os preços destes produtos na Comunidade pode ser coberta por uma restituição à exportação;

Considerando que o Regulamento (CE) nº 1517/95 da Comissão, de 29 de Junho de 1995, que estabelece normas de execução do Regulamento (CEE) nº 1766/92 no respeitante ao regime de importação e de exportação aplicável aos alimentos compostos à base de cereais para animais e altera o Regulamento (CE) nº 1162/95, que estabelece normas de execução especiais do regime dos certificados de importação e de exportação no sector dos cereais e do arroz⁽³⁾, definiu, no seu artigo 2º, os critérios específicos que se devem ter em conta para o cálculo da restituição em relação a estes produtos;

Considerando que esse cálculo deve também ter em conta o teor de produtos cerealíferos; que, com vista a uma simplificação, a restituição deve ser paga em relação a duas categorias de «produtos cerealíferos», nomeadamente o milho, cereal mais vulgarmente utilizado nos alimentos compostos exportados, e os produtos à base de milho, e para «outros cereais», sendo estes últimos os produtos cerealíferos elegíveis, com exclusão do milho e dos produtos à base de milho; que deve ser concedida uma restituição em relação à quantidade de produtos cerealíferos contidos nos alimentos compostos para animais;

Considerando que, por outro lado, o montante da restituição deve também ter em conta as possibilidades e condi-

ções de venda dos produtos em causa no mercado mundial, o interesse em evitar perturbações no mercado da Comunidade e o aspecto económico das exportações;

Considerando, todavia, que em relação à fixação da restituição, parece apropriado no período actual basear-se na diferença verificada, no mercado comunitário e no mercado mundial, dos custos das matérias-primas utilizadas geralmente nestes alimentos compostos, o que permite tomar em consideração de forma mais precisa a realidade económica das exportações dos referidos produtos;

Considerando que a restituição deve ser fixada uma vez por mês; que pode ser alterada no intervalo;

Considerando que o Regulamento (CEE) nº 990/93 do Conselho⁽⁴⁾, alterado pelo Regulamento (CE) nº 1380/95⁽⁵⁾, proíbe o comércio entre a Comunidade Europeia e a República Federativa da Jugoslávia (Sérvia e Montenegro); que esta proibição não se aplica a determinadas situações, enumeradas de forma limitativa nos artigos 2º, 4º, 5º e 7º do mesmo regulamento e no Regulamento (CE) nº 462/96 do Conselho⁽⁶⁾; que este facto deve ser tomado em consideração na fixação das restituições;

Considerando que o Comité de gestão dos cereais não emitiu qualquer parecer no prazo limite estabelecido pelo seu presidente,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

As restituições à exportação dos alimentos compostos para animais abrangidos pelo Regulamento (CEE) nº 1766/92 que estejam sujeitos ao Regulamento (CE) nº 1517/95 são fixadas em conformidade com o anexo do presente regulamento.

Artigo 2º

O presente regulamento entra em vigor em 1 de Agosto de 1996.

⁽¹⁾ JO nº L 181 de 1. 7. 1992, p. 21.

⁽²⁾ JO nº L 126 de 24. 5. 1996, p. 37.

⁽³⁾ JO nº L 147 de 30. 6. 1995, p. 51.

⁽⁴⁾ JO nº L 102 de 28. 4. 1993, p. 14.

⁽⁵⁾ JO nº L 138 de 21. 6. 1995, p. 1.

⁽⁶⁾ JO nº L 65 de 15. 3. 1996, p. 1.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 29 de Julho de 1996.

Pela Comissão
 Franz FISCHLER
Membro da Comissão

ANEXO

do regulamento da Comissão, de 29 de Julho de 1996, que fixa as restituições aplicáveis à exportação de alimentos para animais compostos à base de cereais

Código do produto que beneficia da restituição à exportação⁽¹⁾:

2309 10 11 000, 2309 10 13 000, 2309 10 31 000,
 2309 10 33 000, 2309 10 51 000, 2309 10 53 000,
 2309 90 31 000, 2309 90 33 000, 2309 90 41 000,
 2309 90 43 000, 2309 90 51 000, 2309 90 53 000.

(ECU/t)

Produtos cerealíferos ⁽²⁾	Montante da restituição ⁽³⁾
Milho e produtos à base de milho Códigos NC 0709 90 60, 0712 90 19, 1005, 1102 20, 1103 13, 1103 29 40, 1104 19 50, 1104 23, 1904 10 10	12,53
Produtos cerealíferos ⁽²⁾ , com exclusão do milho e dos produtos à base de milho	0,00

⁽¹⁾ Os códigos dos produtos são definidos na secção 5 do anexo do Regulamento (CEE) n.º 3846/87 (JO n.º L 366 de 24. 12. 1987, p. 1), alterado.

⁽²⁾ Para efeitos da restituição apenas se toma em conta o amido ou a fécula provenientes de produtos à base de cereais. Por «produtos à base de cereais» entende-se os produtos das subposições 0709 90 60 e 0712 90 19, do capítulo 10, das posições 1101, 1102, 1103 e 1104 (à excepção da subposição 1104 30) e o conteúdo em cereal dos produtos das subposições 1904 10 10 e 1904 10 90 da Nomenclatura Combinada. O conteúdo em cereal dos produtos pertencentes às subposições 1904 10 10 e 1904 10 90 da Nomenclatura Combinada é considerado igual ao peso do produto final. Não será paga nenhuma restituição para os cereais se a origem do amido ou fécula não puder ser claramente estabelecida por análise.

⁽³⁾ As restituições à exportação para a República Federativa da Jugoslávia (Sérvia e Montenegro) só podem ser concedidas se forem respeitadas as condições previstas nos Regulamentos (CEE) n.º 990/93 alterado e (CE) n.º 462/96.

REGULAMENTO (CE) Nº 1495/96 DA COMISSÃO

de 29 de Julho de 1996

que fixa as restituições aplicáveis aos produtos dos sectores dos cereais e do arroz entregues no âmbito de acções comunitárias e nacionais de ajuda alimentar

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 1766/92 do Conselho, de 30 de Junho de 1992, que estabelece a organização comum de mercado no sector dos cereais⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 923/96 da Comissão⁽²⁾, e, nomeadamente, o nº 2, terceiro parágrafo, do seu artigo 13º,Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 1418/76 do Conselho, de 21 de Junho de 1976, que estabelece a organização comum do mercado do arroz⁽³⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 3072/95⁽⁴⁾, e, nomeadamente, o nº 2 do seu artigo 11º,Considerando que o artigo 2º do Regulamento (CEE) nº 2681/74 do Conselho, de 21 de Outubro de 1974, relativo ao financiamento comunitário das despesas resultantes do fornecimento de produtos agrícolas a título de ajuda alimentar⁽⁵⁾, prevê que o Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola, secção «Garantia», seja responsável pela parte das despesas correspondente às restituições à exportação fixadas nesta matéria em conformidade com as regras comunitárias;

Considerando que, para facilitar a elaboração e a gestão do orçamento das acções comunitárias de ajuda alimentar e a fim de dar a conhecer aos Estados-membros o nível de participação comunitária no financiamento das acções nacionais de ajuda alimentar, é necessário determinar o nível das restituições concedidas às referidas acções;

Considerando que as regras gerais e as modalidades de aplicação previstas pelo artigo 13º do Regulamento (CEE) nº 1766/92 e pelo artigo 17º do Regulamento (CEE)

nº 1418/76 relativas às restituições à exportação são aplicáveis *mutatis mutandis* às operações acima citadas;

Considerando que os critérios específicos a tomar em conta no cálculo da restituição à exportação para o arroz serão definidos no artigo 3º do Regulamento (CEE) nº 1418/76;

Considerando que as medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de gestão dos cereais,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

Para as acções de ajuda alimentar comunitárias e nacionais, efectuadas no âmbito de convenções internacionais ou outros programas complementares bem como de outras acções comunitárias de fornecimento gratuito, as restituições aplicáveis aos produtos dos sectores dos cereais e do arroz, são fixadas em conformidade com o anexo.

Artigo 2º

As restituições fixadas no presente regulamento não são consideradas como restituições diferenciadas segundo o destino.

Artigo 3º

O presente regulamento entra em vigor em 1 de Agosto de 1996.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 29 de Julho de 1996.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão⁽¹⁾ JO nº L 181 de 1. 7. 1992, p. 21.⁽²⁾ JO nº L 126 de 24. 5. 1996, p. 37.⁽³⁾ JO nº L 166 de 25. 6. 1976, p. 1.⁽⁴⁾ JO nº L 329 de 30. 12. 1995, p. 18.⁽⁵⁾ JO nº L 288 de 25. 10. 1974, p. 1.

ANEXO

do regulamento da Comissão, de 29 de Julho de 1996, que fixa as restituições aplicáveis aos produtos dos sectores dos cereais e do arroz entregues no âmbito de acções comunitárias e nacionais de ajuda alimentar

(Em ECU/t)

Código do produto	Montante das restituições
1001 10 00 400	0,00
1001 90 99 000	0,00
1002 00 00 000	20,00
1003 00 90 000	0,00
1004 00 00 400	10,00
1005 90 00 000	25,00
1006 20 92 000	264,00
1006 20 94 000	264,00
1006 30 42 000	330,00
1006 30 44 000	330,00
1006 30 92 100	330,00
1006 30 92 900	330,00
1006 30 94 100	330,00
1006 30 94 900	330,00
1006 30 96 100	330,00
1006 30 96 900	330,00
1006 30 98 100	330,00
1006 30 98 900	330,00
1006 40 00 000	—
1007 00 90 000	25,00
1101 00 15 100	0,00
1101 00 15 130	0,00
1102 20 10 200	3,50
1102 20 10 400	3,00
1102 30 00 000	—
1102 90 10 100	0,00
1103 11 10 200	0,00
1103 11 90 200	0,00
1103 13 10 100	4,50
1103 14 00 000	—
1104 12 90 100	10,00
1104 21 50 100	0,00

NB: Os códigos dos produtos, incluindo as remissões em pé-de-página, são definidos no Regulamento (CEE) nº 3846/87 da Comissão (JO nº L 366 de 24. 12. 1987, p. 1), alterado.

REGULAMENTO (CE) Nº 1496/96 DA COMISSÃO
de 29 de Julho de 1996
que altera o Regulamento (CEE) nº 1832/92 que fixa os montantes das ajudas ao
fornecimento das ilhas Canárias em produtos cerealíferos de origem
comunitária

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 1601/92 do Conselho, de 15 de Junho de 1992, que estabelece medidas específicas relativas a determinados produtos agrícolas a favor das ilhas Canárias⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 2537/95 da Comissão⁽²⁾, e, nomeadamente, o nº 4 do seu artigo 3º,

Considerando que os montantes das ajudas ao fornecimento em produtos cerealíferos das ilhas Canárias foram fixados pelo Regulamento (CEE) nº 1832/92 da Comissão⁽³⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 1204/96⁽⁴⁾; que, antecedendo as alterações das cotações e dos preços no sector dos cereais na parte europeia da Comunidade e no mercado mundial, é

conveniente fixar de novo as ajudas ao abastecimento das ilhas Canárias nos montantes referidos no anexo;

Considerando que as medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de gestão dos cereais,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

O anexo do Regulamento (CEE) nº 1832/92 alterado é substituído pelo anexo do presente regulamento.

Artigo 2º

O presente regulamento entra em vigor em 1 de Agosto de 1996.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 29 de Julho de 1996.

Pela Comissão
Franz FISCHLER
Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO nº L 173 de 27. 6. 1992, p. 13.

⁽²⁾ JO nº L 260 de 31. 10. 1995, p. 10.

⁽³⁾ JO nº L 185 de 4. 7. 1992, p. 26.

⁽⁴⁾ JO nº L 161 de 29. 6. 1996, p. 24.

ANEXO

do Regulamento da Comissão, de 29 de Julho de 1996, que altera o Regulamento (CEE) nº 1832/92, que fixa os montantes das ajudas ao fornecimento das ilhas Canárias em produtos cerealíferos de origem comunitária

(Em ecus por tonelada)

Produto (código NC)	Montante da ajuda
Trigo mole (1001 90 99)	8,00
Cevada (1003 00 90)	8,00
Milho (1005 90 00)	28,00
Trigo duro (1001 10 00)	8,00
Aveia (1004 00 00)	16,00

REGULAMENTO (CE) Nº 1497/96 DA COMISSÃO
de 29 de Julho de 1996

que altera o Regulamento (CEE) nº 1833/92 que fixa os montantes das ajudas ao fornecimento dos Açores e da Madeira em produtos cerealíferos de origem comunitária

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 1600/92 do Conselho, de 15 de Junho de 1992, que estabelece medidas específicas relativas a determinados produtos agrícolas a favor dos Açores e da Madeira ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 2537/95 da Comissão ⁽²⁾, e, nomeadamente, o seu artigo 10º,

Considerando que os montantes das ajudas ao fornecimento em produtos cerealíferos dos Açores e da Madeira foram fixados pelo Regulamento (CEE) nº 1833/92 da Comissão ⁽³⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 1205/96 ⁽⁴⁾; que, antecedendo as alterações das cotações e dos preços no sector dos cereais na parte europeia da Comunidade e no mercado mundial, é conveniente fixar de novo as ajudas ao abastecimento

dos Açores e da Madeira nos montantes referidos no anexo;

Considerando que as medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de gestão dos cereais,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

O anexo do Regulamento (CEE) nº 1833/92 alterado é substituído pelo anexo do presente regulamento.

Artigo 2º

O presente regulamento entra em vigor em 1 de Agosto de 1996.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 29 de Julho de 1996.

Pela Comissão
Franz FISCHLER
Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO nº L 173 de 27. 6. 1992, p. 1.

⁽²⁾ JO nº L 260 de 31. 10. 1995, p. 10.

⁽³⁾ JO nº L 185 de 4. 7. 1992, p. 28.

⁽⁴⁾ JO nº L 161 de 29. 6. 1996, p. 26.

ANEXO

do Regulamento da Comissão, de 29 de Julho de 1996, que altera o Regulamento (CEE) nº 1833/92, que fixa os montantes das ajudas ao fornecimento dos Açores e da Madeira em produtos cerealíferos de origem comunitária

(Em ecus por tonelada)

Produto (código NC)	Montante da ajuda	
	Destino	
	Açores	Madeira
Trigo mole (1001 90 99)	8,00	8,00
Cevada (1003 00 90)	8,00	8,00
Milho (1005 90 00)	28,00	28,00
Trigo duro (1001 10 00)	8,00	8,00

REGULAMENTO (CE) Nº 1498/96 DA COMISSÃO
de 29 de Julho de 1996

que altera o Regulamento (CEE) nº 391/92 que fixa os montantes das ajudas ao fornecimento dos departamentos franceses ultramarinos em produtos cerealíferos de origem comunitária

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 3763/91 do Conselho, de 16 de Dezembro de 1991, que estabelece medidas específicas relativas a determinados produtos agrícolas a favor dos departamentos franceses ultramarinos (DU) ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 2598/95 da Comissão ⁽²⁾, e, nomeadamente, o nº 6 do seu artigo 2º,

Considerando que os montantes das ajudas ao fornecimento em produtos cerealíferos dos departamentos franceses ultramarinos foram fixados pelo Regulamento (CEE) nº 391/92 da Comissão ⁽³⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 1203/96 ⁽⁴⁾; que, antecedendo as alterações das cotações e dos preços no sector dos cereais na parte europeia da Comunidade e no mercado mundial, é conveniente fixar de novo as ajudas

ao abastecimento dos DU nos montantes referidos no anexo;

Considerando que as medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de gestão dos cereais,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

O anexo do Regulamento (CEE) nº 391/92 alterado é substituído pelo anexo do presente regulamento.

Artigo 2º

O presente regulamento entra em vigor em 1 de Agosto de 1996.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 29 de Julho de 1996.

Pela Comissão
Franz FISCHLER
Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO nº L 356 de 24. 12. 1991, p. 1.
⁽²⁾ JO nº L 267 de 9. 11. 1995, p. 1.
⁽³⁾ JO nº L 43 de 19. 2. 1992, p. 23.
⁽⁴⁾ JO nº L 161 de 29. 6. 1996, p. 22.

ANEXO

do regulamento da Comissão, de 29 de Julho de 1996, que altera o Regulamento (CEE) n.º 391/92 que fixa os montantes das ajudas ao fornecimento dos departamentos franceses ultramarinos em produtos cerealíferos de origem comunitária

(Em ecus por tonelada)

Produto (código NC)	Montante da ajuda			
	Destino			
	Guadalupe	Martinica	Guiana francesa	Reunião
Trigo mole (1001 90 99)	12,00	12,00	12,00	16,00
Cevada (1003 00 90)	12,00	12,00	12,00	16,00
Milho (1005 90 00)	31,00	31,00	31,00	34,00
Trigo duro (1001 10 00)	12,00	12,00	12,00	16,00

REGULAMENTO (CE) Nº 1499/96 DA COMISSÃO

de 29 de Julho de 1996

que fixa a correcção aplicável à restituição no que respeita ao malte

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 1766/92 do Conselho, de 30 de Junho de 1992, relativo à organização comum de mercado no sector dos cereais⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 923/96 da Comissão⁽²⁾, e, nomeadamente, o nº 8 do seu artigo 13º,

Considerando que, ao abrigo do nº 8 do artigo 13º do Regulamento (CEE) nº 1766/92, a restituição aplicável às exportações de cereais no dia do depósito do pedido de certificado, ajustada em função do preço limiar que estará em vigor durante o mês da exportação, deve ser aplicada, a pedido, a uma exportação a realizar durante o período de validade do certificado; que neste caso pode ser aplicada uma correcção à restituição;

Considerando que o Regulamento (CE) nº 1501/95 da Comissão, de 29 de Junho de 1995, que estabelece normas de execução do Regulamento (CEE) nº 1766/92 do Conselho, no que diz respeito à concessão de restituições à exportação, bem como as medidas a tomar em caso de perturbação, no sector dos cereais⁽³⁾, alterado pelo Regulamento (CE) nº 95/96⁽⁴⁾, permitiu a fixação de uma correcção para o malte constante do nº 1, alínea c), do artigo 1º do Regulamento (CEE) nº 1766/92; que esta correcção deve ser calculada atendendo aos elementos constantes do artigo 1º do Regulamento (CE) nº 1501/95;

Considerando que as taxas representativas de mercado, definidas no artigo 1º do Regulamento (CEE) nº 3813/92

do Conselho⁽⁵⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 150/95⁽⁶⁾, são utilizadas para converter o montante expresso em moedas dos países terceiros e estão na base de determinação das taxas de conversão agrícolas das moedas dos Estados-membros; que as regras de aplicação e determinação relativas a essas conversões foram estabelecidas no Regulamento (CEE) nº 1068/93 da Comissão⁽⁷⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 2853/96⁽⁸⁾;

Considerando que, das disposições já referidas, resulta que a correcção deve ser fixada em conformidade com o anexo do presente regulamento;

Considerando que as medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de gestão dos cereais,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

A correcção aplicável às restituições fixadas antecipadamente para as exportações de malte, referida no nº 4 do artigo 13º do Regulamento (CEE) nº 1766/92, é fixada no anexo.

Artigo 2º

O presente regulamento entra em vigor em 1 de Agosto de 1996.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 29 de Julho de 1996.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO nº L 181 de 1. 7. 1992, p. 21.

⁽²⁾ JO nº L 126 de 24. 5. 1996, p. 37.

⁽³⁾ JO nº L 147 de 30. 6. 1995, p. 7.

⁽⁴⁾ JO nº L 18 de 24. 1. 1996, p. 10.

⁽⁵⁾ JO nº L 387 de 31. 12. 1992, p. 1.

⁽⁶⁾ JO nº L 22 de 31. 1. 1995, p. 1.

⁽⁷⁾ JO nº L 108 de 1. 5. 1993, p. 106.

⁽⁸⁾ JO nº L 299 de 12. 12. 1995, p. 1.

ANEXO

do regulamento da Comissão, de 29 de Julho de 1996, que fixa a correcção aplicável à restituição no que respeita ao malte

(Em ECU/t)

Código do produto	Corrente 8	1º período 9	2º período 10	3º período 11	4º período 12	5º período 1
1107 10 11 000	0	0	0	0	0	0
1107 10 19 000	0	0	0	0	0	0
1107 10 91 000	0	0	0	0	0	0
1107 10 99 000	0	0	- 17,43	- 18,86	- 20,29	- 21,72
1107 20 00 000	0	0	- 20,17	- 21,84	- 23,51	- 25,18

(Em ECU/t)

Código do produto	6º período 2	7º período 3	8º período 4	9º período 5	10º período 6	11º período 7
1107 10 11 000	0	0	0	0	0	0
1107 10 19 000	0	0	0	0	0	0
1107 10 91 000	0	0	0	0	0	0
1107 10 99 000	- 23,15	- 24,58	- 26,01	- 27,44	- 28,87	- 30,30
1107 20 00 000	- 26,85	- 28,52	- 30,19	- 31,86	- 33,53	- 35,20

REGULAMENTO (CE) Nº 1500/96 DA COMISSÃO
de 29 de Julho de 1996
que fixa as restituições à exportação do arroz e das trincas

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 1418/76 do Conselho, de 21 de Junho de 1976, relativo à organização comum do mercado do arroz ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 3072/95 ⁽²⁾, e, nomeadamente, o segundo parágrafo do nº 3 do seu artigo 14º,

Considerando que, nos termos do artigo 14º do Regulamento (CEE) nº 1418/76, a diferença entre as cotações ou os preços no mercado mundial, dos produtos referidos no artigo 1º deste regulamento, e os preços destes produtos na Comunidade pode ser coberta por uma restituição à exportação;

Considerando que, por força do nº 4 do artigo 14º do Regulamento (CEE) nº 1418/76, as restituições devem ser fixadas tomando em consideração a situação e as perspectivas de evolução, por um lado, das disponibilidades em arroz e em trincas e dos seus preços no mercado da Comunidade e, por outro, dos preços do arroz e das trincas no mercado mundial; que, em conformidade com o mesmo artigo, importa também assegurar ao mercado do arroz uma situação equilibrada e um desenvolvimento natural no plano dos preços e das trocas comerciais e, além disso, ter em conta o aspecto económico das exportações encaradas e o interesse em evitar perturbações no mercado da Comunidade;

Considerando que existem possibilidades de exportação para uma quantidade de 10 000 toneladas de arroz para determinados destinos; que é adequado o recurso ao procedimento previsto no nº 4 do artigo 7º do Regulamento (CE) nº 1162/95 da Comissão ⁽³⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 1029/96 ⁽⁴⁾; que é conveniente ter em conta tal facto aquando da fixação das restituições;

Considerando que o Regulamento (CEE) nº 1361/76 da Comissão ⁽⁵⁾ fixou a quantidade máxima de trincas que pode conter o arroz em relação ao qual é fixada a restituição à exportação e determinou a percentagem de diminuição a aplicar a esta restituição, quando a proporção de trincas contidas no arroz exportado for superior a esta quantidade máxima;

Considerando que o Regulamento (CEE) nº 1418/76, no nº 5 do artigo 14º, definiu os critérios específicos que se

deve ter em conta para o cálculo da restituição à exportação do arroz e das trincas;

Considerando que a situação do mercado mundial ou as exigências específicas de determinados mercados podem tornar necessária a diferenciação da restituição em relação a determinados produtos, segundo o destino;

Considerando que, para ter em conta a procura existente em arroz longo empacotado em determinados mercados, é necessário prever a fixação de uma restituição específica em relação ao produto em causa;

Considerando que a restituição deve ser fixada pelo menos uma vez por mês; que pode ser alterada no intervalo;

Considerando que a aplicação destas modalidades à situação actual do mercado do arroz e, nomeadamente, às cotações do preço do arroz e das trincas na Comunidade e no mercado mundial, leva a fixar a restituição nos montantes considerados no anexo do presente regulamento;

Considerando que o Regulamento (CEE) nº 990/93 do Conselho ⁽⁶⁾, alterado pelo Regulamento (CE) nº 1380/95 ⁽⁷⁾, proíbe o comércio entre a Comunidade Europeia e a República Federativa da Jugoslávia (Sérvia e Montenegro); que esta proibição não se aplica a determinadas situações, enumeradas de forma limitativa nos artigos 2º, 4º, 5º e 7º do mesmo regulamento e no Regulamento (CE) nº 462/96 do Conselho ⁽⁸⁾; que este facto deve ser tomado em consideração na fixação das restituições;

Considerando que as medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de gestão dos cereais,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

As restituições à exportação, no próprio estado, dos produtos referidos no artigo 1º do Regulamento (CEE) nº 1418/76, excluindo os referidos no nº 1, alínea c), do referido artigo, são fixadas nos montantes indicados no anexo.

Artigo 2º

O presente regulamento entra em vigor em 1 de Agosto de 1996.

⁽¹⁾ JO nº L 166 de 25. 6. 1976, p. 1.

⁽²⁾ JO nº L 329 de 30. 12. 1995, p. 18.

⁽³⁾ JO nº L 117 de 24. 5. 1995, p. 2.

⁽⁴⁾ JO nº L 137 de 8. 6. 1996, p. 1.

⁽⁵⁾ JO nº L 154 de 15. 6. 1976, p. 11.

⁽⁶⁾ JO nº L 102 de 28. 4. 1993, p. 14.

⁽⁷⁾ JO nº L 138 de 21. 6. 1995, p. 1.

⁽⁸⁾ JO nº L 65 de 15. 3. 1996, p. 1.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 29 de Julho de 1996.

Pela Comissão
Franz FISCHLER
Membro da Comissão

ANEXO

do regulamento da Comissão, de 29 de Julho de 1996, que fixa as restituições à exportação do arroz e das trincas

<i>(em ecus/t)</i>			<i>(em ecus/t)</i>		
Código do produto	Destino ⁽¹⁾	Montante das restituições ⁽²⁾	Código do produto	Destino ⁽¹⁾	Montante das restituições ⁽²⁾
1006 20 11 000	01	251,00	1006 30 67 100	01	321,00 ⁽³⁾
1006 20 13 000	01	251,00		02	327,00 ⁽³⁾
1006 20 15 000	01	251,00		03	332,00 ⁽³⁾
1006 20 17 000	—	—		04	321,00 ⁽³⁾
1006 20 92 000	01	251,00	1006 30 67 900	01	321,00 ⁽³⁾
1006 20 94 000	01	251,00		02	327,00 ⁽³⁾
1006 20 96 000	01	251,00		03	332,00 ⁽³⁾
1006 20 98 000	—	—		04	321,00 ⁽³⁾
1006 30 21 000	01	251,00	1006 30 92 100	01	314,00
1006 30 23 000	01	251,00		02	320,00
1006 30 25 000	01	251,00		03	325,00
1006 30 27 000	—	—		04	314,00
1006 30 42 000	01	251,00	1006 30 92 900	01	314,00
1006 30 44 000	01	251,00		02	320,00 ⁽³⁾
1006 30 46 000	01	251,00		03	325,00 ⁽³⁾
1006 30 48 000	—	—		04	314,00
1006 30 61 100	01	314,00	1006 30 94 100	01	314,00
	02	320,00		02	320,00
	03	325,00		03	325,00
	04	314,00		04	314,00
1006 30 61 900	01	314,00	1006 30 94 900	01	314,00
	02	320,00 ⁽³⁾		02	320,00 ⁽³⁾
	03	325,00 ⁽³⁾		03	325,00 ⁽³⁾
	04	314,00		04	314,00
1006 30 63 100	01	314,00	1006 30 96 100	01	314,00
	02	320,00		02	320,00
	03	325,00		03	325,00
	04	314,00		04	314,00
1006 30 63 900	01	314,00	1006 30 96 900	01	314,00
	02	320,00 ⁽³⁾		02	320,00 ⁽³⁾
	03	325,00 ⁽³⁾		03	325,00 ⁽³⁾
	04	314,00		04	304,00
1006 30 65 100	01	314,00	1006 30 98 100	01	321,00 ⁽³⁾
	02	320,00		02	327,00 ⁽³⁾
	03	325,00		03	332,00 ⁽³⁾
	04	314,00		04	321,00 ⁽³⁾
1006 30 65 900	01	314,00	1006 30 98 900	01	321,00 ⁽³⁾
	02	320,00 ⁽³⁾		02	327,00 ⁽³⁾
	03	325,00 ⁽³⁾		03	332,00 ⁽³⁾
	04	314,00		04	321,00 ⁽³⁾
			1006 40 00 000	—	—

⁽¹⁾ Os destinos são identificados do seguinte modo:

01 Liechtenstein, Suíça, as comunas de Livigno e Campione d'Itália,

02 As zonas I, II, III, VI, Ceuta e Melilha,

03 As zonas IV, V, VII c), o Canadá e a zona VIII com exclusão do Suriname, da Guiana e de Madagascar,

04 Destinos referidos no artigo 34º do Regulamento (CEE) nº 3665/87 da Comissão alterado.

⁽²⁾ As restituições à exportação para a República Federativa da Jugoslávia (Sérvia e Montenegro) só podem ser concedidas no respeito das condições previstas nos Regulamentos (CEE) nº 990/93 alterado e (CE) nº 462/96.

⁽³⁾ Restituição fixada no âmbito do procedimento previsto no nº 4 do artigo 7º do Regulamento (CE) nº 1162/92, para uma quantidade de 10 000 toneladas de arroz.

NB: As zonas são as delimitadas no anexo do Regulamento (CEE) nº 2145/92 da Comissão alterado.

REGULAMENTO (CE) Nº 1501/96 DA COMISSÃO

de 29 de Julho de 1996

que fixa os montantes das ajudas ao fornecimento das ilhas Canárias em produtos no sector do arroz de origem comunitária

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 1601/92 do Conselho, de 15 de Junho de 1992, que estabelece medidas específicas relativas a determinados produtos agrícolas a favor das ilhas Canárias⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 2537/95 da Comissão⁽²⁾, e, nomeadamente, o seu artigo 3º,

Considerando que, nos termos do disposto no artigo 3º do Regulamento (CEE) nº 1601/92, a satisfação das necessidades das ilhas Canárias em arroz é garantida em termos de quantidades, preços e qualidade através da mobilização, em condições de escoamento equivalentes à isenção de direitos niveladores, de arroz comunitário, o que implica a concessão de uma ajuda para os fornecimentos de origem comunitária; que essa ajuda deve ser fixada atendendo, nomeadamente, aos custos das diferentes fontes de abastecimento à base dos preços praticados na exportação para países terceiros;

Considerando que o Regulamento (CE) nº 2790/94 da Comissão⁽³⁾, alterado pelo Regulamento (CE) nº 2883/94⁽⁴⁾ estabelece normas de execução comuns do regime de abastecimento específico das ilhas Canárias em certos produtos agrícolas, entre os quais o arroz;Considerando que as taxas representativas de mercado, definidas no artigo 1º do Regulamento (CEE) nº 3813/92 do Conselho⁽⁵⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 150/95⁽⁶⁾, são utilizadas paraconverter o montante expresso em moedas dos países terceiros e estão na base de determinação das taxas de conversão agrícolas das moedas dos Estados-membros; que as regras de aplicação e determinação relativas a essas conversões foram estabelecidas no Regulamento (CEE) nº 1068/93 da Comissão⁽⁷⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 2853/95⁽⁸⁾;

Considerando que a aplicação destas normas à situação actual dos mercados no sector do arroz e, nomeadamente, às cotações ou preços destes produtos na parte europeia da Comunidade e no mercado mundial conduz à fixação da ajuda ao abastecimento das ilhas Canárias nos montantes referidos no anexo;

Considerando que as medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de gestão dos cereais,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

Em aplicação do disposto no artigo 3º do Regulamento (CEE) nº 1601/92, os montantes das ajudas ao fornecimento de arroz de origem comunitária no âmbito do regime específico para o abastecimento das ilhas Canárias são fixados no anexo do presente regulamento.

Artigo 2º

O presente regulamento entra em vigor em 1 de Agosto de 1996.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 29 de Julho de 1996.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão⁽¹⁾ JO nº L 173 de 27. 6. 1992, p. 13.⁽²⁾ JO nº L 260 de 31. 10. 1995, p. 10.⁽³⁾ JO nº L 296 de 17. 11. 1994, p. 23.⁽⁴⁾ JO nº L 304 de 29. 11. 1994, p. 18.⁽⁵⁾ JO nº L 387 de 31. 12. 1992, p. 1.⁽⁶⁾ JO nº L 22 de 31. 1. 1995, p. 1.⁽⁷⁾ JO nº L 108 de 1. 5. 1993, p. 106.⁽⁸⁾ JO nº L 299 de 12. 12. 1995, p. 1.

ANEXO

do Regulamento da Comissão, de 29 de Julho de 1996, que fixa os montantes das ajudas ao fornecimento das ilhas Canárias em produtos no sector do arroz de origem comunitária

(Em ecus por tonelada)

Produto (código NC)	Montante da ajuda
	Ilhas Canárias
Arroz branqueado (1006 30)	328,00
Trincas de arroz (1006 40)	72,00

REGULAMENTO (CE) Nº 1502/96 DA COMISSÃO
de 29 de Julho de 1996
que fixa os montantes das ajudas ao fornecimento dos Açores e da Madeira em
produtos do sector do arroz de origem comunitária

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 1600/92 do Conselho, de 15 de Junho de 1992, que estabelece medidas específicas relativas a determinados produtos agrícolas a favor dos Açores e da Madeira (¹), com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 2537/95 da Comissão (²), e, nomeadamente, o seu artigo 10º,

Considerando que, nos termos do disposto no artigo 10º do Regulamento (CEE) nº 1600/92, a satisfação das necessidades dos Açores e da Madeira em arroz é garantida em termos de quantidades, preços e qualidade através da mobilização, em condições de escoamento equivalentes à isenção de direitos niveladores, de arroz comunitário, o que implica a concessão de uma ajuda para os fornecimentos de origem comunitária; que essa ajuda deve ser fixada atendendo, nomeadamente, aos custos das diferentes fontes de abastecimento à base dos preços praticados na exportação para países terceiros;

Considerando que o Regulamento (CEE) nº 1696/92 da Comissão (³), com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CEE) nº 2596/93 (⁴), estabelece normas de execução comuns do regime de abastecimento específico dos Açores e da Madeira em certos produtos agrícolas, entre os quais o arroz; que as normas complementares ou derogatórias das disposições do regulamento supracitado foram definidas pelo Regulamento (CEE) nº 1983/92 da Comissão, de 16 de Julho de 1992, que estabelece normas de execução do regime específico para o abastecimento dos Açores e da Madeira em produtos do sector do arroz e a estimativa das necessidades de abastecimento (⁵), com a

última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 1683/94 (⁶);

Considerando que as taxas representativas de mercado, definidas no artigo 1º do Regulamento (CEE) nº 3813/92 do Conselho (⁷), com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 150/95 (⁸), são utilizadas para converter o montante expresso em moedas dos países terceiros e estão na base de determinação das taxas de conversão agrícolas das moedas dos Estados-membros; que as regras de aplicação e determinação relativas a essas conversões foram estabelecidas no Regulamento (CEE) nº 1068/93 da Comissão (⁹), com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 2853/95 (¹⁰);

Considerando que a aplicação destas normas à situação actual dos mercados no sector do arroz e, nomeadamente, às cotações ou preços destes produtos na parte europeia da Comunidade e no mercado mundial conduz à fixação da ajuda ao abastecimento dos Açores e da Madeira nos montantes referidos no anexo;

Considerando que as medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de gestão dos cereais,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

Em aplicação do disposto no artigo 10º do Regulamento (CEE) nº 1600/92, os montantes das ajudas ao fornecimento de arroz de origem comunitária no âmbito do regime específico para o abastecimento dos Açores e da Madeira são fixados no anexo do presente regulamento.

Artigo 2º

O presente regulamento entra em vigor em 1 de Agosto de 1996.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 29 de Julho de 1996.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

(¹) JO nº L 173 de 27. 6. 1992, p. 1.

(²) JO nº L 260 de 31. 10. 1995, p. 10.

(³) JO nº L 179 de 1. 7. 1992, p. 6.

(⁴) JO nº L 238 de 23. 9. 1993, p. 24.

(⁵) JO nº L 198 de 17. 7. 1992, p. 37.

(⁶) JO nº L 178 de 12. 7. 1994, p. 53.

(⁷) JO nº L 387 de 31. 12. 1992, p. 1.

(⁸) JO nº L 22 de 31. 1. 1995, p. 1.

(⁹) JO nº L 108 de 1. 5. 1993, p. 106.

(¹⁰) JO nº L 299 de 12. 12. 1995, p. 1.

ANEXO

do Regulamento da Comissão, de 29 de Julho de 1996, que fixa os montantes das ajudas ao fornecimento dos Açores e da Madeira em produtos no sector do arroz de origem comunitária

(Em ecus por tonelada)

Produto (código NC)	Montante da ajuda	
	Destino	
	Açores	Madeira
Arroz branqueado (1006 30)	328,00	328,00

REGULAMENTO (CE) Nº 1503/96 DA COMISSÃO

de 29 de Julho de 1996

que estabelece as normas de execução do Regulamento (CEE) nº 3072/95 do Conselho no que respeita aos direitos de importação no sector do arroz

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) nº 3072/95 do Conselho, de 22 de Dezembro de 1995, que estabelece a organização comum de mercado do arroz ⁽¹⁾, e, nomeadamente, os nºs 2 e 4 do seu artigo 11º,

Considerando que o artigo 11º do Regulamento (CE) nº 3072/95 estabelece, no terceiro parágrafo do nº 2, o método de cálculo da percentagem de que será majorado o preço de intervenção válido no dia da importação, com vista ao cálculo dos direitos de importação do arroz branqueado; que esse método tem em conta as taxas de conversão, os custos de transformação e o valor dos subprodutos, bem como o montante de protecção da indústria; que é conveniente fixar como dia de importação a data de aceitação da declaração pelas autoridades aduaneiras, prevista no artigo 67º do Regulamento (CEE) nº 2913/92 do Conselho, de 12 de Outubro de 1992, que estabelece o Código Aduaneiro Comunitário ⁽²⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Acto de Adesão da Áustria, da Finlândia e da Suécia;

Considerando que o artigo 11º do Regulamento (CE) nº 3072/95 prevê que, na importação dos produtos referidos no artigo 1º do mesmo regulamento, sejam cobradas as taxas dos direitos da Pauta Aduaneira Comum; que, todavia, no que respeita aos produtos referidos no nº 2 desse artigo, o direito de importação é igual ao preço de intervenção válido para esses produtos no momento da importação, majorado de uma determinada percentagem consoante se trate de arroz descascado ou branqueado, de arroz Indica ou Japonica e diminuído do preço de importação, desde que esse direito não seja superior à taxa dos direitos da Pauta Aduaneira Comum;

Considerando que existem, no sector do arroz, dificuldades especiais para a verificação do valor dos produtos importados; que um sistema de valores forfetários de importação é, por isso, o que melhor se presta à implementação dos resultados das negociações do «Uruguay Round» a partir de 1 de Setembro; que, em contrapartida, estão ainda em curso discussões técnicas entre os parceiros interessados; que, na pendência do final dessas discussões, é necessário manter, a título conservatório, o sistema aplicado em 1995/1996;

Considerando que, para efeitos de classificação dos lotes importados, os produtos a que se refere o nº 2 do

artigo 11º do Regulamento (CE) nº 3072/95 devem ser subdivididos em várias qualidades; que, por conseguinte, é necessário precisar os códigos da Nomenclatura Combinada que correspondem a essas qualidades;

Considerando que, para efeitos do cálculo do direito de importação por intermédio do valor forfetário de importação, é necessário prever o cálculo de preços de importação CIF representativos para cada uma das qualidades definidas; que, para o estabelecimento desses preços, devem ser especificadas as cotações das diferentes qualidades de arroz; que, por conseguinte, é oportuno definir essas cotações;

Considerando que, com uma preocupação de clareza e transparência, a cotação dos diferentes tipos de arroz nas publicações do Departamento da Agricultura dos Estados Unidos da América constitui uma base objectiva para estabelecer preços de importação CIF representativos do arroz a granel; que os preços representativos do mercado dos Estados Unidos da América, da Tailândia ou de outras origens podem ser convertidos em preços de importação CIF representativos, através da adição dos fretes marítimos entre os portos de origem e um porto comunitário praticados no mercado dos fretes; que, dado o volume de fretes e de comércio dos portos do Norte da Europa, estes constituem o destino comunitário em relação ao qual as cotações dos fretes marítimos são mais conhecidas publicamente, mais transparentes e mais facilmente disponíveis; que, em consequência, os portos de destino a ter em conta para a Comunidade são os do Norte da Europa (ARAG);

Considerando que, a fim de vigiar a evolução dos preços de importação CIF assim estabelecidos, é adequado prever um acompanhamento semanal dos elementos utilizados no respectivo cálculo;

Considerando que, para a fixação do direito de importação do arroz referido no nº 2 do artigo 11º do Regulamento (CE) nº 3072/95, um período de duas semanas de verificação dos preços de importação CIF representativos do arroz a granel tem em conta as tendências do mercado, sem introduzir elementos de incerteza; que, nessa base, os direitos de importação desse produto são estabelecidos de duas em duas semanas, à quarta-feira e no último dia útil de cada mês, tendo em conta a média dos preços de importação CIF representativos verificada no decurso do referido período;

Considerando que o direito de importação assim calculado pode ser aplicado durante um período de duas semanas sem afectar sensivelmente o preço de importação, incluindo os direitos pagos; que, todavia, sempre que, para um determinado produto, não estiver disponível qualquer cotação no decurso do período de cálculo dos preços de importação CIF representativos ou, na sequência de alte-

⁽¹⁾ JO nº L 329 de 30. 12. 1995, p. 18.

⁽²⁾ JO nº L 302 de 19. 10. 1992, p. 1.

rações súbitas dos elementos utilizados para o seu cálculo, esses preços de importação CIF representativos sofrerem flutuações muito importantes no decurso do referido período, devem ser tomadas medidas para manter a representatividade dos preços de importação CIF do produto em causa;

Considerando que o arroz da variedade Basmati originário da Índia ou do Paquistão se situa normalmente a um nível de preço, no mercado, superior ao preço representativo estabelecido; que, na campanha 1993/1994, a diferença de preço era da ordem de 250 ecus por tonelada para o arroz Basmati originário da Índia e de 50 ecus por tonelada para o arroz Basmati originário do Paquistão; que é, por conseguinte, necessário diminuir o direito de importação para essas variedades de arroz nos montantes referidos, a fim de respeitar o princípio previsto no artigo 11º do Regulamento (CEE) nº 3072/95 e os compromissos internacionais da Comunidade;

Considerando que, no caso de não estar disponível qualquer cotação, é adequado continuar a aplicar o montante do direito fixado para o período anterior e que, nos casos de grandes flutuações da cotação, dos custos dos fretes marítimos ou da taxa de câmbio utilizada para o cálculo do preço de importação CIF representativo do produto em causa, é conveniente, para ter em conta as alterações ocorridas, restabelecer a representatividade desse preço através de um ajustamento correspondente ao desvio verificado relativamente ao valor fixado em vigor; que, mesmo nos casos em que se efectue esse tipo de ajustamento, não é afectada a periodicidade da fixação seguinte;

Considerando que o Comité de gestão dos cereais não emitiu parecer no prazo fixado pelo seu presidente,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

Os direitos de importação referidos nos nºs 1 e 2 do artigo 11º do Regulamento (CE) nº 3072/95 são os aplicáveis no momento previsto no artigo 67º do Regulamento (CEE) nº 2913/92.

Artigo 2º

O direito de importação do arroz branqueado do código NC 1006 30 será igual ao preço de intervenção válido no momento da importação, majorado de:

- 163 %, no caso do arroz Indica,
 - 167 %, no caso do arroz Japonica,
- e subtraindo-se o preço de importação.

Esse direito não pode, no entanto, exceder a taxa dos direitos da Pauta Aduaneira Comum.

Artigo 3º

1. Para efeitos do presente regulamento, é considerado arroz Indica o arroz dos códigos NC 1006 20 17, 1006 20 98, 1006 30 27, 1006 30 48, 1006 30 67 e 1006 30 98.

2. Todos os outros produtos dos códigos NC 1006 20 e 1006 30 são considerados arroz Japonica.

Artigo 4º

1. Os direitos de importação aplicáveis aos produtos referidos no artigo 3º são calculados semanalmente, mas fixados de duas em duas semanas, à quarta-feira e no último dia útil de cada mês, pela comissão, para aplicação, respectivamente, a partir do primeiro dia útil seguinte e do primeiro dia do mês seguinte, e, para o período até à primeira quinta-feira de Julho de 1995, a partir de 1 de Julho desse ano, em conformidade com o método previsto no artigo 5º.

Todavia, se, aquando da verificação da semana seguinte a essa fixação, o direito de importação calculado se afastar em 10 ecus por tonelada ou mais do direito em vigor, a Comissão efectuará o ajustamento correspondente.

Quando a quarta-feira prevista para uma fixação dos direitos de importação não for um dia útil para a Comissão, essa fixação efectuar-se-á no primeiro dia útil seguinte.

2. O preço válido no mercado mundial a utilizar para o cálculo do direito de importação é a média dos preços de importação CIF representativos a granel semanais determinados, de acordo com o método previsto no artigo 5º, no decurso das duas semanas anteriores.

3. Os direitos de importação fixados em conformidade com as disposições do presente regulamento são aplicáveis até à entrada em vigor de uma nova fixação.

Todavia, quando, para um produto determinado, não estiver disponível qualquer cotação para a origem de referência prevista no artigo 5º no decurso das duas semanas que antecedem a fixação periódica seguinte, permanece em vigor o direito de importação anteriormente fixado.

Aquando de cada fixação ou ajustamento, a Comissão publica no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* os direitos de importação e os elementos utilizados para o seu cálculo.

4. O arroz Basmati dos códigos NC ex 1006 20 17 e ex 1006 20 98 pode beneficiar de uma redução do direito de importação de um montante de 250 ecus por tonelada, para o arroz de origem indiana, e de 50 ecus por tonelada, para o arroz de origem paquistanesa.

Esta redução efectuar-se-á-se, aquando da introdução em livre prática, forem apresentados um certificado de importação, cuja emissão esteja sujeita à constituição de uma garantia, e um certificado de autenticidade do produto.

Em derrogação da alínea a) do artigo 10º do Regulamento (CE) nº 1162/95 da Comissão (1), a garantia a constituir é de 275 ecus por tonelada, para o arroz Basmati de origem indiana, e de 75 ecus por tonelada, para o arroz Basmati de origem paquistanesa.

(1) JO nº L 117 de 24. 5. 1995, p. 2.

O certificado de autenticidade é estabelecido num formulário cujo modelo consta do anexo II e será emitido em conformidade com as disposições aplicáveis do Regulamento (CEE) nº 81/92 da Comissão⁽¹⁾.

Os montantes previstos no primeiro parágrafo podem ser revistos em função da evolução do mercado.

Artigo 5º

1. Para a determinação dos preços de importação do arroz referidos no nº 4 do artigo 11º do Regulamento (CE) nº 3072/95, são utilizados os elementos a seguir indicados para os diferentes tipos de arroz a granel referidos no artigo 3º:

- a) Preço CIF em Roterdão;
- b) Preço representativo no mercado tailandês;
- c) Preço representativo no mercado dos Estados Unidos da América;
- d) Preço representativo noutros mercados;
- e) Custo médio do transporte marítimo entre o porto de origem, por um lado, e os portos de Antuérpia, Roterdão, Amsterdão e Gand, por outro.

O preço de importação é, normalmente, o indicado na alínea a), mas, na sua ausência, será determinado com base

nos elementos indicados nas alíneas b), c) e e); os preços referidos na alínea d) só serão utilizados na ausência dos preços citados nas alíneas a), b) e c).

Na ausência de cotações para as despesas marítimas do transporte do arroz, serão utilizadas as dos cereais.

2. Estes elementos são verificados semanalmente, com base nas qualidades de referência constantes do anexo I. Os fretes marítimos são verificados com base nas informações publicamente disponíveis.

Se o preço verificado for expresso em C&F, será majorado de 0,75 %.

Artigo 6º

O presente regulamento entra em vigor na data da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

É aplicável a partir de 1 de Setembro de 1996.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 29 de Julho de 1996.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO nº L 10 de 16. 1. 1992, p. 9.

ANEXO I

	Arroz Indica		Arroz Japonica	
	Descascado	Branqueado	Descascado	Branqueado
Código NC	1006 20 17 1006 20 98	1006 30 27 1006 30 48 1006 30 67 1006 30 98	1006 20 excepto 1006 20 17 1006 20 98	1006 30 excepto 1006 30 27 1006 30 48 1006 30 67 1006 30 98
Qualidade de referência	US long grain 2/4/73 US long grain Parboiled 1/4/88	Thai 100 % B	US Gulf Medium Grain (2)	
Origem	USA	Tailândia	USA	USA
Estádio (1)	CIF granel ARAG	CIF granel ARAG	CIF granel ARAG	CIF granel ARAG

(1) CIF ARAG: cotação relativa aos portos do mar do Norte (Antuérpia, Roterdão, Amesterdão, Gând)

(2) Na ausência desta qualidade, podem ser utilizadas outras qualidades do tipo Japonica.

ANEXO II
MODELO B

1 Exporter (Name and full address)	CERTIFICATE OF AUTHENTICITY B BASMATI RICE for export to the European Community	
2 Consignee (Name and full address)	No issued by (Name and full address of issuing body)	ORIGINAL
	3 Region or place of cultivation	
	4 FOB value in US dollars	
	5 Number and date of invoice	
6 Marks and numbers — Number and kind of packages — Description of goods	7 Gross weight (kg)	
	8 Net weight (kg)	
9 DECLARATION BY EXPORTER The undersigned declares that the information shown above is correct. Place and date: _____ Signature: _____		
10 CERTIFICATION BY THE ISSUING BODY It is hereby certified that the rice described above is BASMATI RICE and that the information shown in this certificate is correct. Place and date: _____ Signature: _____ Stamp: _____		
11 CERTIFICATION BY COMPETENT CUSTOMS OFFICE OF COUNTRY OF EXPORT Customs formalities for export to the European Economic Community of the rice described above have been completed. Type, number and date of export document: _____ Name and country of customs office: _____ Signature: _____ Stamp: _____		
12 FOR COMPETENT AUTHORITIES IN THE COMMUNITY		

REGULAMENTO (CE) Nº 1504/96 DA COMISSÃO

de 29 de Julho de 1996

que estabelece normas de execução do Regulamento (CE) nº 1357/96 do Conselho, que prevê a realização, em 1996, de pagamentos suplementares no âmbito dos prémios previstos no Regulamento (CEE) nº 805/68 que estabelece a organização comum de mercado no sector da carne de bovino, e que altera o mesmo regulamento, e altera o Regulamento (CEE) nº 3886/92, que estabelece normas de execução dos regimes de prémios previstos no sector da carne de bovino no que respeita ao prémio à transformação

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) nº 1357/96 do Conselho, de 8 de Julho de 1996, que prevê a realização, em 1996, de pagamentos suplementares no âmbito dos prémios previstos no Regulamento (CEE) nº 805/68 que estabelece a organização comum de mercado no sector da carne de bovino, e que altera o mesmo regulamento ⁽¹⁾, e, nomeadamente, o seu artigo 10º,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 805/68 do Conselho, de 27 de Junho de 1968, que estabelece a organização comum de mercado no sector da carne de bovino ⁽²⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 1357/96, e, nomeadamente, o nº 4 do seu artigo 4ºI,

Considerando que, por razões de transparência entre os Estados-membros, de acompanhamento e de boa gestão dos pagamentos suplementares previstos no Regulamento (CE) nº 1357/96, é conveniente que os Estados-membros informem a Comissão do modelo de concessão adoptado, das regras nacionais aplicáveis no âmbito as medidas previstas no regulamento supramencionado, bem como do balanço final;

Considerando que o nº 4 do artigo 4ºI do Regulamento (CEE) nº 805/68, tal como alterado pelo artigo 8º do Regulamento (CE) nº 1357/96, permite que, em determinadas condições, os Estados-membros sejam autorizados a pagar o prémio à transformação em relação a animais retirados da produção antes de ultrapassarem 20 dias de idade; que é conveniente adaptar em conformidade o artigo 49º do Regulamento (CEE) nº 3886/92 da Comissão ⁽³⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 1264/96 ⁽⁴⁾;

Considerando que, a fim de permitir que os Estados-membros apliquem o mais rapidamente possível as disposições do Regulamento (CE) nº 1357/96, o presente regulamento deve entrar em vigor logo que possível;

Considerando que as medias previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de gestão da carne de bovino,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

No que respeita às ajudas suplementares previstas no Regulamento (CE) nº 1357/96, os Estados-membros comunicarão à Comissão:

a) Em caso de aplicação dos artigos 1º a 4º do regulamento supramencionado:

— o mais tardar em 15 de Novembro de 1996 e em 31 de Julho de 1997, o número de montantes suplementares concedidos ao abrigo do artigo 1º, discriminados de acordo com os regimes previstos nos artigos 4ºB e 4ºD do Regulamento (CEE) nº 805/68,

— o mais depressa possível, as regras de concessão dos montantes e ajudas previstos na alínea a) e, se for caso disso, na alínea b) do artigo 4º e, nomeadamente, o tipo ou categoria de animais em causa, os montantes unitários previstos, as regras de cálculo correspondentes e as datas finais de pagamento,

— respetivamente, em 15 de Novembro de 1996 e em 31 de Julho de 1997, o mais tardar, os montantes totais das ajudas pagas ao abrigo da alínea a) e, se for caso disso, da alínea b) do artigo 4º, bem como o número de beneficiários e de animais em causa;

b) Em caso de aplicação do artigo 5º e, se for caso disso, da alínea b) do artigo 4º do regulamento supramencionado:

— o mais rapidamente possível, as regras de concessão das ajudas previstas e, nomeadamente, o tipo ou categoria de animais em causa, os montantes unitários previstos, as regras de cálculo correspondentes e as datas finais de pagamento,

⁽¹⁾ JO nº L 175 de 13. 7. 1996, p. 9.

⁽²⁾ JO nº L 148 de 28. 6. 1968, p. 24.

⁽³⁾ JO nº L 391 de 31. 12. 1992, p. 20.

⁽⁴⁾ JO nº L 163 de 2. 7. 1996, p. 22.

— respectivamente em 15 de Novembro de 1996 e em 31 de Julho de 1997, o mais tardar, os montantes totais das ajudas pagas ao abrigo do artigo 5º e da alínea b) do artigo 4º, bem como o número de beneficiários e de animais em causa.

Artigo 2º

No nº 1, quarto travessão, do artigo 49º do Regulamento (CEE) nº 3886/92, os termos «antes de ultrapassar a idade de dez dias» são substituídos pelos termos «antes de ultra-

passar a idade máxima prevista no artigo 4ºI do Regulamento (CEE) nº 805/68».

Artigo 3º

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 29 de Julho de 1996.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

REGULAMENTO (CE) Nº 1505/96 DA COMISSÃO

de 29 de Julho de 1996

que altera o Regulamento (CE) nº 1484/95 que estabelece as normas de execução do regime relativo à aplicação dos direitos adicionais de importação e fixa os direitos adicionais de importação nos sectores da carne de aves de capoeira e dos ovos, bem como para a ovalbumina

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 2771/75 do Conselho, de 29 de Outubro de 1975, que estabelece a organização comum de mercado no sector dos ovos⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 2916/95⁽²⁾, e, nomeadamente, o nº 4 do seu artigo 5º,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 2777/75 do Conselho, de 29 de Outubro de 1975, que estabelece uma organização comum de mercado no sector da carne de aves de capoeira⁽³⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 2916/95, e, nomeadamente, o nº 4 do seu artigo 5º,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 2783/75 do Conselho, de 29 de Outubro de 1975, relativo ao regime comum de trocas comerciais para a ovalbumina e para a lactalbumina⁽⁴⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 2916/95, e, nomeadamente, o nº 4 do seu artigo 3º,

Considerando que o Regulamento (CE) nº 1484/95 da Comissão⁽⁵⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 1385/96⁽⁶⁾, estabelece as normas de execução do regime relativo à aplicação dos direitos adicionais de importação e fixa os direitos adicionais de importação nos sectores da carne de aves de capoeira e dos ovos, bem como para a ovalbumina;

Considerando que foram abertos, pelo Regulamento (CEE) nº 1251/96 da Comissão⁽⁷⁾, novos contingentes pautais de importação para determinados produtos do

sector da carne de aves de capoeira, no âmbito da Organização Mundial do Comércio; que não podem ser aplicados direitos adicionais às importações efectuadas no âmbito dos referidos contingentes;

Considerando que as medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de gestão dos ovos e da carne de aves de capoeira,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

O artigo 6º do Regulamento (CE) nº 1484/95 passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 6º

Os direitos adicionais de importação fixados no anexo I não são aplicáveis às importações efectuadas no âmbito dos Regulamentos (CE) nº 1431/94^(*), (CE) nº 1474/95^(**) e (CE) nº 1251/96^(***) da Comissão.

(*) JO nº L 156 de 23. 6. 1994, p. 9.

(**) JO nº L 145 de 29. 6. 1995, p. 19.

(***) JO nº L 161 de 29. 6. 1995, p. 136.

Artigo 2º

O presente regulamento entra em vigor na data da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

É aplicável com efeitos desde 1 de Julho de 1996.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 29 de Julho de 1996.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

(1) JO nº L 282 de 1. 11. 1975, p. 49.

(2) JO nº L 305 de 19. 12. 1995, p. 49.

(3) JO nº L 282 de 1. 11. 1975, p. 77.

(4) JO nº L 282 de 1. 11. 1975, p. 104.

(5) JO nº L 145 de 29. 6. 1995, p. 47.

(6) JO nº L 179 de 18. 7. 1996, p. 29.

(7) JO nº L 161 de 29. 6. 1996, p. 136.

REGULAMENTO (CE) Nº 1506/96 DA COMISSÃO
de 29 de Julho de 1996

que altera o Regulamento (CE) nº 3010/94, que fixa as ajudas para o abastecimento das ilhas Canárias em produtos do sector dos produtos transformados à base de frutas e produtos hortícolas, no âmbito do regime previsto nos artigos 2º e 3º do Regulamento (CEE) nº 1601/92 do Conselho

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 1601/92 do Conselho, de 15 de Junho de 1992, que estabelece medidas específicas relativas a determinados produtos agrícolas a favor das ilhas Canárias⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 2537/95 da Comissão⁽²⁾, e, nomeadamente, o nº 4 do seu artigo 3º,

Considerando que o Regulamento (CE) nº 3010/94 da Comissão⁽³⁾, pelo Regulamento (CE) nº 1363/95⁽⁴⁾, fixou os montantes das ajudas ao fornecimento, nas ilhas Canárias, de produtos do sector das frutas e produtos hortícolas transformados provenientes do mercado da Comunidade, em aplicação do nº 2 do artigo 3º do Regulamento (CEE) nº 1601/92;

Considerando que é conveniente adaptar os referidos montantes tendo em conta a evolução das condições de abastecimento a partir do mercado mundial, resultantes, nomeadamente, da alteração do regime pautal de importação; que se afigura adequado determinar um montante de ajuda para cada produto com base na média dos direitos aduaneiros aplicáveis às diversas composições do produto,

em conformidade com a nomenclatura pautal; que é conveniente fixar para a medida em questão uma data de início de produção de efeitos coincidente com o início do período de aplicação da estimativa de abastecimento;

Considerando que as medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de gestão dos produtos transformados à base de frutas e produtos hortícolas,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

O anexo do Regulamento (CE) nº 3010/94 é substituído pelo anexo do presente regulamento.

Artigo 2º

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*

É aplicável com efeitos desde 1 de Julho de 1996.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 29 de Julho de 1996.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO nº L 173 de 27. 6. 1992, p. 13.

⁽²⁾ JO nº L 260 de 31. 10. 1995, p. 10.

⁽³⁾ JO nº L 320 de 13. 12. 1994, p. 5.

⁽⁴⁾ JO nº L 132 de 16. 6. 1995, p. 8.

ANEXO

ANEXO

MONTANTES DAS AJUDAS A QUE SE REFERE O ARTIGO 1º

Códigos NC	Montantes da ajuda (em ecus por 100 quilogramas)
2007 99	53,48
2008 20	32,68
2008 30	21,23
2008 40	9,99
2008 50	23,19
2008 70	18,72
2008 80	64,97
2008 92	30,35
2008 99	40,33

REGULAMENTO (CE) Nº 1507/96 DA COMISSÃO

de 29 de Julho de 1996

relativo à abertura e ao modo de gestão de determinados contingentes pautais de importação de açúcar de cana em bruto para o abastecimento das refinarias da Comunidade

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 1785/81 do Conselho, de 30 de Junho de 1981, que estabelece a organização comum de mercado no sector do açúcar⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 1126/96 da Comissão⁽²⁾, e, nomeadamente, o nº 1 do seu artigo 16º, o nº 6 do seu artigo 37º e o seu artigo 39º,

Tendo em conta o Regulamento (CE) nº 1095/96 do Conselho, de 18 de Junho de 1996, relativo à aplicação das concessões constantes da lista CXL estabelecida na sequência da conclusão das negociações no âmbito do nº 6 do artigo XXIV do GATT⁽³⁾, e, nomeadamente, o seu artigo 1º,

Considerando que na sequência da adesão da Áustria, da Finlândia e da Suécia e no âmbito da conclusão das negociações nos termos do artigo XXIV do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT), a Comunidade se comprometeu a importar, a partir de 1 de Janeiro de 1996, uma quantidade de açúcar de cana em bruto dos países terceiros destinada a refinação, com um direito de 98 ecus por tonelada; que, devido ao atraso na execução deste compromisso, é necessário prever, para o primeiro período de aplicação compreendido entre 1 de Julho de 1996 e 30 de Junho de 1997, uma quantidade total que inclua a quantidade que poderia ter sido importada no período de 1 de Janeiro de 1996 a 30 de Junho de 1996;

Considerando que, para garantir que estas quantidades sejam importadas de acordo com as correntes tradicionais de importação, é conveniente reparti-las de acordo com a origem das importações durante um período de referência de três anos;

Considerando que é necessário garantir a gestão do regime de importação através de certificados de importação; que, para o efeito, é necessário definir, nomeadamente, as regras de apresentação dos pedidos e os elementos que devem constar dos pedidos;

Considerando que a aplicação deste contingente pautal implica a estrita vigilância das importações e dos controlos efectivos quanto à sua utilização e destino; que, em consequência, a importação deve realizar-se no Estado-membro que emitiu o certificado de importação;

Considerando que o açúcar em bruto importado a título do presente regulamento e destinado ao abastecimento das refinarias comunitárias participa, pois, no regime previsto no artigo 37º do Regulamento (CEE) nº 1785/91; que é, em consequência, conveniente prever a aplicação *mutatis mutandis*, a este açúcar, de regras de execução análogas às previstas pelo Regulamento (CE) nº 1916/95 da Comissão⁽⁴⁾;

Considerando que as medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de gestão do açúcar,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

1. Durante o período de 1 de Julho a 30 de Junho, é aberto um contingente pautal anual para a importação, na Comunidade, de 85 463 toneladas de açúcar de cana em bruto «no seu estado inalterado» do código NC 1701 11 10 com um direito de 98 ecus por tonelada. O açúcar deve ser importado e refinado pelas refinarias mencionadas no nº 4, terceiro parágrafo, do artigo 9º do Regulamento (CEE) nº 1785/81.

Contudo, durante o período de 1 de Julho de 1996 a 30 de Junho de 1997, o contingente referido no primeiro parágrafo é aberto para uma quantidade de 128 195 toneladas de açúcar em bruto no seu estado inalterado.

2. As quantidades referidas no nº 1 são repartidas por país de origem em conformidade com o anexo I. Devem ser imputadas às quantidades previstas no nº 2 do artigo 37º do Regulamento (CEE) nº 1785/81 e são tomadas em consideração para a aplicação dos nºs 3 e 4 do referido artigo.

Artigo 2º

O direito referido no nº 1 do artigo 1º é aplicável ao açúcar em bruto de qualidade-tipo definida no artigo 1º do Regulamento (CEE) nº 431/68 do Conselho⁽⁵⁾.

No caso de a polarização do açúcar em bruto importado apresentar uma diferença de 96 graus, o direito referido no artigo 1º é aumentado ou diminuído, conforme o caso, de 0,14 % por décimo de grau de diferença observado.

⁽¹⁾ JO nº L 177 de 1. 7. 1981, p. 4.

⁽²⁾ JO nº L 150 de 25. 6. 1996, p. 3.

⁽³⁾ JO nº L 146 de 20. 6. 1996, p. 1.

⁽⁴⁾ JO nº L 184 de 3. 8. 1995, p. 18.

⁽⁵⁾ JO nº L 89 de 10. 4. 1968, p. 3.

Artigo 3º

1. Os certificados relativos a estas importações só podem ser emitidos até ao limite dos contingentes referidos no nº 2 do artigo 1º e das quantidades que faltam a título das necessidades previstas para cada Estado-membro abrangido pelo artigo 37º do Regulamento (CEE) nº 1785/81. Os certificados são emitidos pelos Estados-membros referidos no nº 2 do referido artigo 37º em benefício, exclusivamente, dos refinadores que importam com vista a suprir as necessidades das suas refinarias, na acepção do nº 4 do artigo 9º do mesmo regulamento.

2. A importação de açúcar em bruto realiza-se no Estado-membro que emite o certificado de importação.

3. Os certificados em causa não são cessíveis. Contudo, os refinadores podem desistir dos certificados emitidos. Neste caso, a garantia é imediatamente liberada. Os Estados-membros informam imediatamente a Comissão destas desistências.

4. O disposto no nº 4 do artigo 8º do Regulamento (CEE) nº 3719/88 da Comissão⁽¹⁾ não é aplicável às importações realizadas no âmbito do presente regulamento.

Artigo 4º

1. Em derrogação do nº 1 do artigo 6º do Regulamento (CE) nº 1464/95 da Comissão⁽²⁾, e sem prejuízo do nº 1 do artigo 6º do presente regulamento, o certificado de importação de açúcar em bruto emitido no âmbito do regime previsto no presente regulamento é válido a partir da data da sua emissão até 30 de Junho seguinte.

2. O pedido do certificado referido no nº 1 deve ser apresentado pelo refinador ao organismo competente do Estado-membro de importação em causa e ser acompanhado de uma declaração nos termos da qual o refinador se compromete a refinar a quantidade de açúcar em bruto em questão antes do dia 1 de Julho que segue a data de importação.

Os Estados-membros comunicam imediatamente à Comissão os pedidos apresentados, por ordem de registo da apresentação. A comunicação inclui a lista dos requerentes e as quantidades solicitadas, bem como as quantidades efectivamente importadas a título dos certificados já emitidos, em conformidade com o anexo II.

A Comissão confirma o mais rapidamente possível ao Estado-membro em causa em que medida pode ser dado seguimento aos pedidos referidos no primeiro parágrafo.

3. Sem prejuízo do artigo 6º, no caso de o açúcar em causa não ser refinado no prazo previsto, o refinador requerente do certificado deve pagar um montante igual ao direito pleno aplicável ao açúcar em bruto, eventualmente aumentado do direito adicional aplicável no dia da importação.

O refinador requerente do certificado deve fazer prova da refinação junto do Estado-membro emissor do certificado,

que a deve reconhecer, nos três meses seguintes ao final do prazo previsto para a refinação.

4. O pedido de certificado de importação e o certificado de importação devem mencionar, na casa 8, o país de origem:

Além disso, devem incluir, na casa 24, a seguinte menção:

«Importação com direito de 9,8 ecus por 100 quilogramas de açúcar em bruto de qualidade-tipo nos termos do Regulamento (CE) nº 1507/96».

5. A taxa da garantia relativa ao certificado referido no nº 1 é fixada em 0,30 ecus por 100 quilogramas líquidos de açúcar em bruto no seu estado inalterado.

Artigo 5º

A admissão ao benefício do contingente pautal fica sujeita à apresentação, no momento em que é formulado o pedido de certificado de importação previsto no artigo 3º de um certificado de origem do país terceiro em causa que corresponda às condições previstas no artigo 47º do Regulamento (CEE) nº 2454/93 da Comissão⁽³⁾.

Artigo 6º

1. Quando uma quantidade de açúcar não puder ser entregue em tempo útil para permitir a sua refinação antes da data prevista no nº 2 do artigo 4º o Estado-membro de importação pode, a pedido do refinador, prorrogar o período de validade do certificado por trinta dias a contar dessa data.

Neste caso, o açúcar em bruto em causa será refinado no prazo referido no nº 2 e imputado no quadro e no limite das necessidades máximas previstas, referidas no artigo 37º do Regulamento (CEE) nº 1785/81, para a campanha de comercialização anterior.

2. Quando uma quantidade de açúcar em bruto não puder ter sido refinada antes da data referida no nº 2 do artigo 4º, o Estado-membro em causa pode, a pedido do refinador, conceder um prazo de refinação suplementar de uma duração máxima de oitenta dias a contar dessa data.

Neste caso, o açúcar em bruto em causa será refinado neste prazo e imputado no quadro e no limite das necessidades máximas previstas, referidas no artigo 37º do Regulamento (CEE) nº 1785/81, para a campanha de comercialização anterior.

Artigo 7º

Quando, relativamente a uma determinada campanha de comercialização, a quantidade de açúcar, expressa em açúcar branco, refinado por uma empresa conduzir, devido aos rendimentos do açúcar em bruto importado a título do presente regulamento, a que sejam superadas,

⁽¹⁾ JO nº L 331 de 2. 12. 1988, p. 1.

⁽²⁾ JO nº L 144 de 28. 6. 1995, p. 14.

⁽³⁾ JO nº L 253 de 11. 10. 1993, p. 1.

no máximo, em 1 % as suas necessidades máximas previstas, o Estado-membro em causa pode, a pedido do refinador, imputar a quantidade de açúcar branco em causa no quadro e no limite das necessidades previstas, referidas no artigo 37º do Regulamento (CEE) nº 1785/81, para a campanha de comercialização seguinte.

Artigo 8º

Relativamente às quantidades atribuídas a um país de origem determinado no anexo I, para as quais não sejam emitidos certificados de importação antes de 1 de Abril da campanha de comercialização em causa, podem ser solicitados certificados a título das outras origens não determinadas no referido anexo.

Contudo, pode ser prevista uma data diferente, a determinar atendendo às circunstâncias próprias à campanha de comercialização em causa.

Artigo 9º

Os Estados-membros em causa comunicam à Comissão:

- a) Semanalmente, em relação à semana anterior, as quantidades de açúcar em bruto, expressas em peso «no seu

estado inalterado», para as quais foram emitidos os certificados de importação referidos no nº 1 do artigo 4º;

- b) Mensalmente, em relação ao mês anterior:

— as quantidades de açúcar em bruto, expressas em peso «no seu estado inalterado», efectivamente importadas através dos certificados referidos no nº 1 do artigo 4º,

— as quantidades de açúcar em bruto, em peso «no seu estado inalterado» e expressas em açúcar branco, refinadas durante o mês anterior ao da comunicação;

- c) Antes do dia 31 de Julho de cada campanha de comercialização, as quantidades de açúcar em bruto, expressas em peso «no seu estado inalterado», destinadas à refinação nos termos do presente regulamento, em armazém nas refinarias no dia 1 de Julho da campanha em causa.

Artigo 10º

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*

É aplicável a partir de 1 de Julho de 1995.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 29 de Julho de 1996.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

ANEXO I

Repartição do contingente por país de origem expresso em toneladas de açúcar de cana em bruto no seu estado inalterado para o período compreendido entre 1 de Julho de 1996 e 30 de Junho de 1997

País terceiro de origem	Quantidades
Cuba	88 454
Brasil	35 894
Outros países terceiros	3 847

ANEXO II

Aplicação do Regulamento (CE) nº 1507/96

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS - DG VI.C.3 - Sector do açúcar

Pedido de certificados de importação	Requerente (nome, firma e endereço)	Data	Quantidade solicitada por país terceiro de origem	Quantidades já efectivamente importadas por país terceiro de origem	Desistência do certificado	Quantidade restante
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Estado-membro:						

REGULAMENTO (CE) Nº 1508/96 DA COMISSÃO

de 29 de Julho de 1996

que adopta medidas excepcionais de apoio ao mercado da carne de bovino em Portugal, em aplicação da Decisão 96/381/CE

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 805/68 do Conselho, de 27 de Junho de 1968, que estabelece a organização comum de mercado no sector da carne de bovino⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 1357/96⁽²⁾, e, nomeadamente, o seu artigo 23º,

Considerando que, pela Decisão 96/381/CE⁽³⁾ a Comissão aprovou medidas propostas por Portugal para o controlo e erradicação da encefalopatia espongiforme bovina nesse Estado-membro; que essas medidas implicam o abate selectivo obrigatório de bovinos nascidos no Reino Unido ou que, em qualquer altura, tenham feito parte das manadas em que tenham sido confirmados casos de encefalopatia espongiforme bovina; que, de acordo com a supramencionada decisão, o apoio financeiro a Portugal para a realização do abate dos animais em causa deve ser concedido de acordo com o disposto no Regulamento (CE) nº 716/96 da Comissão, de 19 de Abril de 1996, que adopta medidas excepcionais de apoio ao mercado da carne de bovino em Portugal⁽⁴⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 835/96⁽⁵⁾; que, em consequência, é adequado conceder uma contribuição comunitária igual a 70 % do valor de mercado dos animais abatidos; que, para a definição desse valor de mercado, Portugal deve estabelecer um sistema que garanta a avaliação equitativa e objectiva de cada animal em causa;

Considerando que é necessário assegurar que os animais em questão sejam abatidos e destruídos de uma forma que não constitua uma ameaça para a saúde humana ou a saúde de outros animais; que é, pois, necessário especificar as condições para a destruição desses animais e os controlos a efectuar pelas autoridades portuguesas; que, para evitar que animais destinados a serem abatidos num matadouro sejam misturados com animais não abrangidos pelo presente regime e que daí resultem erros de identificação, os animais devem ser mantidos separadamente, tanto durante a sua estabulação no matadouro, como no matadouro propriamente dito;

Considerando que devem ser tomadas medidas para que os peritos da Comissão verifiquem o cumprimento das condições especificadas;

Considerando que as medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de gestão da carne de bovino,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

1. Portugal fica autorizado a pagar uma compensação relativamente aos bovinos presentes em 1 de Abril de 1996 numa exploração situada no território desse Estado-membro e abatidos em conformidade com o plano de erradicação de Portugal aprovado pela Decisão 96/381/CE.

2. Os animais referidos no nº 1 serão abatidos em matadouros especialmente designados, sendo as cabeças, órgãos internos e carcaças permanentemente marcados. O material marcado será transportado em contentores selados para estabelecimentos de incineração ou de fusão especialmente autorizados, onde será transformado e destruído. Nenhuma parte dos animais acima mencionados pode ser utilizada em cadeias alimentares humanas ou animais ou em produtos cosméticos ou farmacêuticos. Um representante das autoridades competentes portuguesas estará permanentemente presente nos matadouros acima referidos, a fim de supervisionar as operações em causa.

Não obstante o disposto no primeiro parágrafo, e desde que sejam efectuados os necessários controlos:

- as autoridades competentes portuguesas podem autorizar o abate de animais na exploração. Após o abate, esses animais serão imediatamente transportados para um estabelecimento de incineração ou de fusão para serem transformados e destruídos,
- as peles dos animais referidos no nº 1 não têm de ser marcadas ou destruídas, desde que tenham sido tratadas de forma a apenas poderem ser utilizadas para a produção de couros.

3. A organização e o funcionamento dos matadouros referidos no nº 2 devem garantir que:

- enquanto estiver a ser efectuado o abate de animais ao abrigo do presente regime, não se encontre no matadouro qualquer bovino que, após abatido, se destine à obtenção de produtos para o consumo humano ou animal,
- sempre que seja necessário que os bovinos a abater ao abrigo do regime em causa sejam mantidos em estabulação, esses bovinos fiquem separados de bovinos destinados ao abate para consumo humano ou animal,
- sempre que seja necessário armazenar produtos derivados de animais abatidos ao abrigo do presente regime, essa armazenagem seja efectuada em instalações separadas de quaisquer instalações de armazenagem utilizadas para carne ou outros produtos destinados ao consumo humano ou animal.

(1) JO nº L 148 de 28. 6. 1968, p. 24.

(2) JO nº L 175 de 13. 7. 1996, p. 9.

(3) JO nº L 149 de 22. 6. 1996, p. 25.

(4) JO nº L 99 de 20. 4. 1996, p. 14.

(5) JO nº L 112 de 7. 5. 1996, p. 17.

4. As autoridades competentes portuguesas:

- não obstante o disposto no nº 1, ficam autorizadas a, antes do tratamento e destruição, proceder a exames laboratoriais dos cérebros de uma amostra de animais abatidos,
- realizarão os controlos administrativos necessários e a supervisão no local das operações referidas nos nºs 2 e 3,
- controlarão essas operações por meio de inspeccções frequentes e realizadas sem aviso prévio, destinadas sobretudo a verificar se todo o material marcado foi efectivamente destruído.

Os resultados dessas verificações, controlos e exames serão postos à disposição da Comissão a pedido desta.

Artigo 2º

1. O montante da compensação a pagar por Portugal aos produtores ou seus agentes a título do nº 1 do artigo 1º será igual ao valor de mercado objectivo de cada animal em causa em Portugal, definido com base num sistema de avaliação individual e objectiva aprovado pelas autoridades competentes portuguesas.

2. A Comunidade co-financiará à taxa de 70 % as despesas com a compensação referida no nº 1 paga relativamente aos animais abatidos em conformidade com o disposto no artigo 1º

3. Não obstante o disposto no nº 1, as autoridades competentes portuguesas ficam autorizadas a pagar montantes suplementares relativamente aos bovinos abatidos no âmbito do presente regime. A Comunidade não co-financiará essa despesa.

Artigo 3º

Portugal adoptará todas as medidas necessárias para assegurar uma aplicação adequada do presente regime e, assim

que possível, informará a Comissão das medidas adoptadas e de quaisquer alterações das mesmas.

Artigo 4º

As autoridades competentes portuguesas:

- a) Informarão a Comissão, todas as quartas-feiras em relação à semana anterior, do:
 - número de animais seleccionados para abate,
 - número de animais abatidos,
 - valor de mercado médio dos animais abatidos,
 - total dos montantes suplementares referidos no nº 3 do artigo 2º,
 - a título do presente regime;
- b) Elaborarão um relatório pormenorizado dos controlos efectuados ao abrigo das medidas referidas no artigo 3º e enviá-lo-ão trimestralmente à Comissão.

Artigo 5º

Sem prejuízo do artigo 9º do Regulamento (CEE) nº 729/70 do Conselho⁽¹⁾, peritos da Comissão, acompanhados, se for caso disso, de peritos dos Estados-membros, efectuarão, em colaboração com as autoridades competentes portuguesas, controlos no local para verificar o cumprimento de todas as disposições do presente regulamento.

Artigo 6º

As medidas adoptadas ao abrigo do presente regulamento serão consideradas medidas de intervenção, na acepção do artigo 3º do Regulamento (CEE) nº 729/70.

Artigo 7º

O presente regulamento entra em vigor na data da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

É aplicável com efeitos a partir de 1 de Abril de 1996.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 29 de Julho de 1996.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

(1) JO nº L 94 de 28. 4. 1970, p. 13.

REGULAMENTO (CE) Nº 1509/96 DA COMISSÃO
de 29 de Julho de 1996
relativo à emissão de certificados de exportação sem prefixação da restituição no
sector das frutas e produtos hortícolas

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 1035/72 do Conselho, de 18 de Maio de 1972, que estabelece a organização comum dos mercados no sector das frutas e produtos hortícolas⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 1363/95 da Comissão⁽²⁾, e, nomeadamente, o nº 11 do seu artigo 26º,

Considerando que o Regulamento (CE) nº 1121/96 da Comissão⁽³⁾ fixa as quantidades indicativas previstas para a emissão dos certificados de exportação sem prefixação da restituição, com excepção dos solicitados no âmbito da ajuda alimentar;

Considerando que Regulamento (CE) nº 1488/95 da Comissão, de 28 de Junho de 1995, que estabelece as normas de execução das restituições à exportação no sector das frutas e produtos hortícolas⁽⁴⁾ com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 2702/95⁽⁵⁾, prevê no seu artigo 7º, em caso de superação das quantidades indicativas, uma dedução das quantidades a mais;

Considerando que, de acordo com as informações de que actualmente dispõe a Comissão, as quantidades indicativas previstas para o período em curso em relação ao tomate já foram superadas; que essa superação terá provavelmente por consequência uma diminuição da quantidade indicativa do período seguinte; que tal diminuição seria prejudicial para as exportações seguidas de pedido de certificado sem prefixação da restituição durante esse período;

Considerando que, para evitar tal situação, há que rejeitar os pedidos de certificado sem prefixação da restituição

relativamente ao tomate exportado após 2 de Agosto de 1996 a até ao final do período em curso;

Considerando que, a fim de que não sejam tidos em conta nos cálculos efectuados pela Comissão em aplicação dos artigos 6º e 7º do Regulamento (CE) nº 1488/95, esses pedidos não devem ser comunicados à Comissão;

Considerando que as medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de gestão das frutas e produtos hortícolas,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

São rejeitados os pedidos de certificados de exportação sem prefixação da restituição, referidos no artigo 5º do Regulamento (CE) nº 1488/95, em relação ao tomate cuja declaração de exportação seja aceite após 2 de Agosto de 1996 e antes de 1 de Outubro de 1996.

Em derrogação do artigo 8º do Regulamento (CE) nº 1488/95, esses pedidos não serão incluídos nas comunicações à Comissão.

Artigo 2º

O presente regulamento entra em vigor em 31 de Julho de 1996.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 29 de Julho de 1996.

Pela Comissão
Franz FISCHLER
Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO nº L 118 de 20. 5. 1972, p. 1.
⁽²⁾ JO nº L 132 de 16. 6. 1995, p. 8.
⁽³⁾ JO nº L 149 de 22. 6. 1996, p. 11.
⁽⁴⁾ JO nº L 145 de 29. 6. 1995, p. 68.
⁽⁵⁾ JO nº L 280 de 23. 11. 1995, p. 30.

REGULAMENTO (CE) Nº 1510/96 DA COMISSÃO
de 26 de Julho de 1996
relativo à classificação de certas mercadorias na Nomenclatura Combinada

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 2658/87 do Conselho, de 23 de Julho de 1987, relativo à nomenclatura pautal e estatística e à Pauta Aduaneira Comum⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 1192/96⁽²⁾, e, nomeadamente, o seu artigo 9º,

Considerando que, a fim de assegurar a aplicação uniforme da Nomenclatura Combinada, em anexo ao regulamento acima referido, é conveniente aprovar disposições relativas à classificação das mercadorias constantes do anexo do presente regulamento;

Considerando que o Regulamento (CEE) nº 2658/87 fixou regras gerais para a interpretação da Nomenclatura Combinada; que essas regras se aplicam igualmente a qualquer outra nomenclatura que a utilize, mesmo em parte ou acrescentando-lhe eventualmente subdivisões, estabelecida por regulamentações comunitárias específicas, com vista à aplicação de medidas pautais ou outras no âmbito do comércio de mercadorias;

Considerando que, em aplicação das referidas regras gerais, as mercadorias descritas na coluna 1 do quadro apresentado em anexo ao presente regulamento devem ser classificadas nos códigos NC correspondentes, indicados na coluna 2 e por força dos fundamentos indicados na coluna 3;

Considerando que é oportuno que as informações pautais vinculativas emitidas pelas autoridades aduaneiras dos Estados-membros em matéria de classificação de mercadorias na nomenclatura aduaneira e que não estão em

conformidade com o direito estabelecido pelo presente regulamento possam continuar a ser invocadas, durante um período de três meses, pelo seu titular, de acordo com o disposto no nº 6 do artigo 12º do Regulamento (CEE) nº 2913/92 do Conselho, de 12 de Outubro de 1992, que estabelece o Código Aduaneiro Comunitário⁽³⁾;

Considerando que as medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer da secção da nomenclatura pautal e estatística do Comité do código aduaneiro,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

As mercadorias descritas na coluna 1 do quadro em anexo devem ser classificadas na Nomenclatura Combinada nos códigos NC correspondentes, indicados na coluna 2 do referido quadro.

Artigo 2º

As informações pautais vinculativas emitidas pelas autoridades aduaneiras dos Estados-membros que não estão em conformidade com o direito estabelecido pelo presente regulamento podem continuar a ser invocadas, de acordo com o disposto no nº 6 do artigo 12º do Regulamento (CEE) nº 2913/92, durante um período de três meses.

Artigo 3º

O presente regulamento entra em vigor no vigésimo primeiro dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 26 de Julho de 1996.

Pela Comissão

Mario MONTI

Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO nº L 256 de 7. 9. 1987, p. 1.

⁽²⁾ JO nº L 156 de 29. 6. 1996, p. 15.

⁽³⁾ JO nº L 302 de 19. 10. 1992, p. 1.

ANEXO

Descrição da mercadoria	Classificação do Código NC	Fundamento																								
(1)	(2)	(3)																								
<p>1. Bola de plástico, composta por duas partes contendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> — um pão em matéria plástica com um diâmetro de 2,5 cm, — uma goma de mascar em forma de bola, revestida de açúcar, de teor, em peso de sacarose (incluindo o açúcar invertido expresso em sacarose) de 69,5 % 	<p>Pião: 9503 90 32 Goma de mascar: 1704 10 99</p>	<p>A classificação é determinada pelas disposições das regras gerais 1, 5 e 6 no que respeita à interpretação da Nomenclatura Combinada, pela nota 2 v) do capítulo 39, bem como pelo texto dos códigos NC 9503, 9503 90, 9503 90 32, 1704, 1704 10 y 1704 10 99</p> <p>Não se trata de uma obra visada pela regra geral 3 b) para efeitos da interpretação da Nomenclatura Combinada nem de uma mercadoria apresentada em sortidos acondicionados para venda a retalho. Ver as notas explicativas nos nºs 1 e 3, alínea x), da regra 3b) do Sistema Harmonizado</p>																								
<p>2. Preparação alimentar em pó composta por uma mistura de:</p> <table border="1" data-bbox="164 891 699 1290"> <thead> <tr> <th colspan="2" data-bbox="587 891 699 920"><i>(% em peso)</i></th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td data-bbox="164 936 587 965">Soro de leite em pó</td><td data-bbox="587 936 699 965">30-35</td></tr> <tr><td data-bbox="164 969 587 999">Queijo em pó</td><td data-bbox="587 969 699 999">20-25</td></tr> <tr><td data-bbox="164 1003 587 1032">Sal</td><td data-bbox="587 1003 699 1032">15-18</td></tr> <tr><td data-bbox="164 1037 587 1066">Cebola e alho</td><td data-bbox="587 1037 699 1066">8-10</td></tr> <tr><td data-bbox="164 1070 587 1099">Leitelho em pó</td><td data-bbox="587 1070 699 1099">8-10</td></tr> <tr><td data-bbox="164 1104 587 1133">Ácidos lácticos e cítricos</td><td data-bbox="587 1104 699 1133">3-4</td></tr> <tr><td data-bbox="164 1137 587 1167">Salsa</td><td data-bbox="587 1137 699 1167">< 1</td></tr> <tr><td data-bbox="164 1171 587 1200">Extractos de colorau</td><td data-bbox="587 1171 699 1200">< 0,5</td></tr> <tr><td data-bbox="164 1205 587 1234">Especiarias</td><td data-bbox="587 1205 699 1234">< 0,5</td></tr> <tr><td data-bbox="164 1238 587 1267">Óleo de soja</td><td data-bbox="587 1238 699 1267">< 0,25</td></tr> <tr><td data-bbox="164 1272 587 1301">Dióxido de silício</td><td data-bbox="587 1272 699 1301">< 0,5</td></tr> </tbody> </table> <p>Este produto é utilizado como substância aromatizante no fabrico de aperitivos</p>	<i>(% em peso)</i>		Soro de leite em pó	30-35	Queijo em pó	20-25	Sal	15-18	Cebola e alho	8-10	Leitelho em pó	8-10	Ácidos lácticos e cítricos	3-4	Salsa	< 1	Extractos de colorau	< 0,5	Especiarias	< 0,5	Óleo de soja	< 0,25	Dióxido de silício	< 0,5	<p>2103 90 90</p>	<p>A classificação é determinada pelas disposições das regras gerais 1 e 6 para interpretação da Nomenclatura Combinada e pelos descritivos dos códigos NC 2103, 2103 90 y 2103 90 90</p>
<i>(% em peso)</i>																										
Soro de leite em pó	30-35																									
Queijo em pó	20-25																									
Sal	15-18																									
Cebola e alho	8-10																									
Leitelho em pó	8-10																									
Ácidos lácticos e cítricos	3-4																									
Salsa	< 1																									
Extractos de colorau	< 0,5																									
Especiarias	< 0,5																									
Óleo de soja	< 0,25																									
Dióxido de silício	< 0,5																									

REGULAMENTO (CE) Nº 1511/96 DA COMISSÃO

de 29 de Julho de 1996

que altera o Regulamento (CEE) nº 1274/91 que estabelece as regras de execução do Regulamento (CEE) nº 1907/90 do Conselho relativo a certas normas de comercialização aplicáveis aos ovos

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 1907/90 do Conselho, de 26 de Junho de 1990, relativo a certas normas de comercialização aplicáveis aos ovos⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 818/96⁽²⁾, e, nomeadamente, o nº 3 do seu artigo 10º e o nº 1 do seu artigo 20º,

Considerando que o Regulamento (CEE) nº 1274/91 da Comissão⁽³⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 2401/95⁽⁴⁾ estabelece as disposições necessárias para a aplicação das normas de comercialização no sector dos ovos;

Considerando que, à luz da experiência adquirida, é adequado reduzir o número de classes de peso estabelecidas para os ovos da categoria A e substituir o «sistema de números» por letras e por menções claras correspondentes; que esta simplificação implicará uma maior flexibilidade para a comercialização dos ovos, tornando, simultaneamente, o produto mais atraente para os consumidores; que o novo sistema deve ser introduzido ao longo de um período transitório suficientemente longo para permitir uma adaptação suave às novas condições;

Considerando que deve ser autorizada a menção, nas embalagens com ovos, de informações complementares relativas aos diferentes modos de criação, desde que essas informações digam respeito às características específicas do modo de criação em causa; que as menções em sueco utilizadas para certos tipos de criação devem ser redefinidas;

Considerando que os produtores sujeitos a registo em conformidade com o Regulamento (CEE) nº 1274/91 devem ter a garantia de que quaisquer informações específicas que lhes digam respeito serão confidenciais;

Considerando que o Comité de gestão da carne de aves de capoeira e dos ovos não emitiu parecer no prazo fixado pelo seu presidente,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

O Regulamento (CEE) nº 1274/91 é alterado do seguinte modo:

1. O artigo 8º passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 8º

1. Os ovos da categoria A são classificados, de acordo com o seu peso, do seguinte modo:

- XL — gigante: pelo menos 73 g,
- L — grande: de 63 g a 73 g,
- M — médio: de 53 g a 63 g,
- S — pequeno: menos de 53 g.

2. Nas embalagens, a classe de peso será indicado pelas correspondentes letras ou menções constantes do nº 1, ou por uma combinação de ambas, que podem ser complementadas pelos correspondentes intervalos de peso.»

2. O segundo travessão do artigo 9º passa a ter a seguinte redacção:

«— a marca distintiva da classe peso é constituída pelas letras constantes do nº 1 do artigo 8º, com uma altura de 2 a 3 mm, colocadas no interior do círculo acima referido.»

3. O nº 1 do artigo 18º é alterado do seguinte modo:

— as menções em sueco constantes das alíneas a) a d) são substituídas pelas seguintes menções:

Nas embalagens:	Nos ovos:
a) Ägg från utehöns, högst 1 höna/10 m ²	Utehöns högst 1 höna/10 m ²
b) Ägg från utehöns, högst 1 höna/2,5 m ²	Utehöns högst 1 höna/2,5 m ²
c) Ägg från frigående höns inomhus högst 7 höns/m ²	Frig. inne högst 7 höns/m ²
d) Ägg från frigående höns inomhus fler än 7 höns/m ²	Frig. inne fler än 7 höns/m ²

— após a alínea e) é inserido o seguinte parágrafo:

«Estas menções podem ser complementadas por indicações relativas às características específicas do respectivo modo de criação.»

4. É inserido o seguinte artigo 18ºA:

«Artigo 18ºA

1. Os Estados-membros tomarão todas as medidas necessárias para garantir a confidencialidade das informações fornecidas nos termos do artigo 17º e do nº 2 do artigo 18º no que respeita às pessoas singulares.

⁽¹⁾ JO nº L 173 de 6. 7. 1990, p. 5.

⁽²⁾ JO nº L 111 de 4. 5. 1996, p. 1.

⁽³⁾ JO nº L 121 de 16. 5. 1991, p. 11.

⁽⁴⁾ JO nº L 246 de 13. 10. 1995, p. 6.

2. Os dados constantes dos registos só podem ser utilizados para a aplicação do presente regulamento.».
5. O artigo 33º passa a ter a seguinte redacção:
- «*Artigo 33º*
- Para os ovos da categoria A, classificados segundo as classes de peso, as embalagens grandes apresentarão, pelo menos, os seguintes pesos líquidos:
- XL — gigante: 7,3 kg/100 ovos,
 - L — grande: 6,4 kg/100 ovos,
 - M — médio: 5,4 kg/100 ovos,
 - S — pequeno: 4,5 kg/100 ovos.».
6. No anexo II, as menções em sueco constantes das alíneas a) a d) passam a ser as menções correspondentes a utilizar nas embalagens em conformidade com o nº 1 do artigo 18º, tal como alterado pelo presente regulamento.

Artigo 2º

O presente regulamento entra em vigor em 1 de Agosto de 1996. Todavia, os operadores podem continuar a utilizar, para os ovos da categoria A, as classes de peso definidas pelas disposições aplicáveis antes de 1 de Agosto de 1996 até 30 de Junho de 1997. No que respeita aos operadores que não utilizem equipamento informático para a classificação dos ovos, este prazo é prorrogado para 31 de Dezembro de 1997.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 29 de Julho de 1996.

Pela Comissão
Franz FISCHLER
Membro da Comissão

REGULAMENTO (CE) Nº 1512/96 DA COMISSÃO
de 29 de Julho de 1996
que altera o Regulamento (CE) nº 716/96, que adopta medidas excepcionais de
apoio ao mercado de carne de bovino no Reino Unido

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 805/68 do Conselho, de 27 de Junho de 1968, que estabelece a organização comum de mercado no sector da carne de bovino ⁽¹⁾ com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 1357/96 ⁽²⁾, e, nomeadamente, o seu artigo 23º,

Considerando que o Regulamento (CE) nº 716/96 da Comissão ⁽³⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 835/96 ⁽⁴⁾, prevê medidas excepcionais de apoio ao mercado da carne de bovino no Reino Unido, permitindo, nomeadamente, que os produtores sejam pagos a 1 ecu por quilograma de peso vivo relativamente aos animais abatidos no âmbito do plano previsto no referido regulamento, e igualmente a possibilidade de pagamento em relação a animais pesados após o abate; que a experiência demonstrou que o coeficiente 2 pelo qual o peso após o abate deve ser multiplicado conduz a uma distorção entre os pagamentos efectuados em relação às vacas e os respeitantes aos outros animais elegíveis no quadro do programa; que, por conseguinte, devem ser utilizados coeficientes diferentes;

Considerando que as medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de gestão da carne de bovino,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

O nº 1, terceiro parágrafo, do artigo 2º do Regulamento (CE) nº 716/96 passa a ter a seguinte redacção:

«Todavia, sempre que seja necessário pesar os animais em causa após o abate com vista a calcular o seu peso vivo, o peso dos animais abatidos, após sangria e remoção da pele, da cabeça, das patas e das vísceras, deve ser multiplicado pelo coeficiente:

- 2 no caso das vacas,
- 1,70 no caso de todos os outros animais.»

Artigo 2º

O presente regulamento entra em vigor na data da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

É aplicável aos animais comprados a partir da primeira segunda-feira seguinte a esse dia.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 29 de Julho de 1996.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO nº L 148 de 28. 6. 1968, p. 24.

⁽²⁾ JO nº L 175 de 13. 7. 1996, p. 9.

⁽³⁾ JO nº L 99 de 20. 4. 1996, p. 14.

⁽⁴⁾ JO nº L 112 de 7. 5. 1996, p. 17.

REGULAMENTO (CE) Nº 1513/96 DA COMISSÃO**de 29 de Julho de 1996****que determina em que medida pode ser dado seguimento aos pedidos de direitos de importação apresentados ao abrigo do Regulamento (CE) nº 1141/96 no sector da carne de bovino**

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) nº 1141/96 da Comissão, de 25 de Junho de 1996, relativo à abertura e modo de gestão de um contingente pautal da carne de bovino congelada do código NC 0202 e para os produtos do código NC 0206 29 91 (de 1 de Julho de 1996 a 30 de Junho de 1997) ⁽¹⁾, e, nomeadamente, o seu artigo 5º,

Considerando que o Regulamento (CE) nº 1141/96 prevê, nomeadamente, que as quantidades reservadas aos importadores tradicionais são atribuídas proporcionalmente às importações realizadas durante o período compreendido entre 1 de Abril de 1993 e 31 de Março de 1996; que, nos outros casos, as quantidades pedidas excedem as quantidades disponíveis nos termos do nº 2 do artigo 2º do mesmo regulamento; que, nestas condições, é conveniente reduzir proporcionalmente as quantidades pedidas, em conformidade com o disposto no nº 2 do artigo 5º do Regulamento (CE) nº 1141/96,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

Cada pedido de direito de importação, apresentado em conformidade com o disposto no Regulamento (CE) nº 1141/96 é satisfeito até ao limite das seguintes quantidades:

- a) 244,673 quilogramas por tonelada importada durante o período compreendido entre 1 de Abril de 1993 e 31 de Março de 1996 no que respeita aos importadores referidos no nº 1, alínea a), do artigo 2º do Regulamento (CE) nº 1141/96;
- b) 8 386,1 quilogramas por tonelada pedida no que respeita aos importadores referidos no nº 2 do artigo 2º do Regulamento (CE) nº 1141/96.

Artigo 2º

O presente regulamento entra em vigor em 30 de Julho de 1996.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 29 de Julho de 1996.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO nº L 151 de 26. 6. 1996, p. 9.

REGULAMENTO (CE) Nº 1514/96 DA COMISSÃO

de 29 de Julho de 1996

que estabelece a estimativa das necessidades de abastecimento das ilhas Canárias em produtos do sector dos produtos transformados à base de frutas e produtos hortícolas

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 1601/92 do Conselho, de 15 de Junho de 1992, que estabelece medidas específicas relativas a determinados produtos agrícolas a favor das ilhas Canárias⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 2537/95 da Comissão⁽²⁾, e, nomeadamente, o nº 4 do seu artigo 3º,

Considerando que, em aplicação dos artigos 2º e 3º do Regulamento (CEE) nº 1601/92, é conveniente determinar, para o sector dos produtos transformados à base de frutas e de produtos hortícolas, as quantidades de certos produtos da estimativa de abastecimento específica classificáveis pelos códigos NC 2007 99 e 2008 que beneficiam de uma isenção dos direitos aplicáveis à importação de países terceiros ou de ajudas para as expedições provenientes do resto da Comunidade;

Considerando que as normas comuns de execução do regime de abastecimento das ilhas Canárias em determinados produtos agrícolas foram estabelecidas pelo Regulamento (CE) nº 2790/94 da Comissão⁽³⁾, com a redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 2883/94⁽⁴⁾;

Considerando que, em aplicação do Regulamento (CEE) nº 1601/92, o regime de abastecimento é aplicável a partir de 1 de Julho; que é, por conseguinte, conveniente prever a imediata aplicabilidade do disposto no presente regulamento;

Considerando que as medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité

de gestão dos produtos transformados à base de frutas e de produtos hortícolas,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

1. Para efeitos da aplicação dos artigos 2º e 3º do Regulamento (CEE) nº 1601/92, são fixadas em anexo as quantidades da estimativa das necessidades de abastecimento em produtos transformados à base de frutas que beneficiam da isenção dos direitos aplicáveis às importações provenientes de países terceiros ou de ajuda comunitária.

2. Sem prejuízo de uma revisão da referida estimativa durante o exercício, as quantidades fixadas para um ou outro dos produtos enumerados na parte II do anexo podem ser excedidas no limite de 20 %, desde que a quantidade global seja respeitada.

*Artigo 2º*O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

O presente regulamento é aplicável a partir de 1 de Julho de 1996.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 29 de Julho de 1996.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão⁽¹⁾ JO nº L 173 de 27. 6. 1992, p. 13.⁽²⁾ JO nº L 260 de 31. 10. 1995, p. 10.⁽³⁾ JO nº L 296 de 17. 11. 1994, p. 23.⁽⁴⁾ JO nº L 304 de 29. 11. 1994, p. 18.

ANEXO

Estimativa das necessidades de abastecimento das ilhas Canárias em produtos do sector dos produtos transformados à base de frutas e de produtos hortícolas para o período compreendido entre 1 de Julho de 1996 e 30 de Junho de 1997

(em toneladas)

Código NC	Designação das mercadorias	Quantidades
<i>Parte I</i>		
2007 99	Preparações não homogeneizadas, que incluam frutas, com exclusão dos citrinos	3 750 ⁽¹⁾
<i>Parte II</i>		
2008	Frutas e outras partes comestíveis de plantas, preparadas ou conservadas de outro modo, com ou sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes ou de álcool, não especificadas nem compreendidas noutras posições:	
2008 20	– Ananases (abacaxis)	3 200
2008 30	– Citrinos	500
2008 40	– Peras	1 600
2008 50	– Damascos	220
2008 70	– Pêssegos	7 600
2008 80	– Morangos	360
	– Outras, incluídas as misturas, com exclusão das da subposição 2008 19:	
2008 92	– – Misturas	1 850
2008 99	– – Outras, com exclusão dos palmitos e das misturas	650
	Total	15 980

⁽¹⁾ Das quais, 833 toneladas para o sector da transformação e/ou do acondicionamento.

REGULAMENTO (CE) Nº 1515/96 DA COMISSÃO

de 29 de Julho de 1996

que diminui os preços de base e de compra das maçãs para a campanha de 1996/1997, na sequência da superação do limiar de intervenção fixado para a campanha de 1995/1996

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 1035/72 do Conselho, de 18 de Maio de 1972, que estabelece a organização comum de mercado no sector das frutas e produtos hortícolas⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 1363/95 da Comissão⁽²⁾, e, nomeadamente, o nº 4 do seu artigo 16ºB,

Considerando que o Regulamento (CE) nº 1900/94 da Comissão⁽³⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 1821/95⁽⁴⁾, fixou, para as maçãs, em 281 700 toneladas o limiar de intervenção para a campanha de 1995/1996; que, nos termos dos nºs 2 e 3 do artigo 2º do Regulamento (CEE) nº 1121/89 do Conselho, de 27 de Abril de 1989, relativo à instauração de um limiar de intervenção para as maçãs e as couves-flores⁽⁵⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 1327/95⁽⁶⁾, se, durante uma campanha de comercialização, as medidas de intervenção adoptadas para as maçãs disserem respeito a quantidades que superam o limiar de intervenção fixado para este produto e para esta campanha, os preços de base e de compra fixados para as maçãs e para a campanha seguinte são diminuídos de 1 % por fracção de 86 500 toneladas de excesso;

Considerando que, de acordo com as informações fornecidas pelos Estados-membros, as medidas de intervenção

adoptadas na Comunidade a título da campanha de 1995/1996 disseram respeito a 609 512 toneladas; que a Comissão verificou uma superação de 327 812 toneladas dos limiares de intervenção fixados para esta campanha;

Considerando que daí resulta que os preços de base e de compra das maçãs fixados pelo Regulamento (CE) nº 1542/95 do Conselho⁽⁷⁾ devem ser diminuídos de 3 %;

Considerando que as medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de gestão da fruta e dos produtos hortícolas,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

Os preços de base e de compra das maçãs para a campanha de comercialização de 1996/1997, fixados pelo Regulamento (CE) nº 1542/95, são diminuídos de 3 % e estabelecidos em conformidade com o anexo.

Artigo 2º

O presente regulamento entra em vigor em 1 de Agosto de 1996.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 29 de Julho de 1996.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO nº L 118 de 20. 5. 1972, p. 1.

⁽²⁾ JO nº L 132 de 16. 6. 1995, p. 8.

⁽³⁾ JO nº L 194 de 29. 7. 1994, p. 14.

⁽⁴⁾ JO nº L 175 de 27. 7. 1995, p. 31.

⁽⁵⁾ JO nº L 118 de 29. 4. 1989, p. 21.

⁽⁶⁾ JO nº L 128 de 13. 6. 1995, p. 8.

⁽⁷⁾ JO nº L 148 de 30. 6. 1995, p. 23.

ANEXO

PREÇOS DE BASE E DE COMPRA PARA A CAMPANHA DE 1996/1997, NA SEQUÊNCIA DA SUPERAÇÃO DO LIMAR DE INTERVENÇÃO FIXADO PARA A CAMPANHA DE 1995/1996**Maçãs**

Período	Preço de base	Preço de compra
Agosto	30,43	15,51
Setembro	30,43	15,51
Outubro	30,43	15,65
Novembro	31,29	16,17
Dezembro	34,18	17,51
Janeiro	37,07	18,84
Fevereiro	37,07	18,84
Março	37,07	18,84
Abril	37,07	18,84
Maió	37,07	18,84

Estes preços dizem respeito às maçãs:

- das variedades Rainha das reinetas e Verde Doncella, da categoria de qualidade I, calibre igual ou superior a 65 milímetros,
 - das variedades Delicious Pilafa, Golden Delicious, James Grieve, Red Delicious, Reinette grise do Canadá e Starling Delicious, da categoria de qualidade I, calibre igual ou superior a 70 milímetros,
- apresentadas em embalagem.

Os preços indicados no presente anexo não incluem a incidência do preço da embalagem em que o produto é apresentado.

REGULAMENTO (CE) Nº 1516/96 DA COMISSÃO**de 29 de Julho de 1996****que altera o anexo I do Regulamento (CE) nº 2771/75 que estabelece a organização comum de mercado no sector dos ovos**

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 2771/75 do Conselho, de 29 de Outubro de 1975, que estabelece a organização comum de mercado no sector dos ovos⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 2916/95 da Comissão⁽²⁾, e, nomeadamente, o nº 13 do seu artigo 8º,

Considerando que o Regulamento (CEE) nº 2658/87 do Conselho, de 23 de Julho de 1987, relativo à nomenclatura pautal e estatística e à pauta aduaneira comum⁽³⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 1192/96⁽⁴⁾, contém, no seu anexo I, a nomenclatura combinada actualmente em vigor;

Considerando que certas designações constantes do anexo I do Regulamento (CEE) nº 2771/75 já não correspondem às da nomenclatura combinada; que é, por conse-

guinte, conveniente alterar o anexo I desse regulamento; que, por motivos de clareza, as alterações devem ser incorporadas num anexo que substitua o anexo I;

Considerando que as medidas estabelecidas pelo presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de gestão dos ovos e da carne de aves de capoeira,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

O anexo I do Regulamento (CEE) nº 2771/75 é substituído pelo anexo do presente regulamento.

Artigo 2º

O presente regulamento entra em vigor em 1 de Agosto de 1996.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 29 de Julho de 1996.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO nº L 282 de 1. 11. 1975, p. 49.

⁽²⁾ JO nº L 305 de 19. 12. 1995, p. 49.

⁽³⁾ JO nº L 256 de 7. 9. 1987, p. 1.

⁽⁴⁾ JO nº L 156 de 29. 6. 1996, p. 15.

ANEXO

ANEXO I

Código NC	Designação das mercadorias
ex 0403 10 51 a ex 0403 10 99 ex 0403 90 71 a ex 0403 90 99	Leitelho, leite e nata coalhados, iogurte, <i>kefir</i> e outros leites e natas fermentados ou acidificados, aromatizados de cacau, mesmo concentrados ou adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes
1806	Chocolate e outras preparações alimentícias contendo cacau
ex 1901	Preparações alimentícias de produtos das posições 0401 a 0404, contendo cacau numa proporção inferior a 5 %, em peso, calculado sob uma base totalmente desengordurada, não especificadas nem compreendidas noutras posições
1902 11 00	Massas alimentícias não cozidas, nem recheadas, nem preparadas de outro modo, contendo ovos
ex 1904	Produtos à base de cereais, obtidos por expansão ou por torrefacção [por exemplo: flocos de milhos (<i>corn flakes</i>)]; cereais (excepto milho) em grãos ou sob forma de flocos ou de outros grãos trabalhados (com excepção da farinha e da sémola) pré-cozidos ou preparados de outro modo, não especificados nem compreendidos noutras posições, contendo cacau
1905	Produtos de padaria, pastelaria ou da indústria de bolachas e biscoitos, mesmo adicionados de cacau; hóstias, cápsulas vazias para medicamentos, obreias, pastas secas de farinha, amido ou de fécula em folhas e produtos semelhantes:
1905 20	– Pão de especiarias
1905 30	– Bolachas e biscoitos adicionados de edulcorantes; <i>waffles</i> e <i>wafers</i>
1905 40	– Tostas, pão torrado e produtos semelhantes torrados
1905 90	– Outros, com excepção dos produtos dos códigos NC 1905 90 10 a 1905 90 30
ex 2105 00	Sorvetes, contendo cacau
2208	Álcool etílico, não desnaturado, com um teor alcoólico em volume inferior a 80 % vol; aguardentes, licores e outras bebidas espirituosas:
2208 70	– Licores
3502	Albuminas (incluídos os concentrados de várias proteínas de soro de leite, contendo, em peso calculado sobre matéria seca, mais de 80 % de proteínas do soro de leite), albuminatos e outros derivados das albuminas:
3502 11 90	– – – Outra ovalbumina seca
3502 19 90	– – – Outras ovalbumina»

REGULAMENTO (CE) Nº 1517/96 DA COMISSÃO
de 29 de Julho de 1996
que altera os direitos de importação no sector dos cereais

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 1766/92 do Conselho, de 30 de Junho de 1992, que estabelece a organização comum de mercado no sector dos cereais⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 923/96 da Comissão⁽²⁾,

Tendo em conta o Regulamento (CE) nº 1249/96 da Comissão, de 28 de Junho de 1996, que estabelece as normas de execução do Regulamento (CEE) nº 1766/92 do Conselho no que respeita aos direitos de importação no sector dos cereais⁽³⁾, e, nomeadamente, o nº 1 do seu artigo 2º,

Considerando que os direitos de importação no sector dos cereais foram fixados pelo Regulamento (CE) nº 1366/96 da Comissão⁽⁴⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 1486/96⁽⁵⁾;

Considerando que o nº 1 do artigo 2º do Regulamento (CE) nº 1249/96 prevê que quando, no decurso do

período da sua aplicação, a média dos direitos de importação calculada se afastar em 5 ecus por tonelada do direito fixado, se efectuará o ajustamento correspondente; que ocorreu o referido desvio; que, em consequência, é necessário ajustar os direitos de importação fixados no Regulamento (CE) nº 1366/96,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

Os anexos I e II do Regulamento (CE) nº 1366/96 alterado são substituídos pelos anexos I e II do presente regulamento.

Artigo 2º

O presente regulamento entra em vigor em 30 de Julho de 1996.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 29 de Julho de 1996.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO nº L 181 de 1. 7. 1992, p. 21.

⁽²⁾ JO nº L 126 de 24. 5. 1996, p. 37.

⁽³⁾ JO nº L 161 de 29. 6. 1996, p. 125.

⁽⁴⁾ JO nº L 177 de 16. 7. 1996, p. 9.

⁽⁵⁾ JO nº L 188 de 27. 7. 1996, p. 32.

ANEXO I

Direitos de importação dos produtos referidos no nº 2 do artigo 10º do Regulamento (CEE)
nº 1766/92

Código NC	Designação da mercadoria	Direito de importação por via terrestre, fluvial ou marítima proveniente de portos mediterrânicos, do mar Negro ou do mar Báltico (em ecus/t)	Direito de importação por via marítima proveniente de outros portos (²) em ecus/t
1001 10 00	Trigo duro (¹)	0,00	0,00
1001 90 91	Trigo mole, para sementeira	15,96	5,96
1001 90 99	Trigo mole de alta qualidade, com exclusão do trigo mole para sementeira (³)	15,96	5,96
	de qualidade média	24,87	14,87
	de qualidade baixa	44,54	34,54
1002 00 00	Centeio	51,65	41,65
1003 00 10	Cevada, para sementeira	51,65	41,65
1003 00 90	Cevada, com exclusão de cevada para sementeira (³)	51,65	41,65
1005 10 90	Milho para sementeira, com exclusão do híbrido	52,61	42,61
1005 90 00	Milho, com exclusão do milho para sementeira (³)	52,61	42,61
1007 00 90	Sorgo de grão, com exclusão do híbrido destinado a sementeira	65,76	55,76

(¹) Em relação ao trigo duro que não satisfaça a qualidade mínima referida no anexo I do Regulamento (CE) nº 1249/96, é aplicável o direito fixado para o trigo mole de baixa qualidade.

(²) No que respeita às mercadorias que chegam à Comunidade através do oceano Atlântico ou via Canal do Suez [nº 4 do artigo 2º do Regulamento (CE) nº 1249/96], o importador pode beneficiar de uma diminuição dos direitos de:

— 3 ecus/t, se o porto de descarga se situar no Mediterrâneo,

— 2 ecus/t, se o porto de descarga se situar na Irlanda, no Reino Unido, na Dinamarca, na Suécia, na Finlândia ou na costa atlântica da Península Ibérica.

(³) O importador pode beneficiar de uma redução forfetária de 14 ou 8 ecus/t, sempre que as condições estabelecidas no nº 5 do artigo 2º do Regulamento (CE) nº 1249/96 estejam satisfeitas.

ANEXO II

Elementos de cálculo dos direitos (período de 15. 7. 1996 a 26. 7. 1996):

1. Médias no período das duas semanas anteriores ao dia da fixação:

Cotações em bolsa	Minneapolis	Kansas-City	Chicago	Chicago	Minneapolis	Minneapolis
Produto (% de proteínas a 12 % de humidade)	HRS2. 14 %	HRW2. 11,5 %	SRW2	YC3	HAD2	US barley 2
Cotação (ecus/t)	140,61	146,13	133,86	114,68	179,15 ⁽¹⁾	125,29 ⁽¹⁾
Prémio relativo ao Golfo (ecus/t)	—	14,53	7,16	32,38	—	—
Prémio relativo aos Grandes Lagos (ecus/t)	20,38	—	—	—	—	—

⁽¹⁾ Fob Duluth.

2. Fretes/despesas: Golfo do México-Roterdão: 9,19 ecus/t, Grandes Lagos-Roterdão: 17,80 ecus/t.

3. Subvenções [nº 2, terceiro parágrafo, do artigo 4º do Regulamento (CE) nº 1249/96: 0,00 ecu/t].

REGULAMENTO (CE) Nº 1518/96 DA COMISSÃO**de 29 de Julho de 1996****que altera os preços representativos e os direitos adicionais de importação de determinados produtos do sector do açúcar**

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 1785/81 do Conselho, de 30 de Junho de 1981, que estabelece a organização comum de mercado no sector do açúcar ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 1126/96 da Comissão ⁽²⁾,

Tendo em conta o Regulamento (CE) nº 1423/95 da Comissão, de 23 de Junho de 1995, que estabelece as regras de aplicação relativas à importação dos produtos do sector do açúcar, excluindo o melaço ⁽³⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 1127/96 ⁽⁴⁾, e, nomeadamente, o nº 2, segundo parágrafo, do seu artigo 1º e o nº 1 do seu artigo 3º,

Considerando que os montantes dos preços representativos e dos direitos adicionais aplicáveis na importação de açúcar branco, de açúcar em bruto e de determinados xaropes foram fixados pelo Regulamento (CE) nº 1195/96 da Comissão ⁽⁵⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 1438/96 ⁽⁶⁾;

Considerando que a aplicação das regras e modos de fixação referidos no Regulamento (CE) nº 1423/95 aos dados de que a Comissão tem conhecimento implica que os citados montantes actualmente em vigor sejam alterados em conformidade com o anexo do presente regulamento,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

Os preços representativos e os direitos adicionais aplicáveis na importação dos produtos referidos no artigo 1º do Regulamento (CE) nº 1423/95 são fixados conforme indicado no anexo.

Artigo 2º

O presente regulamento entra em vigor em 30 de Julho de 1996.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 29 de Julho de 1996.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO nº L 177 de 1. 7. 1981, p. 4.

⁽²⁾ JO nº L 150 de 25. 6. 1996, p. 3.

⁽³⁾ JO nº L 141 de 24. 6. 1995, p. 16.

⁽⁴⁾ JO nº L 150 de 25. 6. 1996, p. 12.

⁽⁵⁾ JO nº L 161 de 29. 6. 1996, p. 3.

⁽⁶⁾ JO nº L 184 de 24. 7. 1996, p. 30.

ANEXO

do regulamento da Comissão, de 29 de Julho de 1996, que modifica os preços representativos e os montantes dos direitos adicionais aplicáveis na importação do açúcar branco, do açúcar em bruto e dos produtos do código NC 1702 90 99

(em ecus)

Código NC	Montante do preço representativo por 100 quilogramas líquidos do produto em causa	Montante do direito adicional por 100 quilogramas líquidos do produto em causa
1701 11 10 ⁽¹⁾	24,85	3,87
1701 11 90 ⁽¹⁾	24,85	9,11
1701 12 10 ⁽¹⁾	24,85	3,70
1701 12 90 ⁽¹⁾	24,85	8,68
1701 91 00 ⁽²⁾	29,01	10,73
1701 99 10 ⁽²⁾	29,01	6,21
1701 99 90 ⁽²⁾	29,01	6,21
1702 90 99 ⁽³⁾	0,29	0,36

⁽¹⁾ Fixação para a qualidade-tipo tal como definida no artigo 1º do Regulamento (CEE) nº 431/68 (JO nº L 89 de 10. 4. 1968, p. 3), alterado.

⁽²⁾ Fixação para a qualidade-tipo tal como definida no artigo 1º do Regulamento (CEE) nº 793/72 (JO nº L 94 de 21. 4. 1972, p. 1).

⁽³⁾ Fixação por 1 % de teor de sacarose.

REGULAMENTO (CE) Nº 1519/96 DA COMISSÃO

de 29 de Julho de 1996

que estabelece os valores forfetários de importação para a determinação do preço de entrada de certos frutos e produtos hortícolas

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) nº 3223/94 da Comissão, de 21 de Dezembro de 1994, que estabelece regras de execução do regime de importação dos frutos e dos produtos hortícolas ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 2933/95 ⁽²⁾, e, nomeadamente, o nº 1 do seu artigo 4º,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 3813/92 do Conselho, de 28 de Dezembro de 1992, relativo à unidade de conta e às taxas de conversão a aplicar no âmbito da política agrícola comum ⁽³⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 150/95 ⁽⁴⁾, e, nomeadamente, o nº 3 do seu artigo 3º,

Considerando que o Regulamento (CE) nº 3223/94 prevê, em aplicação dos resultados das negociações comerciais multilaterais do «Uruguay Round», os critérios para a fixa-

ção pela Comissão dos valores forfetários de importação dos países terceiros, relativamente aos produtos e períodos que especifica no seu anexo;

Considerando que, em aplicação dos supracitados critérios, os valores forfetários de importação devem ser fixados nos níveis constantes em anexo,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

Os valores forfetários de importação referidos no artigo 4º do Regulamento (CE) nº 3223/94 são fixados como indicado no quadro constante do anexo.

Artigo 2º

O presente regulamento entra em vigor em 30 de Julho de 1996.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 29 de Julho de 1996.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO nº L 337 de 24. 12. 1994, p. 66.

⁽²⁾ JO nº L 307 de 20. 12. 1995, p. 21.

⁽³⁾ JO nº L 387 de 31. 12. 1992, p. 1.

⁽⁴⁾ JO nº L 22 de 31. 1. 1995, p. 1.

ANEXO

do Regulamento da Comissão, de 29 de Julho de 1996, que estabelece os valores forfetários de importação para a determinação do preço de entrada de certos frutos e produtos hortícolas

(ECU/100 kg)			(ECU/100 kg)			
Código NC	Código países terceiros (*)	Valor forfetário de importação	Código NC	Código países terceiros (*)	Valor forfetário de importação	
0702 00 35	052	76,2		388	95,9	
	060	80,2		400	79,8	
	064	70,8		404	63,6	
	066	60,3		416	72,7	
	068	80,3		508	113,5	
	204	86,8		512	92,3	
	208	44,0		524	100,3	
	212	97,5		528	86,7	
	624	95,8		624	86,5	
	999	76,9		728	107,3	
	ex 0707 00 25	052		62,4	800	151,0
		053		156,2	804	105,2
		060		61,0	999	92,9
066		53,8	0808 20 51	039	104,1	
068		69,1		052	138,2	
204		144,3		064	72,5	
624		87,1		388	79,0	
999		90,6		400	70,4	
0709 90 77	052	54,3		512	89,5	
	204	77,5		528	132,9	
	412	54,2		624	79,0	
	624	151,9	728	115,4		
	999	84,5	800	84,0		
0805 30 30	052	133,7	804	73,0		
	204	88,8	999	94,4		
	220	74,0	0809 10 40	052	144,4	
	388	68,9		061	51,3	
	400	68,2		064	115,4	
	512	54,8		091	57,0	
	520	66,5		400	338,0	
	524	68,9		999	141,2	
	528	64,4		0809 20 59	052	183,8
	600	96,5			061	182,0
	624	48,9			064	137,1
	999	75,8			066	73,7
	0806 10 40	052			114,6	068
064		75,6		400	216,6	
066		49,4		600	94,9	
220		110,8	616	171,8		
400		157,1	624	63,7		
412		134,1	676	166,2		
508		307,2	999	138,1		
512		186,0	0809 30 31, 0809 30 39	052	63,1	
600		151,1		220	121,8	
624		126,0		624	106,8	
999		141,2		999	97,2	
0808 10 71, 0808 10 73, 0808 10 79		039		119,4	0809 40 30	052
		052	64,0	064		83,5
	064	78,6	066	84,9		
	070	90,2	068	61,2		
	284	72,1	400	143,5		
			624	185,7		
			676	68,6		
			999	100,9		

(*) Nomenclatura dos países fixada pelo Regulamento (CE) nº 68/96 da Comissão (JO nº L 14 de 19. 1. 1996, p. 16). O código «999» representa «outras origens».

REGULAMENTO (CE) Nº 1520/96 DA COMISSÃO

de 29 de Julho de 1996

relativo à fixação das restituições máximas à exportação de azeite para a décima sétima adjudicação parcial efectuada no âmbito do concurso permanente aberto pelo Regulamento (CE) nº 2544/95

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento nº 136/66/CEE do Conselho, de 22 de Setembro de 1966, que estabelece a organização comum de mercado no sector das matérias gordas ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Acto de Adesão da Áustria, da Finlândia e da Suécia e pelo Regulamento (CE) nº 3290/94 ⁽²⁾, e, nomeadamente, o seu artigo 3º,

Considerando que o Regulamento (CE) nº 2544/95 da Comissão ⁽³⁾ abriu um concurso permanente para a determinação das restituições à exportação de azeite;

Considerando que o Regulamento (CEE) nº 990/93 do Conselho ⁽⁴⁾, alterado pelo Regulamento (CE) nº 1380/95 ⁽⁵⁾, proíbe o comércio entre a Comunidade Europeia e a República Federativa da Jugoslávia (Sérvia e Montenegro); que esta proibição não se aplica a determinadas situações, enumeradas de forma limitativa nos artigos 2º, 4º, 5º e 7º do mesmo regulamento e no Regulamento (CE) nº 462/96 do Conselho ⁽⁶⁾; que este facto deve ser tomado em consideração na fixação das restituições;

Considerando que, em conformidade com o artigo 6º do Regulamento (CE) nº 2544/95, tendo em conta nomeadamente a situação e evolução previsível do mercado do azeite na Comunidade e no mercado mundial, e com base

nas propostas recebidas, se procede à fixação dos montantes máximos das restituições à exportação; que a adjudicação será feita a qualquer proponente cuja proposta se situe no nível da restituição máxima à exportação ou num nível inferior;

Considerando que a aplicação das disposições supracitadas conduz à fixação das restituições máximas à exportação nos montantes constantes do anexo;

Considerando que o Comité de gestão das matérias gordas não emitiu qualquer parecer no prazo limite estabelecido pelo seu presidente,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

As restituições máximas à exportação de azeite para a décima sétima adjudicação parcial efectuada no âmbito do concurso permanente aberto pelo Regulamento (CE) nº 2544/95 são fixadas no anexo com base nas propostas apresentadas, até 23 de Julho de 1996.

Artigo 2º

O presente regulamento entra em vigor em 30 de Julho de 1996.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 29 de Julho de 1996.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO nº 172 de 30. 9. 1966, p. 3025/66.

⁽²⁾ JO nº L 349 de 31. 12. 1994, p. 105.

⁽³⁾ JO nº L 260 de 31. 10. 1995, p. 38.

⁽⁴⁾ JO nº L 102 de 28. 4. 1993, p. 14.

⁽⁵⁾ JO nº L 138 de 21. 6. 1995, p. 1.

⁽⁶⁾ JO nº L 65 de 15. 3. 1996, p. 1.

ANEXO

do regulamento da Comissão, de 29 de Julho de 1996, que fixa as restituições máximas à exportação de azeite para a décima sétima adjudicação parcial efectuada no âmbito do concurso permanente aberto pelo Regulamento (CE) nº 2544/95

(Em ECU/100 kg)

Código dos produtos	Montante da restituição (1)
1509 10 90 100	41,15
1509 10 90 900	—
1509 90 00 100	47,95
1509 90 00 900	—
1510 00 90 100	9,00
1510 00 90 900	—

(1) As restituições à exportação para a República Federativa da Jugoslávia (Sérvia e Montenegro) só podem ser concedidas no respeito das condições previstas nos Regulamentos (CEE) nº 990/93 alterado e (CE) nº 462/96.

NB: Os códigos dos produtos, incluindo as remissões em pé-de-página, são definidos no Regulamento (CEE) nº 3846/87 da Comissão, alterado.

REGULAMENTO (CE) N.º 1521/96 DA COMISSÃO**de 29 de Julho de 1996****que fixa as restituições à exportação de azeite**

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento n.º 136/66/CEE do Conselho, de 22 de Setembro de 1966, que estabelece uma organização comum de mercado no sector das matérias gordas⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Acto de Adesão da Áustria, da Finlândia e da Suécia e pelo Regulamento (CE) n.º 3290/94⁽²⁾, e, nomeadamente, o n.º 3 do seu artigo 3.º,

Considerando que, nos termos do artigo 3.º do Regulamento n.º 136/66/CEE, quando o preço na Comunidade for superior às cotações mundiais, a diferença entre esses preços pode ser coberta por uma restituição à exportação de azeite para países terceiros;

Considerando que as modalidades relativas à fixação e concessão da restituição à exportação de azeite se determinaram no Regulamento (CEE) n.º 616/72 da Comissão⁽³⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CEE) n.º 2962/77⁽⁴⁾;

Considerando que, nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Regulamento n.º 136/66/CEE, a restituição deve ser a mesma em relação a toda a Comunidade;

Considerando que, nos termos do n.º 4 do artigo 3.º do Regulamento n.º 136/66/CEE, a restituição para o azeite deve ser fixada tendo em consideração a situação e as perspectivas de evolução, no mercado da Comunidade, dos preços do azeite e das disponibilidades, bem como os preços do azeite no mercado mundial; que, todavia, no caso de a situação do mercado mundial não permitir determinar as cotações mais favoráveis do azeite, pode ter-se em consideração o preço, nesse mercado, dos principais óleos vegetais concorrenciais e a diferença verificada, durante um período representativo, entre esse preço e o do azeite; que o montante da restituição não pode ser superior à diferença existente entre o preço do azeite na Comunidade e o preço do azeite no mercado mundial, ajustado, quando for caso disso, de modo a ter em conta os custos de exportação dos produtos neste último mercado;

Considerando que, nos termos do n.º 3, terceiro parágrafo da alínea b), do artigo 3.º do Regulamento n.º 136/66/CEE, pode ser decidido que a restituição seja fixada por concurso; que o concurso incide sobre o montante da restituição e pode ser limitado a determinados países de destino, bem como a determinadas quantidades, qualidades e formas de apresentação;

Considerando que, em conformidade com o n.º 3, segundo parágrafo do artigo 3.º do Regulamento

n.º 136/66/CEE, as restituições relativas ao azeite podem ser fixadas em níveis diferentes consoante o destino quando a situação do mercado mundial ou as exigências específicas de certos mercados o exigem;

Considerando que as restituições devem ser fixadas pelo menos uma vez por mês; que, em caso de necessidade, podem ser alteradas no intervalo;

Considerando que a aplicação dessas modalidades à situação actual dos mercados no sector do azeite, nomeadamente ao preço desse produto na Comunidade e nos mercados dos países terceiros, leva a que se fixe a restituição nos montantes constantes do anexo;

Considerando que as taxas representativas de mercado, definidas no artigo 1.º do Regulamento (CEE) n.º 3813/92 do Conselho⁽⁵⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 150/95⁽⁶⁾, são utilizadas para converter o montante expresso em moedas dos países terceiros e estão na base de determinação das taxas de conversão agrícolas das moedas dos Estados-membros; que as regras de aplicação e determinação relativas a essas conversões foram estabelecidas no Regulamento (CEE) n.º 1068/93 da Comissão⁽⁷⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 2853/95⁽⁸⁾;

Considerando que o Regulamento (CEE) n.º 990/93 do Conselho⁽⁹⁾, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 1380/95⁽¹⁰⁾, proíbe o comércio entre a Comunidade Europeia e a República Federativa da Jugoslávia (Sérvia e Montenegro); que esta proibição não se aplica a determinadas situações, enumeradas de forma limitativa nos artigos 2.º, 4.º, 5.º e 7.º do mesmo regulamento e no Regulamento (CE) n.º 462/96 do Conselho⁽¹¹⁾; que este facto deve ser tomado em consideração na fixação das restituições;

Considerando que o Comité de gestão das matérias gordas não emitiu qualquer parecer no prazo limite estabelecido pelo seu presidente,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

As restituições à exportação dos produtos referidos no n.º 2, alínea c), do artigo 1.º do Regulamento n.º 136/66/CEE são fixadas nos montantes constantes do anexo.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor em 30 de Julho de 1996.

⁽¹⁾ JO n.º 172 de 30. 9. 1966, p. 3025/66.

⁽²⁾ JO n.º L 349 de 31. 12. 1994, p. 105.

⁽³⁾ JO n.º L 78 de 31. 3. 1972, p. 1.

⁽⁴⁾ JO n.º L 348 de 30. 12. 1977, p. 53.

⁽⁵⁾ JO n.º L 387 de 31. 12. 1992, p. 1.

⁽⁶⁾ JO n.º L 22 de 31. 1. 1995, p. 1.

⁽⁷⁾ JO n.º L 108 de 1. 5. 1993, p. 106.

⁽⁸⁾ JO n.º L 299 de 12. 12. 1995, p. 1.

⁽⁹⁾ JO n.º L 102 de 28. 4. 1993, p. 14.

⁽¹⁰⁾ JO n.º L 138 de 21. 6. 1995, p. 1.

⁽¹¹⁾ JO n.º L 65 de 15. 3. 1996, p. 1.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 29 de Julho de 1996.

Pela Comissão
Franz FISCHLER
Membro da Comissão

ANEXO

do regulamento da Comissão, de 29 de Julho de 1996, que fixa as restituições à exportação de azeite

(Em ECU/100 kg)

Código do produto	Montante da restituição ⁽¹⁾ / ₍₂₎
1509 10 90 100	36,00
1509 10 90 900	0,00
1509 90 00 100	42,50
1509 90 00 900	0,00
1510 00 90 100	6,00
1510 00 90 900	0,00

⁽¹⁾ Para os destinos referidos no artigo 34º do Regulamento (CEE) nº 3665/87 da Comissão (JO nº L 351 de 14. 12. 1987, p. 1) alterado bem como para as exportações para os países terceiros.

⁽²⁾ As restituições à exportação para a República Federativa da Jugoslávia (Sérvia e Montenegro) só podem ser concedidas no respeito das condições previstas nos Regulamentos (CEE) nº 990/93 alterado e (CE) nº 462/96.

NB: Os códigos dos produtos, incluindo as remissões em pé-de-página, são definidos no Regulamento (CEE) nº 3846/87 da Comissão alterado.

II

(Actos cuja publicação não é uma condição da sua aplicabilidade)

COMISSÃO

DECISÃO DA COMISSÃO

de 28 de Junho de 1996

que reconhece, em princípio, que o processo apresentado para exame rigoroso com vista à possível inclusão de quinoxifena no anexo I da Directiva 91/414/CEE do Conselho, relativa à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado, se encontra completo

(Texto relevante para efeitos do EEE)

(96/457/CE)

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta a Directiva 91/414/CEE do Conselho, de 15 de Julho de 1991, relativa à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pela Directiva 96/12/CE da Comissão⁽²⁾, e, nomeadamente, o n.º 3 do seu artigo 6.º,

Considerando que a Directiva 91/414/CEE previu o estabelecimento de uma lista comunitária de substâncias activas cuja incorporação em produtos fitofarmacêuticos é autorizada;

Considerando que a DowElanco Europe apresentou às autoridades do Reino Unido, em 1 de Agosto de 1995, um processo com vista à inclusão da substância activa quinoxifena no anexo I da referida directiva; que as autoridades do Reino Unido comunicaram à Comissão os resultados de um primeiro exame destinado a verificar se o processo se encontra completo no que diz respeito aos dados e informações exigidos pelo anexo II e, pelo menos para um produto fitofarmacêutico que contenha a substância activa em causa, pelo anexo III da directiva; que, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 6.º, o processo foi apresentado pela empresa à Comissão e aos outros Estados-membros;

Considerando que a Comissão submeteu o processo à apreciação do Comité fitossanitário permanente no encontro do seu grupo de trabalho «legislação» de 20 de Março de 1996, durante o qual os Estados-membros confirmaram a recepção do processo;

Considerando que o n.º 3 do artigo 6.º da directiva requer que seja confirmado a nível da Comunidade que o processo satisfaz, em princípio, as exigências respeitantes aos dados e informações previstos no anexo II e, pelo menos para um produto fitofarmacêutico que contenha a substância activa em causa, no anexo III da directiva;

Considerando que essa confirmação é necessária para prosseguir o exame rigoroso do processo e para que possa ser dada aos Estados-membros a possibilidade de autorizarem provisoriamente produtos fitofarmacêuticos que contenham a substância activa, em cumprimento das condições estabelecidas pelo n.º 1 do artigo 8.º da directiva, nomeadamente a realização de uma avaliação rigorosa da substância activa e do produto fitofarmacêutico relativamente às exigências da directiva;

Considerando que essa decisão não impede que sejam pedidos ao requerente novos dados ou informações no caso de se constatar, durante o exame rigoroso, que estes são necessários para que possa ser tomada uma decisão;

Considerando que ficou entendido entre os Estados-membros e a Comissão que o Reino Unido prosseguirá o exame rigoroso do processo e comunicará à Comissão, assim que possível e o mais tardar no prazo de um ano, os resultados do seu exame, acompanhados de eventuais recomendações quanto à inclusão da substância activa

⁽¹⁾ JO n.º L 230 de 19. 8. 1991, p. 1.

⁽²⁾ JO n.º L 65 de 15. 3. 1996, p. 20.

no anexo I e de quaisquer condições que lhe digam respeito; que, após recepção desse relatório, o exame rigoroso será prosseguido com a participação de todos os Estados-membros no âmbito do Comité fitossanitário permanente;

Considerando que as medidas previstas na presente decisão estão em conformidade com o parecer do Comité fitossanitário permanente,

ADOPTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

O processo apresentado pela DowElanco Europe à Comissão e aos Estados-membros com vista à inclusão da substância activa quinoxifena no anexo I da Directiva

91/414/CEE e submetido à apreciação do Comité fitossanitário permanente em 20 de Março de 1996 satisfaz em princípio as exigências respeitantes aos dados e informações previstas no anexo II e, para um produto fitofarmacêutico que contenha a substância activa em causa, no anexo III da mesma directiva.

Artigo 2.º

Os Estados-membros são os destinatários da presente decisão.

Feito em Bruxelas, em 28 de Junho de 1996.

Pela Comissão

Ritt BJERREGAARD

Membro da Comissão